

JOANNA D'ARC DE PAULA

**AS COTAS RACIAIS PARA O AFRODESCENDENTE
BRASILEIRO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)

MESTRADO EM PSICOLOGIA

CAMPO GRANDE-MS

2010

JOANNA D'ARC DE PAULA

**AS COTAS RACIAIS PARA O AFRODESCENDENTE
BRASILEIRO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, área de concentração: Psicologia da Saúde, sob a orientação do Profa. Dra. Heloisa Bruna Grubits Freire.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)

MESTRADO EM PSICOLOGIA

CAMPO GRANDE-MS

2010

Ficha Catalográfica

Paula, Joanna D’Arc de
P324i As cotas raciais para o afrodescendente brasileiro na educação superior /
Joanna D’Arc de Paula; orientação, Heloisa Bruna Grubits. Gonçalves de
Oliveira Freire. 2010
185 f.

Dissertação (mestrado em psicologia) – Universidade Católica Dom
Bosco, Campo Grande, 2010.

1. Negros – Condições sociais 2. Relações sociais 3. Exclusão social
4. Psicologia social I. Freire, Heloisa Bruna Grubits Gonçalves de Oliveira
II. Título

CDD – 305.5

A dissertação apresentada por JOANNA D'ARC DE PAULA, intitulada “AS COTAS RACIAIS PARA O AFRODESCENDENTE BRASILEIRO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR”, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em PSICOLOGIA à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi APROVADA.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Heloisa Bruna Grubits Freire
(orientadora/UCDB)

Dra. Liliana Andolpho Magalhães Guimarães (USP)

Prof. Dr. Fr. Márcio Luis Costa (UCDB)

Profª. Dra. Lucy Nunes Ratier Martins (UCDB)

Campo Grande, MS, 10 de dezembro de 2010.

Aos meus filhos, noras, netos e, em especial, à Joanne, que me acompanhou em alguns trabalhos de campo e soube compreender minhas inúmeras ausências; à minha mãe, pelo apoio, e aos meus amigos Alex e Emília, pelo incentivo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que tem sido zeloso e socorro bem presente em todos os momentos de minha vida e até aqui tem me capacitado.

À minha família, que me acompanhou nesta caminhada, compreendendo que as minhas ausências eram necessárias.

Ao meu amado filho Almir de Almeida Júnior, pelo grande apoio no tema pesquisado.

Aos amigos da Universidade do Minho em Braga, Portugal, principalmente ao Professor Doutor Eugénio Adolfo da Silva e à Professora Doutora Rosa Cabecinhas, pelo apoio e incentivo.

Aos representantes das instituições que permitiram a realização desta pesquisa, principalmente ao Dr. Aleixo Paraguassu, pelo Instituto Luther King, e à Diretora Marinete, pela Escola Estadual Antonio Delfino Pereira.

À querida amiga e mestre Professora Jacy Corrêa Curado, militante na incessante luta pela transformação das desigualdades de gênero.

À minha orientadora, Professora Doutora Heloisa Bruna Grubits Freire, pelo empenho, esforço, confiança, apoio e estímulo, sem os quais não teria concluído este trabalho.

Ao Doutor João Antonio Freire, pelo gesto de carinho e atenção que o faz uma pessoa muito especial na forma de ser e como são bem-vindas as suas ações

Aos mestres (*in memoriam*) Professores Maria Solange Felix Pereira, Regina Stela Andreoli de Almeida e Doutor Reinier Johannes Antonius Rozestraten, que me incentivaram a não desistir e continuar na caminhada acadêmica.

A todos os afrodescendentes brasileiros e militantes do Movimento Negro e a outros que lutam pela igualdade racial no Brasil e no mundo.

*Se teus projetos são para um ano, semeia o grão.
Se forem para dez anos, planta uma árvore.
Se forem para cem anos, instrua o povo.
Semeando uma vez o grão, colherás uma vez.
Plantando uma árvore, colherás cem vezes.
Se deres um peixe a um homem, ele comerá uma vez;
Se, porém, o ensinares a pescar - ele comerá a vida inteira.*

Kuan-Tzu, poeta chinês (séc. VII a.C.)

RESUMO

A cota racial na educação superior no Brasil é uma política de ação afirmativa que visa a reverter o quadro de desigualdade educacional da população afro-brasileira em relação à população branca. No Brasil, o tema divide as opiniões, e há muitas controvérsias, mesmo se tratando de uma medida para superar as desigualdades socioeconômicas existentes no país. Este estudo tem por objetivo identificar, entender o posicionamento, conhecimento, experiência e a percepção de alunos afro-brasileiros que estão na etapa de término do ensino médio ou em curso preparatório pré-vestibular, diante das políticas de cotas raciais para cursar a graduação superior. Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratória, que utilizou a entrevista estruturada para coleta dos dados e análise de conteúdo como ferramenta metodológica. Participaram deste estudo 26 alunos que se identificaram como afro-brasileiros e que estão no término do ensino médio ou no curso preparatório pré-vestibular e que concordaram em participar da pesquisa. A coleta de dados foi realizada no Instituto Luther King – Ensino, Pesquisa e Ação Afirmativa e na Escola Estadual Antônio Delfino Pereira, Campo Grande, MS, e ambas as instituições, localizadas em Campo Grande, MS, atendem, em sua maioria, alunos afro-brasileiros que pretendem ingressar no ensino superior e não dispõem de poder aquisitivo suficiente. Os resultados deste estudo foram obtidos por meio da análise de conteúdo que utilizando o roteiro das entrevistas, e elaborados quadros facilitaram a organização dos códigos de significação usados pelos sujeitos para realização deste trabalho. Conforme a percepção dos alunos afro-brasileiros, os aspectos favoráveis das cotas raciais na educação superior são: conhecimento com a finalidade de competitividade; oportunidade para tentar conseguir o que os pais não tiveram condições de dar, e qualidade de vida, porque garante o futuro. Já os aspectos desfavoráveis são o receio de serem discriminados, e alguns dizem que as cotas podem aumentar o racismo. Quanto ao entendimento e posicionamento sobre as cotas raciais na educação superior, os alunos disseram que as cotas representam: direito, igualdade e oportunidade. Direito como forma de inclusão; igualdade a todos, sem distinção nenhuma a acesso a bens fundamentais, como a educação e emprego; e oportunidade, que facilitará a entrada do afro-brasileiro na universidade e também proporcionando o acesso ao mercado de trabalho. Diante dos resultados, verificamos que a cota racial na educação superior no Brasil visa a reverter o quadro de desigualdade educacional, porém, o que influencia o afro-brasileiro é uma inibição generalizada e arraigada contra a utilização de um direito e uma oportunidade de igualdade, mesmo quando esta lhe é concedida.

Palavras-chave: Afro-brasileiro. Desigualdade social. Cotas raciais.

ABSTRACT

In Brazil, racial quotas in higher education constitute an affirmative action policy intended to reverse the educational inequalities that affect Afro-Brazilians, compared with their white counterparts. Laden with controversy, the measure has been dividing opinion, even though it is designed to overcome national socio-economic inequalities. The purpose of this study was to understand the stance, knowledge, experience, and perception of Afro-Brazilian students who are in their last year of high school or are taking up university preparatory programs, with regard to racial quota policies for higher education. Data for this exploratory qualitative investigation were collected using structured interviews. The methodological tool employed was content analysis. The study included 26 students in the final year of high school or in preparatory programs who identified themselves as Afro-Brazilians and agreed to participate. Data were collected at the Luther King Institute for Teaching, Research, and Affirmative Action (Instituto Luther King) and the Delfino Antonio Pereira State School. Located in Campo Grande, the capital city of the state of Mato Grosso do Sul, both institutions predominantly cater to Afro-Brazilian students whose income is insufficient to ensure university attendance. Results were obtained through content analysis based on the interview script, using tables to facilitate organization of the signification codes employed by subjects. The participants view racial quotas in higher education as promoting the following positive aspects: acquisition of knowledge, with gains in competitiveness; opportunities to pursue and achieve what parents were not capable of providing to their children; and quality of life, as higher education is seen as a guarantee for the future. Unfavorable aspects include fear of being discriminated against—some participants think racial quotas can fuel racism. With regard to their understanding of and stance on this policy, participants view racial quotas as representing rights, equality, and opportunity—rights because quotas foster inclusion; equality because they promote universal access to essential assets, such as education and employment; opportunity because they promote the entry of Afro-Brazilians into university, thus facilitating access to the labor market. Although racial quotas in higher education are intended to reverse educational inequalities in Brazil, the present results reveal that Afro-Brazilians are influenced by a widespread, entrenched inhibition to exercise their rights to and opportunities for equality, even when these are made available to them.

Keywords: Afro-Brazilians. Social inequality. Racial quotas.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Questões e os códigos de significados	94
QUADRO 2 - Subcategorias e significações da CATEGORIA: “Identidade”	95
QUADRO 3 - Subcategorias e significações da CATEGORIA: “Mercado de trabalho”	97
QUADRO 4 - Subcategorias e significações da CATEGORIA: “Educação”	99
QUADRO 5 - Subcategorias e significações da CATEGORIA: “Percepção social”	101
QUADRO 6 - Subcategorias e significações da CATEGORIA: “Entendimento sobre as cotas raciais”	104
QUADRO 7 - Subcategorias e significações da CATEGORIA: “Posicionamento sobre as cotas raciais”	107
QUADRO 8 - Subcategorias e significações da CATEGORIA: “Discriminação”	112

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL	18
2.1 DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL	26
2.1.1 Racismo	27
2.1.2 Preconceito racial	30
2.1.3 Discriminação racial	31
2.2 DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL	34
2.2.1 Educação	37
2.2.2 Saúde	38
2.2.3 Trabalho	39
2.2.4 Habitação	42
3 EDUCAÇÃO NO BRASIL E POLÍTICAS DE COTAS RACIAIS	44
3.1 AÇÕES AFIRMATIVAS	55
3.2 POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NA EDUCAÇÃO	58
3.3 PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E O AFRO-BRASILEIRO	66
4 OBJETIVOS	73
5 MÉTODO	75
5.1 METODOLOGIA	76
5.2 PARTICIPANTES	80
5.3 CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO	81
5.4 LOCAL DA PESQUISA	81
5.4.1 Instituto Luther King – Ensino, Pesquisa e Ação Afirmativa	81
5.4.2 Escola Estadual Antônio Delfino Pereira	83
5.5 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS, RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS	84

5.6	PROCEDIMENTOS E ASPECTOS ÉTICOS.....	84
5.7	ANÁLISES DOS DADOS.....	85
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	88
7	CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
	REFERÊNCIAS	121
	APÊNDICES	137
	ANEXO.....	181

1 INTRODUÇÃO

Ao falar sobre o afro-brasileiro, é necessário discorrer sobre raça, já que no Brasil a “raça” de um indivíduo é baseada mais na aparência do que em outros critérios subjetivos, gerando equívocos e desigualdade raciais e sociais. O termo “raça”, no dicionário Larousse (1992, p. 936), para o contexto desta pesquisa, significa: “sucessão de ascendentes e descendentes de uma família, um povo; geração”. Já no dicionário Houaiss (2004, p. 620), “raça” significa: “classificação de grupos humanos por seus traços físicos hereditários (cor de pele, tipo de cabelo, etc.) e coletividade de indivíduos unidos por semelhanças socioculturais”.

A noção de “afrodescendente” é o que qualifica as pessoas que vieram do continente africano e passaram pelo processo de hibridação e de mestiçagem (PINTO, 1987). Já o termo “afro-brasileiro” consta no dicionário Houaiss (2004, p. 20): “1- Brasileiro descendente de africanos negros. 2- Relativo a esse descendente. 3- Relativo ao mesmo tempo à África e ao Brasil. 4- Que é uma mistura das duas culturas.” A classificação no Brasil, da pessoa com pele bem escura é a pessoa de cor preta e com pele mais clara, ou seja, o mestiço descendente da raça negra com branco é a pessoa de cor parda (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1999).

No Brasil, quando as pessoas se referem a afro-brasileiro e dizem pretos ou pardos, estão se referindo ao negro e não há diferença, pois preto e pardo são oriundos da raça negra (GUSMÃO, 2008).

Os dados, referentes às pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)¹, permitem concluir que o Brasil tem a segunda maior população negra do mundo: 76 milhões de pessoas, depois da Nigéria (HENRIQUES, 2001).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)² de 2006, em pesquisa sobre as diversas características socioeconômicas da população brasileira, verificou-se que 6,9% da

¹ Órgão que tem por finalidade realizar pesquisas e estudos sociais e econômicos. É uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Brasil, que fornece apoio técnico e institucional ao governo na avaliação, formulação e acompanhamento de políticas públicas e programas de desenvolvimento (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA, 2005).

² É uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em uma amostra de domicílios brasileiros que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas da sociedade, como população, educação, trabalho, rendimento, habitação, previdência social, migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição e outros, entre outros temas que são incluídos na pesquisa de acordo com as necessidades de informação para o Brasil (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA, 2005).

população brasileira se declaram negras, enquanto 42,6% se declaram como pardos (como os mulatos e cafuzos – pessoas com ancestralidade mesclada entre africanos, europeus e indígenas) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007). Por causa do alto grau de miscigenação da população brasileira, há pouca precisão em identificar quem realmente pode ser chamado de “negro”, prevalecendo o critério da autodeclaração.

O IBGE³, no Censo de 1872, investigou atributos referentes à cor ou raça da população. Embora o quesito pesquisado fosse “cor”, usava-se o termo “caboclo” como opção de cor, como branco, preto e pardo, o que vinha a demonstrar certa ambiguidade entre os conceitos de cor e de raça. Na categoria cabocla estaria incluída, sem distinção de tribo, toda a população indígena do país. Ainda que a categoria de pardos englobasse nominalmente todos os mestiços, a ênfase era a da mestiçagem de brancos com negros. Foi somente a partir do Censo de 1991 que a população indígena passou a ser mais uma vez enumerada separadamente da parda. Já no Censo 2000, o quesito cor e raça obtiveram vários avanços, como a autodeclaração, onde o entrevistado escolhe a opção quanto ao quesito cor e raça e democraticamente abre a possibilidade de optar por não declarar nada (BRASIL, 2005b).

O propósito do Censo Escolar 2005 foi a inclusão do item “raça/cor”. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2006) orientou que as fichas de matrículas das escolas de educação básica tivessem espaços para a indicação autodeclarada da cor do aluno. O aluno que tivesse 16 anos ou mais declararia sua raça/cor e os mais novos seriam classificados pelos pais ou responsáveis. Os dados obtidos nesse censo são conquista histórica dos movimentos sociais e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação, porque, a partir dessas informações, os gestores de educação poderão definir ações e políticas afirmativas e de promoção da igualdade racial na comunidade escolar, sendo fundamental para nortear políticas federal, estadual e municipal.

Os comportamentos discriminatórios, referentes à raça em geral, são proibidos e uma contravenção penal, qualificando-os, desde então, como crime, sujeito o seu infrator à pena de reclusão. Não basta o ato em si, sendo necessária em especial a vontade de discriminar o

³ Órgão vinculado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, é o principal provedor de dados e informações do país e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica, demográfica, de recursos naturais e outros, o que inclui realizar censos e organizar as informações obtidas nesses censos, para suprir as necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA, 2005).

ofendido em decorrência de sua cor, raça, religião. Conforme estabelecido na Constituição Brasileira de 1988, e previsto na Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, tipifica crime racial em seu artigo 20, que é um crime, inafiançável e de ação penal pública incondicionada, independente da vontade da vítima. Apenas será necessário que o ofendido comunique o crime à autoridade policial ou ao promotor de justiça para que estes tomem providências legais. Não é necessário contratar advogado, visto que o promotor é que ingressará com a ação penal (RIO DE JANEIRO, 2009).

A raça negra no Brasil, ou seja, o afro-brasileiro encontra várias barreiras referentes à integração na sociedade, e que geram a desigualdade racial e social, das quais podem-se citar alguns fatores, como: infraestrutura urbana, habitação, educação, mercado de trabalho e saúde, dentre outros. Na educação, de acordo com os indicadores socioeconômicos do país, o afro-brasileiro tem dificuldades em usufruir da educação superior, porque são oriundos de escolas públicas, com ensino de má qualidade e sem parâmetro para competitividade e a maioria não tem condição financeira para se preparar e concorrer às vagas em universidades públicas.

Com o objetivo de facilitar o acesso à educação superior para o afro-brasileiro, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, os órgãos governamentais, com respaldo de outros segmentos da sociedade, e o Movimento Negro Brasileiro estão discutindo a regulamentação da lei federal de políticas públicas de cotas raciais na educação, para essa população. Por essa razão, o tema desta dissertação é as cotas raciais para o afrodescendente brasileiro na educação superior.

O Brasil atualmente, por meio de movimentos sociais, órgãos governamentais e não governamentais e outros segmentos da sociedade, com o objetivo de atenuarem as desigualdades sociais existentes no país, propõe o sistema de cotas raciais na educação, que é um gênero das ações afirmativas. Essa medida é direcionada a grupos específicos, como o negro, o indígena e outros, que, em razão de algum processo histórico depreciativo, teriam dificuldade em obter a educação superior.

A palavra “cota” tem vários sentidos, que dependem do contexto do uso. Alguns dos significados que constam no dicionário Larousse (1992, p. 285) para “cota ou quota” são “porção, parte, quinhão”. O sistema de cotas na educação brasileira é uma ação afirmativa, que visa criar reservas de vagas em instituições públicas ou privadas com o objetivo de

acelerar a inclusão social das classes sociais mais desfavorecidas; é uma medida governamental (SANTOS; ROCHA, 2007).

A partir da percepção de alunos afro-brasileiros que estão na etapa de término do ensino médio ou em curso preparatório pré-vestibular, esta dissertação objetiva identificar e entender: o posicionamento, conhecimento e experiência diante das políticas de cotas raciais para o ingresso na universidade de alunos que se identificaram como afro-brasileiros e aceitaram participar do estudo. Sendo assim, optamos pela Psicologia Social Comunitária neste trabalho, porque esta disciplina busca apoiar o entendimento dos atores sociais em seu contexto, em condições ambientais específicas, atento às suas respectivas psiques ou individualidades; e seus objetivos se referem à melhoria das relações entre os sujeitos e entre estes e a natureza e instituições sociais ou o seu empoderamento, pois, segundo Vasconcelos (1989), essa abordagem é mais voltada para escuta, acompanhamento e pesquisa, literalmente respeitando a autonomia da comunidade em questão.

O interesse pelo tema “as cotas raciais para o afrodescendente brasileiro na educação superior” surgiu ao longo da trajetória de vida da própria pesquisadora, em consequência das inúmeras barreiras encontradas por ser afro-brasileira. Na experiência acadêmica, no Curso de Psicologia, ao desenvolver oficinas em Psicologia Social sobre a autoestima do aluno negro e também ao apresentar comunicações em congressos e simpósios internacionais, evidenciou-se a necessidade de pesquisa sobre ações afirmativas e o sistema de cotas para a população afro-brasileira.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: dois capítulos contendo a fundamentação teórica, que deu suporte à pesquisa; dois que trazem os objetivos da pesquisa e os caminhos metodológicos; um em que são apresentados os resultados e discussão e, finalizando, algumas conclusões e considerações finais.

A fundamentação teórica é apresentada, no primeiro capítulo, a vinda do negro ao Brasil desde a colonização, a origem dele no Brasil, o comércio de escravos, o trabalho escravo, as condições de vida, o bloqueio comercial dos navios negreiros pela Inglaterra, o tráfico ilegal de negros, as primeiras leis até a abolição, as condições de vida pós-abolição, a influência da cultura negra na cultura brasileira, o Movimento Negro do Brasil e as desigualdades raciais e sociais no Brasil. Dessa forma, tem-se uma breve trajetória pela história do negro no Brasil, pois o entendimento histórico ajudará a sociedade a entender os

fatores culturais e históricos reais e facilitará compreensão e conhecimento da realidade dessa população, que tanto colaborou na formação do Brasil. Além disso, mostrar o quanto o país está marcado por preconceitos e diferenças sociais que impulsionam o negro a ser deixado de fora das oportunidades de trabalho e educação e à mercê da exclusão social.

No segundo capítulo, são apresentadas a educação no Brasil e as políticas de cotas raciais, que objetivam a acelerar o processo de inclusão da população afro-brasileira, ainda como fundamentação teórica, apresentamos neste capítulo alguns conceitos e pressupostos da Psicologia Social Comunitária, pois sua base surge de vários ramos da Psicologia e de outras ciências sociais. Portanto o campo de ação da Psicologia Social Comunitária, o comportamento é analisado em todos os contextos do processo de influência social e sendo assim, esta disciplina tem suporte para apoiar as análises do estudo ora proposto.

2 A HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL

A história do negro no Brasil inicia-se no período da escravidão. A palavra “escravidão” tem como sinônimos “escravismo”, “escravagismo” e “escravatura”; significa “o estado ou condição de escravo; servidão” (LAROUSSE, 1992, p. 442). Escravidão é o regime social em que um ser humano tem direitos de propriedade sobre outro, designado por escravo, sendo tal regime imposto por meio de força (CARDOSO, 1982).

Ao longo da história, vários tipos de escravidão foram praticados no mundo. A forma mais comum de escravidão foi resultado de guerra entre nações, em que o povo conquistado era escravizado (TEIXEIRA, F., 2000).

Na África, a escravidão geralmente ocorria a partir de guerras, pagamento de tributo a um chefe tribal ou alguém capturado por rapto. A escravidão da era moderna está baseada em um forte preconceito racial, segundo o qual um grupo étnico se considera superior ao outro, mas já na Antiguidade as diferenças raciais eram bastante exaltadas entre os povos escravizadores, principalmente quando havia fortes disparidades fenotípicas. Como modo de produção, a escravidão assenta-se na exploração do trabalho forçado da mão de obra escrava. Os senhores alimentavam os seus escravos e apropriavam-se do produto restante do trabalho destes (FUNARI, 1995).

Antes da colonização do Brasil não havia escravidão no país. No início, os colonos começaram a escravizar os índios, porém estes se recusavam a trabalhar, pois eram muito maltratados, além de serem contaminados com doenças dos novos habitantes, havendo muitas mortes. Os padres jesuítas foram por muitas vezes os educadores, tiveram papel de mediadores, contribuindo para a repressão de quaisquer conflitos e revoltas da população. Uma das primeiras tarefas dos jesuítas foi proteger os índios, promovendo a alfabetização deles e sua conversão para o catolicismo, além do seu treinamento para o trabalho. Diante de muitas dificuldades encontradas na escravização dos indígenas, os colonos optaram pela mão de obra africana, iniciando a escravização do negro em terras brasileira. A substituição da mão de obra escrava indígena pela africana ocorreu porque havia urgência de melhor organização da produção açucareira que era o papel mais importante na economia colonial. O escravo africano tinha experiência, já que lidava com essas atividades nas propriedades portuguesas. O que facilitou também a permuta do indígena pela africana era que este estava em terreno estranho e, por ser minoria, era mais fácil de ser controlado. Além disso, os índios eram nativos, viviam nas matas e não tinham imunidade para certos vírus e logo começaram a morrer contaminados por gripes e outras epidemias, ao contrário dos negros que eram das cidades, fortes e resistentes a algumas doenças (VAINFAS, 1995).

Nas Américas, os portugueses, espanhóis e ingleses transportavam os negros africanos nos porões dos navios, que eram chamados de “navios negreiros”. O Brasil foi um dos maiores importadores do continente iniciando essa atividade em meados do século XVI. Os negros eram comercializados como se fossem mercadorias destinadas a engenhos, às lavouras e às minas de onde eram extraídos o ouro e o diamante, de modo que o negro africano foi o “braço forte” para o sustento da economia do país. Os escravos vinham de várias partes da África e a maioria era originária do Congo, de Angola, Guiné ou Moçambique, dentre outras. A rota incluía os oceanos Atlântico, Pacífico e Índico; os desembarques dos navios negreiros em terras brasileiras eram geralmente feitos nos portos do Rio de Janeiro, Bahia, Recife e São Luís do Maranhão (VAINFAS; SOUZA, 2000).

No âmbito do comércio de escravos no Brasil, os preços variavam conforme o sexo, a idade, a procedência e o destino. O escravo era visto como uma mercadoria, a qual o dono ou comerciante podia comprar e vender, dar ou trocar por uma dívida, sem que ele pudesse exercer qualquer direito e objeção pessoal ou legal (PINSKY, 2000).

O escravo era classificado pelo tipo de trabalho que exercia: de engenho, da mineração e urbanos ou de ganho. Os escravos de engenho eram os que trabalhavam no meio rural. Os de mineração trabalhavam nas minas, na extração do ouro e diamantes; eles valiam mais, pois seu trabalho era pesado, perigoso, e eram muito vigiados para evitar roubos (VAINFAS, 1986). Já os escravos urbanos ou escravos de ganho efetuavam os serviços domésticos e que, após fazerem o trabalho na casa de seus donos regulares, iam para as ruas em busca de trabalhos suplementares, oferecendo serviços que poderiam durar um dia ou mesmo algumas horas, caracterizando-se como estes faziam de tudo: iam às compras, buscavam água, removiam lixo, levavam e traziam recados e serviam de acompanhantes para as mulheres quando elas iam à igreja. Do ganho obtido na execução desses trabalhos, uma quantia previamente fixada ao seu senhor era entregue (GOMES, L., 2007).

Os escravos eram considerados um patrimônio contabilizável, um ativo a ser explorado ao máximo, já que também geravam custos; e a posse de escravos servia de projeção social ao seu proprietário. Alguns proprietários até alugavam escravos excedentes, sem que o cativo participasse do ganho, já que este era extra. Ao escravo era tolhida toda liberdade, principalmente de religião, pois tinha que seguir a de seu proprietário, o catolicismo. A perda de um escravo era um prejuízo financeiro; a fuga era falta grave, e, quando isto acontecia, o fugitivo era castigado; o reincidente às vezes era condenado até

mesmo à morte, como exemplo para os outros. Podem-se citar alguns instrumentos usados para castigo dos escravos, tais como: o chicote, o tronco e os grilhões (MAESTRI, 1994).

As condições de vida no cativeiro eram péssimas, apesar de haver legislação vigente quanto à obrigação do proprietário do escravo em alimentá-lo, dar-lhe moradia e assistência mínima para garantir sua sobrevivência e no caso de maus-tratos comprovados, o proprietário poderia perder sua mercadoria. A senzala, uma construção rústica dentro da unidade de trabalho, com poucas janelas, era onde os escravos passavam a noite; eles dormiam todos juntos, no chão ou sobre palhas (KARASCH, 2000).

Alguns escravos conseguiam fugir do cativeiro e quando não eram capturados embrenhavam-se nas florestas e uniam-se a outros fugitivos, formando grupos de negros que reagiram à escravidão. Os locais onde se estabeleceram receberam o nome de quilombos, formando grupos bem organizados que, embora oriundos de tribos diferentes, com alguns costumes diferentes, se uniam como uma família e ali podiam praticar sua cultura e religião e também falar sua língua de origem. Até hoje o Brasil tem populações quilombolas. Um quilombo que se destacou na história brasileira foi o Quilombo de Palmares, liderado por Zumbi, que é para os afro-brasileiros um ícone em sua história (GIRÃO, 1969).

Em 1808, a Inglaterra aboliu o tráfico de escravos em seu país e, por interesses econômicos, passou a pressionar os outros países a adotarem a mesma prática. Em 7 de março de 1808, o Brasil deixou de ser colônia e passou a ser a sede do reino português; apesar de ainda estar sob o domínio de Portugal, quando Dom João VI criou o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Esses foram alguns passos em direção à independência. O que ocorreu com a chamada “Proclamação da Independência” às margens do riacho Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, foi apenas a separação formal e política entre Brasil e Portugal (GOMES, L., 2007). Assim, Portugal, para reconhecer a Independência do Brasil em 1827, assinou um acordo, comprometendo-se a acabar com os navios negreiros. Mesmo com o bloqueio comercial destes pela Inglaterra, o tráfico continuou e os ingleses, ao abordarem os navios negreiros brasileiros, confiscavam carga de escravos, causando muitos prejuízos. O Brasil, embora tivesse receio de reprimendas mais severas, tais como ameaça de guerra por parte da Inglaterra, ainda continuou com o tráfico por longo período (MANCHESTER, 1973).

Logo após a Independência, foram convocados imigrantes para trabalhos rurais. A importação do trabalhador livre se desenvolve de forma acelerada, em inúmeras regiões do

Brasil. Embora sobrasse mão de obra dos negros libertos, não tinham incentivos para eles trabalharem, pois os proprietários das terras queriam apenas dar-lhes alimentação e não confiavam neles, já que antes eles trabalhavam compulsoriamente. O negro, excluído do mercado de trabalho e despreparado para competir, perdeu espaço, e os imigrantes se destacavam. Com o início da industrialização no Brasil, as fábricas admitiam apenas os imigrantes brancos, e o contingente estrutural de desempregados gerados também pelo capitalismo levou o negro a uma pobreza exacerbada, ficando totalmente destituído de elementos básicos para subsistência humana, como trabalho, alimentação, habitação, saúde, educação, e sem nenhuma perspectiva para obtenção destes, gerando uma grande desigualdade social, que persiste de geração a geração (FERNANDES, 1978).

As condições de vida dos escravos eram sub-humanas, e havia pessoas contra essa prática comercial, apesar de ser considerada legal naquela época. As pessoas que repudiavam esse tipo de comércio eram chamadas abolicionistas, geralmente os “letrados” da época (pessoas com amplos conhecimentos, cultas, versadas em literatura), que contavam com o apoio de religiosos, literatos, políticos e pessoas do povo (LAROUSSE, 1992). Apesar de os abolicionistas protestarem contra a escravidão, esse tipo de comércio perdurou por aproximadamente 300 anos, por ser um comércio lucrativo e sustentar a economia do país (RODRIGUES, N., 2004).

As primeiras leis abolicionistas no Brasil foram: a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que proibia o tráfico de escravos intercontinental; a Lei do Ventre Livre, ou Lei Rio Branco, assinada pela Princesa Isabel e promulgada em 28 de setembro de 1871, que permitia a liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir da promulgação da referida Lei; e a Lei dos Sexagenários, ou Lei Saraiva – Cotegipe, assinada por D. Pedro II e promulgada em 28 de setembro de 1885, que libertava os escravos com mais de 60 anos de idade. Todas essas leis surgiram graças ao posicionamento do Movimento Abolicionista e contribuíram para a abolição da escravidão no Brasil. Assim, em 13 de maio de 1888, foi promulgada a Lei Áurea, que acabou com a escravidão no país (ALENCASTRO, 2000).

Com a abolição, os escravos não foram recompensados pelos trabalhos executados, e, sem remuneração, a maioria dos libertos ficou à mercê da sorte – pobres, alguns doentes, analfabetos e sem teto. Não havia políticas públicas que integrassem os negros à sociedade, e a emancipação efetiva da população não significou muito para os libertos. Os colonos e os negros tiveram muita dificuldade, pois o colono tinha as terras, mas não produzia por falta de

mão de obra. Os negros estavam libertos, mas, sem remuneração, muitas vezes praticavam roubos e vadiagens. Um terço da população na época era de escravos e, para manter a ordem no país, ou seja, com o intuito de banir a vadiagem, foi estabelecido o toque de recolher para os negros, que não podiam estar na rua depois das nove horas da noite e se algum deles fosse encontrado na rua depois desse horário, seria preso. Assim, muitos libertos, sem ter para aonde ir, permaneciam nas fazendas trabalhando em troca apenas da alimentação, sem acesso a direitos civis fundamentais (NABUCO, 1982).

Como os negros africanos vieram de toda a parte da África, havia vários grupos étnicos, com línguas, religiões e costumes diferentes. Apesar de terem deixado suas famílias e sua pátria, trouxeram suas crenças e costumes que, embora proibidos de utilizá-los durante a escravidão, eram mantidos secretamente, a exemplo da religião na qual cultuavam suas divindades. A influência da cultura negra na cultura brasileira dá-se em vários setores: na religiosidade africana (candomblé, umbanda e quimbanda), na culinária (o pirão, o angu, a feijoada, incluindo os usos do azeite de dendê, do coco e do café), na música, no uso de ervas para cura de doenças, na dança (a capoeira e o samba), dentre outros (ANTONIL, 1982).

Apesar da importante contribuição do negro no desenvolvimento socioeconômico, cultural e religioso do Brasil, a população afrodescendente brasileira é afetada pela desigualdade social, porque o país não conta com políticas públicas suficientes direcionadas a essa população. Todavia, com o objetivo de sanar essas dificuldades em prol do afro-brasileiro, existem movimentos sociais que lutam pela igualdade social dessa população, e um desses movimentos é o Movimento Negro (MOURA, 2004).

O Movimento Negro é o nome genérico dado a um movimento social que defende a causa do negro, surgiu com a redemocratização pós-Segunda Guerra Mundial. Os militantes desse segmento social defendem os direitos de cidadania da população negra, reivindicando igualdade de condições em todos os setores da sociedade (BENOT, 1981).

No Brasil, esse Movimento começou no início da colonização, quando alguns escravos se rebelavam contra as condições precárias a que eram submetidos. Esses grupos eram formados por escravos que fugiam para as florestas, o que dificultava sua captura. Essa população de fugitivos constituía os quilombos, que foram crescendo e se fortalecendo. Dessa forma, surgiram os movimentos em prol de melhores condições sociais para a população negra brasileira (TEIXEIRA, F., 2000).

A partir da abolição em 1888, com a degradação da população negra, seja pela omissão, silêncio ou recalcamento em torno das desigualdades raciais no Brasil, os grupos sociais negros começaram a evoluir, em meados de 1910, nos principais centros do país, em prol da luta pela cidadania (GOMES, L., 2007).

O Movimento Negro Brasileiro constrói caminhos alternativos de atuação e enfrentamento em busca de propostas pluralistas, objetivando a criação de estratégias e ferramentas de combate à discriminação racial e o desenvolvimento de políticas públicas, visando a melhorar a qualidade de vida da população afro-brasileira em todos os setores da sociedade. Esse movimento se organiza em associações, grupos de apoio, fundações e outros, com os objetivos de buscar a efetivação dos direitos à igualdade e promover a equidade entre a sociedade, por meio de ações afirmativas e políticas de integração social. Os cidadãos que lutaram contra a discriminação racial, a invisibilidade, a indiferença e o mito da democracia racial viveram, até o início do século, anônimos no país (SANTOS, A., 2005).

O Movimento Negro é um movimento social que também pode ser conceituado como movimento populares de representação de um grupo de interesses, com variados tipos de ação coletiva, cuja ação social é orientada, no sentido de desenvolver um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento e que o descaracteriza como espontâneo, a fim de obter transformações políticas e econômicas em um novo cenário de transformações naturais e sociais, levando em consideração a metodologia adotada, sua organização, seu contexto geográfico, seus representantes, ideologia, políticas, vitórias, derrotas, estrutura e experiência para se consolidar como representativo dentro de uma sociedade (BRAGA, 1999).

Na Constituição Brasileira de 1988, o Movimento Negro obteve vários avanços nas lutas institucionais contra o racismo. Desde então, foi reconhecida a necessidade de articulação por parte de vários segmentos da sociedade, estabelecendo-se pontes de negociações para inserção da população negra. Houve fortalecimento de propostas de políticas positivas e ações afirmativas na educação e em outros setores sociais, implementadas em empresas, universidades e órgãos governamentais, como os sindicatos, que reconheceram a importância da temática racial para a organização dos trabalhadores, criando condições para a inclusão econômica e social da população afro-brasileira (QUEIROZ, 2002).

As políticas positivas são voltadas para vários segmentos da sociedade e na educação, tem importante função social, pois colaboram para o afro-brasileiro ter acesso ao trabalho,

buscando amenizar a desigualdade na sociedade brasileira (DOIMO, 1984). Nessa perspectiva, é que o Movimento Negro Brasileiro luta pela aprovação das cotas raciais na educação superior para os afro-brasileiros (GRIN, 2001).

No Brasil, as denúncias e o combate às práticas racistas em prol da igualdade social são geralmente encabeçados pelo Movimento Negro, como mostra a visão de Siss (2003, p. 22):

[...] O movimento negro nacional é o conjunto das iniciativas de natureza política, educacional, cultural, de denúncia e de combate ao preconceito racial e às práticas racistas de reivindicação de mobilização. É a pressão política na luta da implementação de uma cidadania plena aos brasileiros em geral e aos afro-brasileiros em particular, atuando em prol da igualdade e da valorização dos seres humanos.

Esse Movimento não poupa esforços para recuperar, fortalecer e promover os valores da identidade cultural da comunidade afro-brasileira e muitas são as conquistas obtidas, e a principal é a observação e o cumprimento dos direitos e garantias fundamentais que regem a Constituição Federal Brasileira. Têm-se, então, a Lei n. 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e a Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nas escolas como forma de conscientização. Essa medida busca suporte necessário para a geração vindoura da raça tomar conhecimento e aprender a verdadeira história da trajetória do negro no Brasil, valorizando sua descendência, embora em algumas escolas ainda haja resistência em cumpri-la. Outra conquista do Movimento Negro Brasileiro é a posse de terra para os quilombolas e a luta pelas políticas de ações afirmativas dentre outras conquistas que vêm ao encontro da necessidade do afro-brasileiro. A maior luta desse movimento objetiva a igualdade racial, pois acredita que isso dará mais dignidade a essa população (BENJAMIN, 2006).

Dentre os movimentos negros brasileiros, cita-se o Movimento Negro Unificado (MNU). Segundo Silva, M. L. (2007) o MNU é uma organização fundada em 1978 com o objetivo de lutar contra o racismo em âmbito nacional com atividades regulares e, até hoje, estabelece uma relação direta entre o conhecimento histórico e a militância antirracista. Conforme o autor, o conhecimento histórico produzido pelo MNU tem uma motivação política, pois a entidade acredita que existe uma relação direta entre a conscientização étnico-racial e a história de luta de seus ascendentes. Nessa perspectiva, Silva, M. L. (2007) acredita

que MNU pretende tornar os seus militantes conscientes por meio do passado histórico e para isso usa a História como estratégia política de combate ao racismo.

Nesse contexto, de luta e uso de estratégias políticas de combate ao racismo, Santos, I. (2001) explica que os movimentos negros de São Paulo, por exemplo, eram formados por um conjunto de cidadãos, de sujeitos sociais, que construíram caminhos alternativos de atuação, de enfrentamento e busca permanente de respostas para superar a discriminação racial a que a população negra foi e ainda é submetida. O autor ressalta que a indignação desses homens e mulheres desenvolveu-se em relação a uma multiplicidade de problemas sociais fundamentais sofridos pela população negra que contribuiu para o colapso do mito da democracia racial no Brasil. A luta do movimento negro no Brasil, segundo o autor, foi marcada por uma intensa participação desses movimentos, que contestaram o poder em um regime autoritário.

Na perspectiva de luta do Movimento Negro, Rios (2009) relata que esse fato social tem requerido uma progressiva profissionalização dos militantes, a formalização e burocratização das organizações, bem como novas estratégias de mobilização de recursos e especialização do ativismo. Em grande medida, conforme a autora, essa institucionalização está ligada ao modo pelo qual o movimento se apropriou das oportunidades políticas oferecidas pelo Estado e pelo ambiente civil a partir da redemocratização brasileira.

Desde a abolição até agora, o crescimento econômico tem gerado condições extremas de desigualdades sociais e raciais no Brasil. Mesmo com todas as políticas públicas voltadas para atenuar a exclusão social e racial no país, ainda falta muito para resolver os problemas das desigualdades existentes. A desigualdade racial é visível na vida cotidiana, tanto que nas estatísticas oficiais demonstram claramente as desigualdades existentes quanto à cor e raça da população e o *status* social do indivíduo.

2.1 DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL

Este subitem abordará a desigualdade racial no Brasil, que envolve o racismo, o preconceito racial e a discriminação racial.

2.1.1 Racismo

A palavra “racismo” é derivada da palavra “raça”, termo usado pela primeira vez pelo fundador da antropologia Georges-Louis Leclerc (1707-1788), conde de Buffon, em 1749, que considerava a raça pela cor da pele. Ele dividiu a espécie humana em cinco raças: caucásica-branca, mongólico-amarela, etíope-negra, americano-vermelha e malaio-parda (DUNN; DOBZHANSKY, 1962).

Nessa direção, Alexandre (2006) confirma que o racismo foi criado a partir das desigualdades entre grupos humanos e consolidados no imaginário social a partir das teorias supostamente científicas na Europa e incorporados por membros da elite intelectual brasileiros. A autora explica que assim que estabeleceu um ideal de raça, os racistas dela tiram um julgamento moral e um ideal político, sendo a submissão das raças inferiores sua eliminação, justificada pelo saber acumulado a respeito da raça.

No entender de Teixeira, C. (2009, p. 30):

[...] o racismo brasileiro aparece simultaneamente em duas frentes: no plano simbólico no plano estrutural. No primeiro, ele se revela através da ideologia da superioridade natural de um grupo de cor sobre o outro – ideologia do embranquecimento, onde o *status* e a honra são aferidos pela clareza da pele. No segundo, o racismo se traduz como o sistemático acesso desigual a bens serviços, através do sistema de hierarquização social, que se fundamenta no argumento branco-elite X negro-povo. Neste sistema, além da cor, são consideradas formas prestígio social: origem familiar, educação formal e classe. Destarte, no plano estrutural, o preconceito interpessoal seria uma das possíveis manifestações do racismo. A questão mais grave não estaria nas tendências subjetivas dos indivíduos, mas sim no âmbito das relações sociais.

A raça foi definida por muitos pesquisadores a partir da cor da pele, da textura do cabelo, da forma craniana, dentre outros caracteres (MAIA, 1979).

Muniz (2009) defende que a noção de raça foi ressignificada positivamente para atender às reivindicações do povo negro, pois, para a autora, no contexto sociopolítico atual do Brasil, é impossível dissociar as políticas públicas das políticas de identidades. Ela explica, ainda, que a polarização entre brancos e negros constituiu e constitui até hoje a grande estratégia do movimento social negro para adquirir uma força política que até então estava diluída no discurso da miscigenação, e mascarada pelo mito da democracia racial.

Comas et al. (1970, p. 11) definem raça da seguinte forma:

[...] os homens não semelhantes na aparência; há variações nas características físicas externas transmitidas, total ou particularmente, de pai para filho. E são os grupos relativamente homogêneos, quanto a este aspecto, que constituem o que genericamente chamamos “raças”.

O racismo não é uma teoria, mas um conjunto de opiniões preconcebidas em que são valorizadas as diferenças biológicas entre os seres humanos, que acreditam serem superiores aos outros de acordo com o matiz racial. A crença na existência de raças superiores e inferiores foram utilizadas muitas vezes para justificar a escravidão, o domínio de determinados povos por outros e os genocídios que ocorreram durante toda a história da humanidade (CABECINHAS, 2007).

O racismo, no senso comum, engloba as opiniões sem cunho científico, são os julgamentos humanos por meio da cor da pele, dos caracteres diferentes da suposta raça tida como superior. Antes da abolição, havia o racismo científico, ligado ao medo que os escravocratas tinham da abolição; acreditava-se que talvez os negros pudessem tomar o país, causando a perda de tudo que os escravocratas haviam acumulado em quase 400 anos de escravismo (VIEIRA, 2008).

No Brasil, podem ser citados alguns tipos de racismo, como: o institucional, o individual e o cultural. O institucional é o racismo que se revela por meio de mecanismos institucionais, explícitos ou não, em que brancos e negros com a mesma condição social e com o mesmo grau de escolaridade recebem tratamentos diferenciados nas instituições públicas. Nesse tipo de racismo, os excluídos são abertamente discriminados no sistema de trabalho, na Justiça, na Economia, na Política e nas demais instituições. O racismo individual evidencia-se nos estereótipos, nas atitudes, nos comportamentos, em interesses pessoais que estão socializados entre brancos, negros e indivíduos de outros segmentos sociais. O racismo cultural, que traz elementos do racismo individual e do institucional, manifesta-se nos valores, nas crenças, na religião, na língua, na música, na filosofia, na estética e em outros valores (SÃO PAULO, 2009).

O racismo pode ser distinguido em três níveis: primário, secundário e terciário. O racismo primário é um fenômeno psicossocial; é um estado de espírito passional, irracional, que exprime medo e cólera, terror e ódio, corresponde ao que é chamado de mito. O racismo

secundário, que consiste no etnocentrismo, é um fenômeno psicossocial mais sofisticado, pois ocorre quando um determinado grupo social começa a hostilizar outro por motivos torpes, cujo grupo mais poderoso e homogêneo hostiliza o mais fraco, ou diferente, pois o segundo não aceita seguir as mesmas regras e os princípios ditados pelo primeiro. Isto, muitas vezes, com a justificativa da diferença física, que acaba se tornando a base do comportamento racista. O racismo terciário é o que desenvolve justificativas científicas – no século XIX e início deste século, que vinham da biologia e da genética. Atualmente, vem da antropologia e da psicologia social. Esses três níveis de racismo têm como adversários os argumentos antirracistas, que, na maioria das vezes, são também racistas, já que eles têm dificuldade de pensar a diferença, de ver o mundo com os olhos dos outros (SILVA, M. J., 1994).

O racismo no Brasil, à luz de um discurso multiculturalista, exclui os grupos e minorias étnicas. Isso significa uma acomodação à persistência das desigualdades, o que é a própria essência do racismo (SEYFERTH, 2002). O negro não é vítima do racismo, ele é alvo do racismo, porque dizer que o negro é vítima do racismo é vê-lo como uma pessoa passiva dentro de uma situação, pois ele é que está sendo atacado. O negro tem de lutar contra o racismo que ele introjetou e está usando para destruir outros negros e a si próprio e, ao mesmo tempo, lutar contra o racismo que vem da sociedade. O racismo não é uma ideologia; o racismo é uma consciência historicamente determinada (MOORE, 2005).

O que se pode ver é que a aceitação da existência de raça não significa a aceitação da superioridade e da discriminação racial. Segundo a Constituição do Brasil de 1988, o racismo é crime, mas existe um racismo silencioso, que atinge os excluídos, como os pobres, os negros, os indígenas e as pessoas fora do padrão de beleza imposta pela mídia (gordo, baixo, entre outros). Todavia, os que mais sofrem são os negros pobres (BRASIL, 2000a).

Conforme Guimarães (2009), o racismo brasileiro é sem cara e por trás de seus trajes ilustrados e universalistas se trata como antirracismo e negando-se como antinacional, a presença integral do afro-brasileiro ou do índio-brasileiro. Para esse racismo, o racista é aquele que separa, e para ele o racismo é o racismo do vizinho. O racismo e o preconceito racial no Brasil estão enraizados em cada brasileiro. Dizer que não é racista é difícil, porque está no imaginário das pessoas, por exemplo, nas piadas, no dia a dia delas (nos dizeres populares).

Para o referido autor, o racismo no Brasil é um racismo velado, disfarçado no mito da democracia racial, mas violento, por ser o brasileiro uma mistura de raça, então se diz: como

pode haver preconceito racial? O racismo ou o preconceito racial levam à discriminação, porque enquanto as pessoas não se atentarem para o fato de que todos são seres humanos e iguais, independentes de cor, raça, gênero e religião, e que cada pessoa merece respeito em toda sua integridade, tanto física quanto moral, haverá conflito racial.

2.1.2 Preconceito racial

O preconceito racial é um problema de relacionamento sem outra especificação. De acordo com o *Diagnostic Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-IV)*⁴ – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – quarta edição – 1994, é um problema referente à saúde mental, pois causa problemas em relacionamentos interpessoais. Alguns cientistas sociais acreditam que o racismo não tem uma forte base psicológica, preferindo salientar os fatores sociais e de classe como causadores; outros veem o preconceito como uma atitude aprendida e o consideram uma variante cultural. Alguns psiquiatras o entendem como parte de um transtorno mental, sendo preconceito uma defesa mal-adaptativa, que visa a proteger o indivíduo de profundos sentimentos de inadequação, envolvendo a projeção de atributos indesejados e desvalorizados (KAPLAN; SADOCK; GREBB, 2003).

Silva, M. L. (2004, p. 218) reconhece a necessidade da campanha contra o preconceito quando diz:

Desenvolver a campanha “Preconceito racial humilha, a humilhação social faz sofrer”, é reconhecer a importância da temática luta pelos direitos humanos dos afrodescendentes, assim como ratificar a posição contida no relatório da Organização Mundial da Saúde – OMS, que assume a existência de “uma firme associação entre experiências de racismo e o maior risco de manifestação ou agravamento de problemas mentais”.

Embora a Organização Mundial da Saúde (OMS)⁵ e alguns psiquiatras vejam o preconceito como parte de um transtorno mental, deve-se fazer uma melhor reflexão sobre o assunto, porque a questão, em sua maior parte, está associada a problema social.

⁴ O Manual, publicado em 1994, é um livro de mão para profissionais da área da saúde mental que lista diferentes categorias de transtornos mentais e critérios para diagnosticá-los, de acordo com a Associação Americana de Psiquiatria (1994).

⁵ Agência especializada em saúde, fundada em 7 de abril de 1948 e subordinada à Organização das Nações Unidas. A OMS tem por objetivo desenvolver ao máximo possível o nível de saúde de todos os povos. A saúde sendo definida nesse mesmo documento como um «estado de completo bem-estar físico, mental e social e não consistindo somente da ausência de uma doença ou enfermidade (REBOUÇAS, 2008).

O preconceito é visto como uma forma específica de relação intergrupar, segundo Camino (2004, p. 236): “[...] o preconceito, como atitude, por construir-se como vertente subjetiva de um conflito de poder entre grupos assimétricos, desenvolve-se no interior dos grupos dominantes [...]”.

Martins (2004) analisa o preconceito racial como marginalização do poder. No entender do autor, esse preconceito sempre originou pela ganância, pois jamais se poderia dizer que, pela cor da pele ou pelo dialeto falado, um é mais forte ou mais fraco, mais inteligente ou menos capaz de absorver conhecimento do que outro povo. Para o autor, todos os seres humanos são do mesmo fruto, diferenciados somente pelo meio, pelas tradições, mas a ganância do homem branco por volta do século XV e suas ações expansionistas precisavam de alguém que fosse funcionário gratuito dos feudos, originando assim um maior lucro. O autor parece afirmar que o preconceito nasce da ganância, da necessidade de “ser mais que” e “poder mais que”.

No Brasil, o preconceito racial é exercido em relação à aparência, tornando-se violência racista do branco em relação ao negro, como forma de segregação – tenta destruir a identidade do negro, usurpando seus ideais e valores e projetando o ideal da “brancura”. É nesse segmento que o negro idealiza uma beleza com traços alheios a sua etnia, como o cabelo liso – o casamento com o branco apenas visando ao nascimento de filhos com pele clara, na tentativa de privar os seus de passar pela humilhação da discriminação, negando-se assim sua própria identidade, o que o leva a uma baixa autoestima (ALMEIDA, J., 2007).

Como se pôde identificar, o preconceito racial é construído na relação social. É o juízo precipitado e superficial que alguém forma dentro de si sobre o comportamento do outro, a ideia que se tem ou se faz do outro, diferente da discriminação racial que é a ideia colocada em prática, com posturas mais radicais.

2.1.3 Discriminação racial

A discriminação racial é mais ampla do que o preconceito, porque abarca uma maior gama de agentes em determinadas circunstâncias. Ela é produto direto do preconceito, resulta de arranjos institucionais organizados para determinados fins, em que as diferenças geram discórdia e opressão na sociedade. A discriminação racial é qualquer distinção, exclusão ou

preferência que tenha por efeito anular ou destruir a igualdade de oportunidade e tratamento por causa da raça/etnia ou cor da pele (NOGUEIRA, 1996).

De acordo com os estudos de Oliveira, L. (2007), uma das principais características da discriminação racial no Brasil é o não reconhecimento desse problema. O autor ressalta que boa parte da literatura, da música e mesmo das Ciências Humanas e Políticas celebram e afirmam a igualdade e a importância comum de todas as raças. O autor destaca ainda que o contexto social multirracial brasileiro propicia dinâmicas bastante diferenciadas em termos da experiência subjetiva para negros e brancos. O autor explica que a marca da diferença começa bem cedo: em casa, na escola, na rua, ou seja, nos espaços de educação e socialização, e, ainda, que vicissitudes como esta fazem com que negros e afro-brasileiros enfrentem inúmeros problemas de identidade, pois muitas vezes acabam tendo que se identificar com uma condição pré-definida como negativa ou inferior. O autor revela que no campo de estudo da psicologia brasileira, infelizmente, existe uma escassa produção sobre a temática racial, o que revela que a questão tem, na maioria das vezes, escapado ao olhar e aos cuidados dos profissionais de Psicologia. Outro ponto destacado pela autora é o fato de que aspectos oriundos das desigualdades raciais, como o preconceito e a discriminação racial, são problemas exclusivos dos negros, uma vez que somente eles são estudados e problematizados, mas esse problema diz respeito a todos, pois se existe um discriminado é porque antes existe o discriminador.

A Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, um dos principais tratados internacionais em matéria de Direitos Humanos, foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 21 de dezembro de 1965 e ratificada pelo Brasil em 27 de março de 1968, entrando em vigor em 4 de janeiro de 1969. A expressão “eliminação de todas as formas de discriminação racial” enfatiza qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência pautada em raça, cor, descendência/nacionalidade étnica que tenha fim/efeito anular ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício de igualdade de condições dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1969).

No Brasil, em função dos avanços nas estruturas sociais, a discriminação vai adquirindo novo modelo de exclusão, sem qualquer garantia de competitividade entre os grupos citados. As diferenças ao longo da história consistem em: a discriminação do período

da escravidão inferiorizava o negro para dar sentido à política vigente; já no período atual, ela impede a ascensão do negro, justificando-se pela falta de oportunidade e assim levando à exclusão social (FERNANDES, 1978).

A discriminação racial no Brasil ocorre porque a população negra não tem preparo para competir com a população branca, pois ocupa postos precários e também mais vulneráveis por falta de oportunidades, interferindo em muitos segmentos sociais, desde o período da abolição até a política atual, mas com novos perfis. Os indicadores econômicos, em pesquisas sociais e raciais, demonstram a desigualdade entre a população branca e negra no país; essa desigualdade está alicerçada na discriminação racial e viola o direito à cidadania (BENTO, 1990).

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2007), na pesquisa *Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho* (1999), realizada para o Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial, concluiu que os resultados da pesquisa trazem um conjunto de informações que demonstram uma situação de reiterada desigualdade para negros, de ambos os sexos, no mercado de trabalho. A pesquisa demonstrou que a discriminação racial é um fato cotidiano e interfere em todos os setores sociais das seis regiões estudadas, independentemente da maior ou menor presença da raça negra nessas regiões.

Há diferença entre racismo, preconceito racial e discriminação. O racismo é uma tendência de processo mental, em que existe a convicção de que algum indivíduo é superior, exclui o outro que ele julga inferior (WIEVIORKA, 2002). Já na discriminação é uma ação que pode ser gerada por instituições ou não e, às vezes, apenas por indivíduos (BENTO, 1990). No preconceito, há uma construção mental ou afetiva, uma ideia preconcebida sobre uma pessoa ou grupo de pessoas por sua raça/etnia ou cor da pele (CROCHIK, 2006).

Percebe-se que, a partir do exposto, pode haver diferenciação dos conflitos raciais da seguinte forma: no racismo, há um processo mental de superioridade de um grupo em detrimento do outro; na discriminação, há uma ação em que, além de excluir o grupo, ainda são cerceadas as oportunidades, gerando a desigualdade social. Na discriminação racial está contido o preconceito que envolve atitudes que delimitam as oportunidades do grupo excluído em todos os segmentos sociais, e no preconceito, há uma construção mental feita sobre o outro sem o conhecer, construindo-lhe barreiras sociais. Todos esses conflitos raciais geram a

desigualdade social no país, que assume características distintas, porque é composta de fatores sociais próprios de cada sociedade. Na sociedade brasileira, a exclusão gerada pela violência e falta de oportunidade é fator social que contribui para a desigualdade social do país, sendo esse aspecto visível sociedade, destacado pelos principais indicadores do país, que refletem as diferenças nos setores socioeconômicos, político e cultural.

2.2 DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

O artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos⁶, de 10 de dezembro de 1948, diz:

1. Toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para assegurar a si e à sua família, a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, à habitação, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários [...] (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

A população brasileira é formada principalmente por descendentes de povos indígenas, colonos portugueses, escravos africanos e de diversos grupos de imigrantes que se estabeleceram no Brasil, sobretudo entre 1820 e 1970. A maior parte dos imigrantes era de italianos e portugueses, mas houve significativa presença de alemães, espanhóis, japoneses e sírio-libaneses. O IBGE, de acordo com as respostas da população, classifica o povo brasileiro entre cinco grupos: branco, preto, pardo, amarelo e indígena, baseado na cor da pele ou raça. A PNAD 2006 constatou que o Brasil é composto de 93.096 milhões de brancos, 79.782 milhões de pardos, 12.908 milhões de pretos, 919 mil amarelos e 519 mil indígenas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008b).

O IBGE, quanto ao quesito cor/raça em alguns censos utilizou as categorias: “preto”, “parda”, e em outros, “negro”. Na elaboração do Censo de 2000, o Instituto realizou vários seminários, com a presença de vários segmentos sociais, como: Movimento Negro, órgãos governamentais e não governamentais e outras entidades que tiveram a oportunidade de discutirem esse quesito. As sugestões foram trocar a categoria “preta” por “negra” e “parda”

⁶ Foi adotada e proclamada pela Resolução n. 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, é um dos documentos básicos das Nações Unidas e foi assinada em 1948. Nela, são enumerados os direitos que todos os seres humanos possuem (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948).

por “mestiça”, mas, nos testes, verificaram que o questionário com a categoria “preta” tinha mais respostas do que aquele que substituiu essa categoria por “negra”, semelhante ao que ocorreu com a categoria “mestiça”, demonstrando que o entrevistado reconhece melhor as categorias “preto” e “parda” que “negra” e “mestiça” (BELTRÃO; TEIXEIRA, 2005).

O termo “branco” está relacionado com o matiz étnico de origem europeia, e o termo “preto” com o matiz étnico da população de origem africana; o termo “pardo”, elemento fruto da miscigenação, passa a ser um componente da população sem origem étnica, ou então uma parte da população em disputa na construção da identidade étnica nacional (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007).

Dados da PNAD 2005 demonstram que 6,3% da população brasileira se declara negra (grupo racial de pessoas com cores de pele que vão desde o marrom-claro até o quase preto, pessoas que descendem de povos da África subsariana), enquanto 43,2% se classificam como pardos (“pardo” é um termo oficial brasileiro formalmente utilizado para descrever alguém de origem mestiça. No Brasil há vários tipos de pardos, cujas terminologias são: mulatos – para descendentes de brancos e pretos; caboclos – para descendentes de brancos, pretos e indígenas; mamelucos – para descendentes de brancos e indígenas; cafuzos – para descendentes de pretos e indígenas; são pessoas com ancestralidade mesclada entre africanos, europeus e indígenas). No Brasil, a população negra concentra-se especialmente na região Nordeste. Sua menor proporção encontra-se no Estado de Santa Catarina, somando 11,7% da população (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006c).

Comparado com outros censos realizados nas últimas duas décadas, pela primeira vez o número de brancos não ultrapassou os 50% da população. Em 2000, os brancos eram 53,7% no censo. Em comparação, o número de pardos cresceu de 38,5% para 42,6%, e o de pretos, de 6,2% para 6,9%. Essa tendência deve-se à revalorização da identidade histórica de grupos raciais que ao longo do tempo foram discriminados. Já em 2006, quanto à cor/raça, 49,7% são brancos; 42,6%, pardos; 6,9%, pretos; 0,5%, amarelo; e 0,3% indígena (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007).

Em novembro de 2005, o IPEA, em parceria com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, lançou o estudo “Retrato das Desigualdades”, que trouxe uma ampla gama de indicadores capazes de retratar as desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira. O objetivo desse trabalho foi disseminar entre os mais diferentes públicos –

movimentos sociais, pesquisadores, gestores, parlamentares, estudantes – os dados coletados anualmente pela PNAD do IBGE. Por meio dessa pesquisa, foi permitido visualizar, de forma explícita e compreensível, as enormes desigualdades que se manifestam entre negros e brancos e homens e mulheres nos mais diferentes espaços sociais – educação, mercado de trabalho, saúde, acesso a bens e serviços e outros (PINHEIRO et al., 2008).

No Brasil, a desigualdade social é fruto do ambiente social, produzido por um conjunto de relações no qual um fator social gera o outro, a exemplo da concentração de renda em uma pequena parte da população gerando salários baixos e desemprego de muitos; os salários baixos influenciam em vários outros segmentos da vida da população, como educação, saúde; o desemprego gera a fome, e a fome gera a violência, dentre outros fatores sociais (SILVA E SILVA, 2001).

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos⁷ (2007), na pesquisa “Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho”, realizado para o Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial⁸, demonstra uma situação de reiterada desigualdade para os trabalhadores negros, de ambos os sexos, no mercado de trabalho das seis regiões metropolitanas estudadas: São Paulo, Salvador, Recife, Distrito Federal, Belo Horizonte e Porto Alegre. Nesses locais, as desigualdades no mercado de trabalho entre negros e não negros são visíveis e referentes aos rendimentos das trabalhadoras e trabalhadores negros, são sistematicamente inferiores aos rendimentos dos não negros, quaisquer que sejam as situações ou os atributos considerados. Os dados revelam que a desigualdade social no Brasil resulta de vários fatores sociais e econômicos, como: má distribuição de renda, diferenciações e comportamentos discriminatórios disseminados por todo o país, dentre outros. Na pesquisa são usados os termos: raça negra: pretos e pardos; raça não negra: brancos e amarelos.

Para dar mais visibilidade à realidade atual vivenciada por afrodescendentes brasileiros, algumas pesquisas de indicadores governamentais e não governamentais serão abordadas nos próximos parágrafos.

⁷ Instituição de pesquisa criada pelo Movimento Sindical, em 1955, para desenvolver atividades de pesquisa, assessoria e educação do movimento sindical brasileiro, e comunicação nos temas relacionados ao mundo do trabalho e que se ajustam aos desafios que a realidade coloca para a organização dos trabalhadores brasileiros (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2010).

⁸ Esse Instituto tem o objetivo de subsidiar o movimento sindical e os movimentos sociais na luta pela igualdade de oportunidades e criação de políticas públicas para a população negra.

2.2.1 Educação

A falta de acesso à educação acaba influenciando também na desigualdade de rendimentos, porque a educação seleciona o indivíduo ao torná-lo apto ao ingresso no mercado de trabalho. A educação gera oportunidades para a vida de uma pessoa, enquanto sua falta acaba por privá-la de muitas delas, tanto que Hasenbalg e Silva (1999, p. 239) assim se expressam:

[...] parece claro que no Brasil de hoje o núcleo das desvantagens que pretos e pardos parecem sofrer se localiza no processo de aquisição educacional. As diferenças nos retornos ocupacionais dos investimentos em educação são relativamente modestas quando comparadas com as diferenças na realização educacional, qualquer que seja o estrato de origem. Diferenças que tendem a crescer conforme aumenta a situação socioeconômica de origem. Assim, a questão educacional parece estar se constituindo no nó górdio [nó que não se desata] das desigualdades raciais em nosso país.

Nas universidades são relevantes as proporções de estudantes cujos pais têm instrução superior, sugerindo que há uma associação entre a instrução dos pais e a presença dos filhos no ensino superior, porque o grau de instrução dos pais frequentemente interfere no grau de instrução dos filhos. Essa constatação mostra o privilégio dos estudantes brancos e amarelos, aqueles melhores representados com relação a esse aspecto. Os estudantes cujos pais têm instrução elementar são pouco representativos e têm maior expressão entre os pretos e pardos (QUEIROZ, 2002).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006b), na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), de setembro de 2006, no quesito cor e raça, concluiu que 25,5% dos brancos com mais de 18 anos frequentavam ou já haviam frequentado curso superior, em comparação com apenas 8,2% dos pretos e pardos. Ainda em relação à educação, verificou-se que 20,1% dos pretos e pardos com dez anos ou mais de idade tinham algum curso de qualificação profissional, enquanto na população branca esse percentual subia para 25,3%. Em quatro regiões metropolitanas, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre, pretos e pardos predominavam entre os que procuravam trabalho. Embora a soma de pretos e pardos representasse menos da metade (42,8%) da população em idade ativa, eles eram maioria (50,8%) na população desocupada.

A Síntese de Indicadores Sociais 2008/2009 mostra em análise das condições de vida da população brasileira que a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça - branca; 14,8%; preta 27,9% e parda 22,7% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009c).

Na síntese de indicadores econômicos de 2008, no que diz respeito à média de anos de estudo da população brasileira correspondente à faixa etária dos 15 anos e mais, as pessoas de cor branca apresentavam uma vantagem de quase dois anos (8,3 anos de estudos) em relação a pretos e pardos (6,7 e 6,5 anos), diferença que vem se mantendo constante ao longo dos anos se comparada com as informações (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009b).

Quando se analisam os indicadores de frequência da escola do segmento de jovens de 18 a 24 anos de idade, são visíveis as desigualdades existentes na média da escolaridade entre as pessoas brancas e pretas e pardas. No período de 1998 a 2008, verificou-se uma significativa melhora na distribuição da frequência por níveis de ensino entre a população de cor preta e parda. Mas, em 1998, 1/3 dos brancos dessa faixa etária já estava frequentando o ensino superior, tendo em 2008 quase o dobro da proporção. Porém, em 2008, para os jovens de cor preta e parda, a proporção no nível superior continua muito distante daquela observada para os brancos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA DE ESTATÍSTICA, 2009b).

A desigualdade na educação superior entre branco e negro fica acentuada quando é feita a comparação da proporção de pessoas de 25 anos e mais com curso superior concluído. Enquanto, no conjunto do País, 14,7% das pessoas de cor branca tinham concluído a educação superior, entre as pessoas de cor preta e parda a proporção era de apenas 4,7%, em 2008 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA DE ESTATÍSTICA, 2009b).

2.2.2 Saúde

O *Atlas Racial Brasileiro 2004: Banco de Dados* (2005) mostra que a população negra tem maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde e tende a relatar problemas de saúde com mais frequência que a população branca. As principais diferenças são constatadas no acesso a serviços de saúde, com dados indicando que atendimento médico, consultas, planos de saúde e tratamento odontológico são mais acessíveis à população branca. Os diferenciais

de gênero na população negra são maiores que os diferenciais de gênero na população branca, ou seja, no campo da saúde, ser homem e negro é a condição mais desfavorável. Dos que procuraram atendimento ambulatorial, apenas 66% conseguiram atendimento, contra 82% dos homens brancos, 85% das mulheres brancas e 72% das mulheres negras. O percentual de pessoas que conseguiram atendimento médico nas últimas duas semanas antes da pesquisa foi substancialmente maior entre os brancos (83,7%) do que entre os negros (69,7%). Também o número de consultas que cada pessoa fazia por ano era maior entre as pessoas brancas (2,29) do que entre as negras (1,83%) (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2005).

No Brasil, a anemia falciforme tem sido citada como questão central para a saúde pública, em virtude das características epidemiológicas que apresenta, e é uma doença mais prevalente na população negra. A prevalência média do traço falciforme, no Brasil, gira em torno de 2%, número que pode variar segundo as características étnicas da população estudada, chegando, por exemplo, a 5,5% na Bahia, onde há forte presença de negros e mestiços na população. Além da prevalência elevada, outra característica comumente associada à doença é o potencial de morbidade. Considerando que anemia falciforme não tem cura, uma das estratégias adotadas para impedir o crescimento da doença é a prevenção (DINIZ; GUEDES, 2006).

2.2.3 Trabalho

Os resultados da pesquisa do IPEA em 2003, sobre questão da renda no Brasil, associada a indicadores de pobreza e desigualdade mostram que 44,1% de negros viviam com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo. Entre os brancos, o percentual era de 20,5%. Quanto aos muito pobres (ou indigentes), com renda domiciliar *per capita* de até um quarto de salário mínimo, a proporção é de 12,9%, ou 21,9 milhões de pessoas. Entre as unidades da Federação, Alagoas é o Estado com a maior proporção de pobres, 62,3% de sua população, e Santa Catarina, com a menor, 12,1% (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA, 2005).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006b) na PME 2006, nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre, ao abordar os aspectos sobre cor ou raça, apresentava aos informantes cinco opções:

branca, preta, parda, amarela ou indígena. Nessa investigação, concluiu-se que a população declaradamente preta ou parda representava 42,8% das 39,8 milhões de pessoas com dez anos ou mais de idade nessas regiões. As populações pretas e pardas foram agregadas em um só grupo, que representava 42,8% da população em idade ativa, enquanto os brancos correspondiam a 56,5%. Na mesma pesquisa, concluiu-se que a população declarada preta e parda com dez anos ou mais de idade, quanto à educação, tem menos escolaridade e um rendimento médio equivalente à metade do recebido pela população branca. A população em idade ativa preta e parda tinha 7,1 anos de estudo, em média, e era menos escolarizada que a população branca (8,7 anos de estudo, em média). Foi apurado, também, que 6,7% das pessoas pretas e pardas com 10 a 17 anos de idade não frequentavam escola, contra 4,7% dos brancos.

A inserção desigual no mercado de trabalho também é demonstrada comparando-se a taxa de desocupação dos pretos e pardos (11,8%) com a dos brancos (8,6%). Em setembro de 2006, entre os empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado (que tem maior proteção legal e melhores remunerações), 59,7% eram brancos e 39,8% eram pretos e pardos. A maior participação de brancos nesta categoria justifica-se sua grande presença nas regiões metropolitanas com forte participação do emprego formal (São Paulo e Porto Alegre, onde, respectivamente, 44,9% e 44,2% da população ocupada têm carteira de trabalho assinada). Salvador e Recife têm grande participação de pretos e pardos e participações de emprego formal relativamente menor: 35,2% e 32,1%, respectivamente. A população branca também era maioria entre os empregados sem carteira assinada (54,5%) e os trabalhadores por conta própria (55%), mas os pretos e pardos correspondiam a 57,8% dos trabalhadores domésticos. Regiões com populações majoritariamente brancas, os trabalhadores brancos eram maioria em todas as categorias de ocupação, assim como nas regiões com maioria de pretos e pardos, mesmo assim, os pretos e pardos predominavam entre os trabalhadores domésticos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006b).

Os dados fornecidos pela PME 2006, por grupamento de atividade, nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre identificaram que no setor de serviços de construção e serviços domésticos são predominantemente ocupados pelos pretos e pardos. Cinquenta e cinco vírgula quatro por cento das pessoas ocupadas na construção e 57,8% das pessoas ocupadas nos serviços domésticos eram pretos e pardos. O grupamento com a menor participação de pretos e pardos

foi o de serviços prestados a empresas e intermediação financeira, atividades imobiliárias, com 34,6% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006b).

Na PME 2006 o resultado em relação aos rendimentos habituais, destacando que os pretos e pardos recebiam, em média, R\$ 660,45. Esse valor representava 51,1% do rendimento auferido pelos brancos (R\$ 1.292,19). Essa desigualdade no rendimento médio entre pretos/pardos e brancos persistiu nas pesquisas efetuadas em quase todas as regiões: os pretos e pardos possuíam rendimentos inferiores aos dos brancos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006b).

O relatório intitulado *Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas: pesquisa 2005* provou que os negros são minoria em todos os níveis do quadro de funcionários das grandes empresas do Brasil. São 3% dos diretores e 26% dos subordinados. Quanto maior é a posição na hierarquia, menor a presença do negro (INSTITUTO ETHOS, 2006).

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2007), na pesquisa *Escolaridade e Trabalho: Desafios para a População Negra nos Mercados de Trabalho Metropolitanos*, o negro ainda se encontrava em posição desfavorável, com maior índice de desemprego em relação à população branca; de 49,5% de pretos e pardos na nomenclatura usada pelo IBGE, os negros representavam 46% da população economicamente ativa. No entanto, os negros estão à margem do mercado formal de trabalho e possuem os mais altos índices de desemprego, como mostra a pesquisa.

No Brasil, na PNAD 1998/2008, a desigualdade está presente na participação relativa dos brancos e de pretos e pardos, e, na apropriação do rendimento total das famílias, observa-se uma situação mais favorável aos brancos. Entre os 10% mais pobres, 25,4% se declararam brancos, enquanto 73,7% eram pretos e pardos. Essa relação se inverte entre o 1% mais ricos: 82,7% eram pessoas brancas e apenas 15% eram de cor preta e parda. Vale a pena registrar que em 1998, entre o 1% mais rico, a proporção dos que se declararam pretos e pardos era muito menor (8,2%) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009b).

Indicadores de cor ou raça, segundo a PME de março de 2009, mostram desigualdade em termos de inserção no mercado de trabalho referente taxa de desocupação, que para este grupo (10,1%) situava-se num patamar acima da taxa de desocupação dos brancos (8,2%).

Cabendo destacar, no entanto, que em 2003, primeiro ano completo da nova série da PME, a taxa de desocupação dos que se declararam pretos ou pardos era 14,4% e a dos brancos de 10,6% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009a).

A desigualdade também aparece na observação do “empoderamento”, ou seja, o número de pessoas em posições privilegiadas na ocupação. Na categoria de empregadores, em 2009, estão 6,1% dos brancos, 1,7% dos negros e 2,8% dos pardos (G1, 2010).

2.2.4 Habitação

Nas capitais e cidades do Brasil, a maior parte da população de afro-brasileiro está localizada na periferia e aumenta ainda mais quando se chega aos bairros mais pobres, destituídos de infraestrutura. Nesses bairros, os afro-brasileiros apresentam maior percentual de chefes de família e cônjuges atuando no emprego doméstico, analfabetos e nas faixas inferiores de escolaridade, além de maior percentual de chefes de família nas ocupações que compõem a classe do “subproletariado” (estão os assalariados de baixa renda, autônomos de baixa renda, e não remunerados), bem como de chefes de família desempregados (BRANDÃO, A. A., 2002). Portanto, os fatores sociais e econômicos afetam significativamente a situação de saúde de um país, pois a situação geral da saúde de uma população determina suas necessidades quanto a serviços e fundos. Como a raça negra faz parte dos excluídos da sociedade e tem a maior parte da população em área de risco, a saúde do negro só tende a sofrer agravos.

Na periferia, onde se concentram as populações carentes, existe falta de saneamento básico, um problema de saúde pública, e a carência desses serviços está presente nas causas das doenças como cólera, leptospirose, meningite, diarreia, dengue, pólio, febre tifoide, entre outras (VALLE, 2009).

A desigualdade social é um fator de ordem econômica, gerado pela desigual distribuição de renda. Ela abarca diversos tipos de desigualdade, como oportunidade, escolaridade, renda e outras, e afeta todos os países, principalmente os não desenvolvidos. No Brasil, os dados apontam para uma realidade de desigualdades sociais que se perpetuaram através dos anos, decorrentes do escravismo, do autoritarismo político, da ausência de políticas públicas de apoio à educação e do atraso econômico, dentre outros fatores, e que

ainda não foram solucionados, mas, além da estrutura política do país como um todo ser deficitária, a situação ainda é mais grave para a população negra, sobretudo para os jovens oriundos dessa população, que amarga os piores indicadores sociais e seguem eliminados na sociedade brasileira.

3 EDUCAÇÃO NO BRASIL E POLÍTICAS DE COTAS RACIAIS

Neste capítulo, abordam-se a educação no Brasil e as políticas de cotas raciais com ênfase na importância da educação e no processo de desenvolvimento pessoal.

A educação é a arte de ensinar a pensar o mundo de maneira autônoma e de modo crítico, dando a cada pessoa, sem exceção, a possibilidade de aproveitar as suas potencialidades e de reconhecer as próprias limitações ao mostrar estratégias de superação. Além disso, ensina o indivíduo a viver na sociedade de maneira pacífica, ao mostrar como se pode apreciar outras pessoas, ao cultivar formas de enriquecimento da personalidade por meio de uma progressiva aproximação à cultura (BALLENATO, 2008). O autor diz que a sociedade constrói-se a partir da educação, a qual constitui a pedra base sobre a qual assenta a convivência, o bem-estar e o progresso social. Porque somos seres sociais, precisamos dos outros, educamo-nos com eles.

A pessoa, por estar em constante desenvolvimento e, por isso mesmo, em construção, é, ao longo de toda sua existência e em função de seus desafios, um ser capaz de realizar e dar valor as suas potencialidades e qualidades, sempre visando à superação de suas necessidades (SILVESTRE, 2003). A pessoa em construção tem condições de acompanhar o desenvolvimento das informações que a sociedade apresenta. A educação poderá dar suporte para essa pessoa gerir e utilizar essa informação.

A educação é o elemento crucial no desenvolvimento de uma pessoa, dando-lhe suporte em muitos segmentos da vida, como nas oportunidades de trabalho, capacitando e diferenciando dos demais, moldando o cidadão nas suas escolhas, na transformação das perspectivas objetivas e subjetivas, assim como na saúde, por meio de boa qualidade de vida e informação (SILVA, E., 2005). Assim, a educação é como uma via que conduz o desenvolvimento humano de uma forma eficaz visando a recuar a pobreza, a exclusão social e outros.

Pela educação é que se fazem pessoas pacíficas, sem violência e agressividade, pois ela refina o homem. A educação atua na vida do educando, dando-lhe suporte na interação com seu ambiente para que ele possa acompanhar as transformações futuras, respeitar e aceitar as diferenças de classes sociais, crenças, costumes, valores e raças (SILVA, A., 2006).

O homem precisa da verdadeira educação para dominar todos os campos, principalmente o social, para que tenha domínio próprio e seja assertivo em suas escolhas e em seus atos, podendo assim contribuir para a transmissão de educação para todos. Porém,

deve-se pensar em educação de qualidade, que promova os recursos humanos latentes e que não ofereça sonhos, mas realidade, pois o desenvolvimento de uma sociedade está alicerçado na educação (FAURE et al., 1981). Nessa perspectiva, percebe-se que a evolução da educação é função da própria evolução histórica das sociedades, mas ainda contém resquícios dos períodos findos, quando só os jovens burgueses tinham direito a ela. A educação é a chave propulsora para a mobilidade social, e é nesse campo que a formação da personalidade humana desempenha um papel decisivo.

A educação passa a ocupar, com as políticas de ciência e tecnologia, lugar central e articulado na ponta das macropolíticas do Estado, como fator importante para a qualificação dos recursos humanos requeridos pelo novo padrão de desenvolvimento, no qual a produtividade e a qualidade dos bens e produtos são decisivas para a competitividade internacional. Ainda que por si só a educação não assegure a justiça social, nem a erradicação da violência, o respeito ao meio ambiente, o fim das discriminações sociais e outros objetivos humanistas que hoje se colocam para as sociedades (SOBRAL, 2000). Nessa perspectiva, a educação, em conjunto com as políticas de ciência e tecnologia, prepara o indivíduo para se compreender e ao outro, por meio de um melhor conhecimento do mundo, pela compreensão das relações que ligam o ser humano ao seu meio ambiente.

Não se pode pensar em educação que não seja capaz de instrumentalizar o ser humano na busca de seus ideais, no desenvolvimento de suas habilidades e competências inatas e na superação de suas necessidades. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em seu relatório de 1996, elaborado pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, estabelece como pilares da educação quatro objetivos fundamentais: saber ser, saber estar, saber fazer e saber aprender. Eles são definidos da seguinte forma: saber ser – oferecer ao indivíduo oportunidade para que desenvolva sua personalidade; saber estar juntos – levar o indivíduo à noção das vivências grupais, ou seja, a perceber o outro; saber fazer – levar o indivíduo a transformar seu conhecimento em realidade, considerando os aspectos que o envolvem; saber aprender – capacitar o indivíduo a compreender e discernir o mundo real que o rodeia em seus diversos aspectos, favorecendo sua dignidade em ser no mundo (DELORS et al., 1996). Nessa visão acredita-se que o principal papel da educação é o de resgatar as potencialidades pessoais, dando a cada pessoa condições de melhor manifestar suas competências para o alcance de seus ideais e potencialização de sua participação na sociedade na proporção de seus valores inatos.

As competências para aprender ao longo da vida são criadas a partir da educação, que impulsiona o indivíduo à constante construção. A educação no meio social executa-se pela interação social, a partir da experiência própria e dos outros, no contato com os meios informativos e tecnológicos e na vida em sociedade, tendo um papel fundamental para o desenvolvimento econômico do país. A educação formal posiciona-se como elo constituído por várias agências educativas sociais que influenciam a personalidade dos cidadãos (SILVA, E., 2005). Na colocação do autor, a educação leva o indivíduo a agir visando ao alcance de sua autonomia, discernimento e responsabilidade social. Para tanto, é necessário maximizar potencialidades internas que lhe facilitem a construção de uma identidade própria.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em vigor desde 1990, determina no artigo 55 que “[...] os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino [...]”, o que já era regido pelo artigo 227 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2001). A educação consiste em capacitar o indivíduo a dominar o seu próprio desenvolvimento e com a ajuda dos pais e cuidadores, a criança se prepara para contribuir com o progresso da sociedade em que vive.

É fundamental que a formação/educação seja permanente, tanto que Grácio (1995 apud SILVESTRE, 2003, p. 60) assim enfatiza:

[...] a formação/educação só será socializadora se criar condições para que o ser humano continue de forma permanente, em todos os contextos, espaços, tempos e ao longo da sua vida, até a morte (e não só desde que entra na escola até a adolescência/idade adulta e idosa), a saber, interpretar e a movimentar-se no mundo que o rodeia, a ter consciência e liberdade para pronunciar-se, até a plena realização pessoal que, por sua vez, concorrerá para uma realização social (comunitária).

O autor quer dizer que a educação, permanente ou continuada, gera o desenvolvimento tanto da pessoa humana como das comunidades. As exigências científicas e técnicas, como o conhecimento de si mesmo e do meio ambiente, e o desenvolvimento de capacidades que permitam a cada um agir como membro de uma família, cidadão ou entidade produtora concorrerão para uma realização social.

A educação permanente é aquela em que a formação é integrada à profissão, havendo incorporação na produção do conhecimento, e o aprender e o ensinar estão presentes na universidade e nas organizações. A educação permanente é um processo de construção de compromissos sociais. O Ministério da Saúde está propondo a educação permanente como

estratégia de transformação das práticas de formação, atenção, gestão, formulação de políticas, participação popular e controle social (BRASIL, 2005a).

A educação continuada é aquela que se realiza ao longo da vida, é inerente ao desenvolvimento da pessoa humana na construção do ser com a aquisição de conhecimentos e aptidões, atitudes e valores, implicando o aumento da capacidade de discernir e agir. Essa noção de educação envolve todos os universos da experiência humana, além dos sistemas escolares ou programas de educação não formal. A educação continuada implica a repetição e imitação, mas também a apropriação, ressignificação e criação e associa-se à própria característica distintiva dos seres humanos, à capacidade de conhecer e querer saber mais, ultrapassando o plano puramente instintivo de sua relação com o mundo e com a natureza (HADDAD, 2007). O que se percebe é que a educação continuada é aquela que constitui o processo de permanente aquisição de informações pelo indivíduo, de todo e qualquer conhecimento, por meio da escolarização formal ou não, de vivências, de experiências laborais e emocionais, no âmbito institucional ou fora dele. A aprendizagem ao longo da vida amplia o conceito de educação, que vai além daquele dos gestores escolares, porque, na sociedade, as transformações tecnológicas defasam facilmente e necessitamos de mudanças constantes. A educação permanente é no sentido de o indivíduo, em sua especialidade, ampliar seu conhecimento e acompanhar a evolução tecnológica. A universidade pode oferecer uma educação continuada, atualizada e com aprofundamento no conhecimento.

A universidade ou ensino superior é considerada um alto escalão do subsistema escolar. Um dos seus objetivos essenciais, além da investigação e do serviço à comunidade, é o ensino (DIAS, 2009). Observa-se que, nesse sentido, a educação superior é um instrumento que gera oportunidades, o qual não apenas prepara o indivíduo à competitividade, mas o conduz ao longo de toda a vida para o desenvolvimento social e econômico em qualquer sociedade

O ensino superior é almejado em todas as classes sociais e vem se expandindo cada vez mais, com o objetivo de suprir a crescente demanda da classe social média, em busca da obtenção da graduação que esperam, como um meio de conseguir ascensão nas hierarquias ocupacionais (CUNHA, 1977). Todas as classes sociais têm direito a ensino superior, pois a vida, os valores, as relações interpessoais mudaram, e hoje é muito importante adquirir conhecimentos e saber aplicá-los – estudar é um investimento.

Nessa mesma visão, o ensino superior sustenta o desenvolvimento de um país, promovendo crescimento do rendimento que contribui para a produtividade do trabalho, a energia empresarial e a qualidade de vida. É o que possibilita a mobilidade social, encorajando a participação política, reforçando a sociedade civil, promovendo a democracia e formando líderes esclarecidos com confiança, flexibilidade, amplitude de conhecimento e aptidões técnicas com suporte para enfrentar as realidades econômicas (BANCO MUNDIAL, 2001).

No ensino superior, a educação na busca de competitividade no processo de globalização é uma das condições de emergência do novo modo de produção do conhecimento, que implica transformações, desenvolvendo pesquisas a partir da necessidade de resolver problemas práticos ou de atender demandas econômicas ou sociais e não apenas de interesses cognitivos, como na pesquisa básica. Caracteriza-se pela transdisciplinaridade, e o novo modo de produção do conhecimento pressupõe uma heterogeneidade institucional, no sentido que ele não é desenvolvido apenas na universidade, envolvendo várias organizações, incluindo empresas multinacionais, empresas de redes, empresas pequenas de alta tecnologia, universidades, laboratórios de pesquisa, organizações não governamental, como também envolve programas nacionais e internacionais de pesquisa (SOBRAL, 2000). O autor fala da educação com responsabilidade social do conhecimento, com a finalidade de competitividade no sentido de o indivíduo se adaptar às mudanças necessárias com o objetivo de atender às demandas econômicas e sociais.

A história da educação no Brasil teve início no ano de 1549 com a chegada dos primeiros padres jesuítas. Desde então, começava um processo educacional que haveria de deixar marcas profundas na cultura e civilização do país. Os jesuítas tinham seus próprios métodos de educar e eram impulsionados pela missão de evangelizar e disseminar a fé católica, processo esse que se estendeu por mais de 200 anos, fazendo desses missionários os primeiros educadores do Brasil (BORTOLOTTI, 2003; NOLASCO, 2008).

A educação no Brasil tomou novas formas quando aqui chegaram tais colonizadores trazendo seus métodos pedagógicos, os quais funcionaram durante 210 anos, de 1549 a 1759. Conforme o autor, tais métodos eram empregados pelos jesuítas que, além de moral, costumes e religiosidade, trouxeram métodos pedagógicos. A primeira ruptura na história da educação no Brasil foi marcada pela expulsão dos jesuítas a mando de Marquês de Pombal e que, após esse episódio, o método pedagógico até então bem-estruturado pelos jesuítas foi substituído

após a expulsão destes e o que se sucedeu, em termos de educação, foi o mais absoluto caos. Nessa época, buscou-se de todas as formas implantar aqui uma educação tão bem-estruturada quanto à empregada pelos jesuítas, como aulas régias, subsídio literário, mas não foi resolvido o problema e o caos continuou até que aqui chegou a Família Real, fugindo de Napoleão na Europa (BELLO, 2009).

Em 1759 os jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas colônias, episódio que trouxe para o Brasil, em termos de educação, um grande prejuízo, apesar de todos os esforços para que esse problema fosse resolvido. Somente no começo do século seguinte, em 1808, com a mudança da sede do Reino de Portugal e a vinda da família Real para o Brasil-Colônia, foi que passou a fase de crise da educação, tomando um novo impulso, com o surgimento de instituições culturais e científicas, de ensino técnico e dos primeiros cursos superiores, como os de medicina nos Estados do Rio de Janeiro e da Bahia. Essa nova fase da história da educação no Brasil vinha acompanhada de novo pensamento de educação promovido por D. João VI, que, apesar de grande importância para o país, se direcionou para atender as necessidades imediatas da corte portuguesa no Brasil. Assim, as aulas e os cursos criados, em diversos setores, buscavam unicamente atender as demandas de formação profissional, característica esta que influi no desenvolvimento da educação superior brasileira, fato que acentuou a marginalização do ensino primário (PILLETTI, 1996; ROMANELLI, 2005).

Em 1822, com a independência do país, algumas mudanças no panorama sociopolítico e econômico pareciam tomar forma. Na Constituinte de 1823, pela primeira vez se associou apoio universal à educação popular – uma como base do outro e nessa oportunidade foram também apresentadas várias propostas, dentre elas, a criação de universidades no Brasil. Como consequência dessas discussões, o Império, na Constituição de 1824, se comprometeu em assegurar “instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”, confirmado logo depois pela lei de 15 de outubro de 1827, que determinou a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e vilarejos, envolvendo as três instâncias do Poder Público (SILVA, M. S., 2010).

Silva, M. S. (2010) explica ainda que a ideia de fundação de universidades não prosperou, surgindo em seu lugar os cursos jurídicos em São Paulo e Olinda, em 1827, fortalecendo o sentido profissional e utilitário da política iniciada por D. João VI. Conforme o autor, a promulgação do Ato Adicional de 1834, delegando às províncias a prerrogativa de legislar sobre a educação primária, comprometeu em definitivo o futuro da educação básica,

pois possibilitou que o governo central se afastasse da responsabilidade de assegurar educação elementar para todos. A descentralização da educação básica, instituída em 1834, foi mantida pela República, impedindo o governo central de assumir posição estratégica de formulação e coordenação da política de universalização do ensino fundamental, fato esse que ampliaria ainda mais a distância entre as elites do país e as camadas sociais populares.

De acordo com Bello (2009), a história da Educação no Brasil é marcada por rupturas, e uma delas é a chegada dos colonizadores portugueses em terras brasileiras. O autor explica que os índios que aqui habitavam tinham sua própria maneira de se educar, diferente do padrão europeu trazido pelos colonizadores portugueses que chegaram acompanhados dos jesuítas católicos.

No entender de Bello (2009), apesar de esforços, não se conseguiu implantar um sistema educacional nas terras brasileiras, porém, a vinda da Família Real possibilitou uma nova ruptura como a situação anterior. O autor explica ainda que para preparar terreno para sua estadia no Brasil, D. João VI abriu academias militares, escolas de direito e medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e, sua iniciativa mais marcante em termos de mudança, a Imprensa Régia. Mas, destaca o autor, a educação continuou a ter uma importância secundária, basta ver, que enquanto nas colônias espanholas já existiam muitas universidades – em 1538, a Universidade de São Domingos; em 1551, a do México e a de Lima – a primeira universidade no Brasil só surgiu em 1934, na cidade de São Paulo. Todo o período do Império, incluindo o do D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II, os esforços para se promover uma educação de qualidade para o Brasil foram poucos e, mesmo com a Proclamação da República, as reformas realizadas nesse sentido não foram capazes de intervirem de modo que a educação brasileira sofresse um processo de evolução que pudesse ser considerado como exemplo de educação de qualidade.

Para Saviani (1998), a educação brasileira limitou-se, ao longo de sua história, a atender aos interesses das elites, visando a formar, entre elas, os dirigentes, e tendo-se voltado para o povo apenas nos limites da formação de mão de obra, e para direcionar a escolha dos governantes. Nessa direção, a política de desobrigação do Estado com a educação pública, gratuita e de qualidade cada vez mais vem excluindo crianças, jovens e adultos da escola e aprofundando as desigualdades sociais (PRADA, 2008).

Em 1920, o Brasil começou a se repensar e o setor educacional participou do movimento de renovação. Também surgiram nesse período as primeiras universidades

brasileiras, do Rio de Janeiro no ano de 1920, Minas Gerais em 1927. Com a Constituição promulgada após a Revolução de 1930 e a Reforma de Francisco Campos (1930-1932), aconteceram diversas transformações no ensino primário em âmbito estadual. Nessa época, surgiram importantes educadores que marcaram a história da educação brasileira, entre eles, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Júnior, que lutaram para implantar no Brasil os ideais da Escola Nova e promoveram o Manifesto dos Pioneiros em 1932, documento histórico que sintetizou os pontos centrais desse movimento de ideias, redefinindo o papel do Estado em matéria educacional (VIDAL, 2003).

Nessa direção, os estudos de Delaneze (2007) apontam para um marco importante na história da educação no Brasil – duas reformas educacionais emanadas da administração pública federal, a Reforma de Benjamim Constant (1890-1891) e a de Francisco Campos. Delaneze (2007) explica que a Reforma Benjamim Constant foi um produto da Proclamação da República, ao passo que a de Francisco Campos foi um seguimento da conflagração de 1930. No contexto político-econômico brasileiro, esses dois momentos retratam um mesmo processo: a revolução burguesa no Brasil, que não se completaria em 1930, ganhando apenas novos impulsos. A revolução que se processou no Brasil não seguiu as “vias clássicas” que caracterizam o tipo jacobino, ou seja, nacionalista radical, como ocorreu na França. Esse processo “aclimatado” ao Brasil foi singular, mas sua análise encontra similitudes em termos cunhados por Lênin e Gramsci – via prussiana e revolução passiva, respectivamente.

Em 1934, consignou avanços significativos na área educacional, incorporando muito do que havia sido debatido em anos anteriores. Conforme o autor, ambas as reformas são caracterizadas por um conjunto de decretos que legiferaram sobre diversos aspectos da educação e de seus níveis de ensino, considerando-se que a primeira esteve restrita, com exceção do ensino superior, a regulamentar o ensino na Capital Federal (Rio de Janeiro), e a segunda regulamentou o ensino em âmbito nacional, caracterizando um marco nesse sentido.

Também surgiu nesse período (1934) a universidade brasileira de Porto Alegre e Universidade de São Paulo, sendo esta última constituinte do primeiro projeto consistente de universidade no Brasil dando início a uma trajetória cultural e científica sem precedentes (ROMANELLI, 2005).

No entanto, em 1937, instaurou-se o Estado Novo concedendo ao país uma Constituição autoritária, registrando-se em decorrência um grande retrocesso. Após a queda

do Estado Novo, em 1945, muitos dos ideais foram retomados e consubstanciados no Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, enviados ao Congresso Nacional em 1948 que, após difícil trajetória, foi aprovado em 1961, a Lei n. 4.024, que fixou as diretrizes e bases da educação nacional (BELLO, 2009).

De acordo com Bello (2009), com o fim do Estado Novo, em 1945, até a Revolução de 1964, quando se inaugurou um novo período autoritário, o sistema educacional brasileiro passou por mudanças significativas, destacando-se entre elas o surgimento, em 1951, da Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior, atual Fundação CAPES, a instalação do Conselho Federal de Educação, em 1961, campanhas e movimentos de alfabetização de adultos, além da expansão do ensino primário e superior. O autor destaca ainda que na fase que precedeu à aprovação da LDB/1961, ocorreu um admirável movimento em defesa da escola pública, universal e gratuita, porém, o movimento de 1964 interrompeu essa tendência.

No entender de Delaneze (2007), essas duas categorias, que podem ser utilizadas como critérios interpretativos da revolução burguesa à brasileira, desenvolvem a ideia de uma modernização conservadora, composta de elementos renovadores e restauradores que não agregam rupturas revolucionárias. Para a autora, a renovação é impulsionada por uma fração da classe dominante restaurada no poder, significando a reação à possibilidade de uma efetiva transformação, embora assimilasse parte das demandas populares. A autora explica ainda que, aqui no Brasil, o “espírito burguês” emergiu do campo, por meio de uma aristocracia agrária que se metamorfoseou em paladina do Estado Moderno e alavancou o desenvolvimento capitalista, e as reformas educacionais, que operaram 110 contextos da revolução burguesa no Brasil, refletiram o pensamento educacional das elites refratárias que as empreenderam.

Segundo Delaneze (2007), a educação primária, considerada essencialmente educação do povo, na reforma Benjamim Constant esteve circunscrita ao Rio de Janeiro e, na reforma de Francisco Campos, o governo central foi omissa quanto ao assunto. Dessa forma, o projeto republicano educacional das elites republicanas não incluía a expansão da educação primária, retardando por muito tempo a edificação de uma escola pública, aberta aos filhos das classes subalternas, e a constituição de um Sistema Nacional de Educação.

Para Stigar e Schuck (2009), a formação do Brasil implica necessariamente a estruturação do modelo brasileiro de ensino porque, desde os primeiros anos da descoberta do

Brasil, há falta de estrutura e investimento nessa área. Os autores explicam que não só esse fato histórico é um problema do modelo de educação adotado pelo país, mas também polarização e até a divisão tripla se for englobada a escola técnica (anos de 1970), ou seja, as posturas mais adotadas no país são a pedagogia tradicional, com seu método fonético, e a escola nova, com o construtivismo. Saviani (2003 apud STIGAR; SCHUCK, 2009) explica que a escola tradicional ensinava e transmitia conhecimento e a escola nova estava preocupada em considerar o aprender a aprender e, no caso da escola técnica, a preocupação era de considerar o ensino da técnica. A educação no Brasil foi delineada tortuosamente desde o início de sua história, uma vez que foi projetada para atender a uma elite dominante totalmente exploradora e voltada para a estratificação e dominação social. Conforme os autores, a dominação da cultura por uma parte minúscula da sociedade configurou a ideia de que o ensino era apenas para alguns, assim, os demais não precisavam estudar.

Stigar e Schuck (2009) citam as oligarquias do período colonial como base da dominação por meio do controle do saber, não apenas o período colonial, mas também o monárquico, e, conforme os autores, são caracterizados pela importação do modelo de pensamento da Europa e consequentemente a matriz de aprendizagem escolar. No entender de Romanelli (2001 apud STIGAR; SCHUCK, 2009), a família Real é que permitiu, no Brasil, a importação de formas de pensamento e ideias dominantes da cultura europeia, feitas por meio da obra dos jesuítas.

Conforme Bello (2009), em 1969 e 1971, foram aprovadas, respectivamente, a Lei n. 5.540 e n. 5.692, introduzindo mudanças significativas na estrutura do ensino superior e do ensino de 1º e 2º graus, cujos diplomas vieram basicamente em ardor os dias atuais. Segundo o autor, a Constituição de 1988, promulgada após amplo movimento pela redemocratização do País, procurou introduzir inovações e compromissos, com destaque para a universalização do ensino fundamental e erradicação do analfabetismo.

O Brasil dispõe de vasta legislação referente ao ensino brasileiro, como: a Constituição da República Federativa do Brasil, onde dispõe sobre educação, leis, decretos, pareceres, medidas provisórias, resoluções, portarias e outros. De acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – alterada pela Lei n. 10.287/2001, que regula as Diretrizes e Bases da Educação, os níveis de ensino no Brasil são: educação básica, educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior. As modalidades de ensino são: educação de jovens e adultos, educação a

distância e tecnologias educacionais, educação tecnológica e formação profissional, educação especial, educação da cultura africana e indígena e outras (BRASIL, 1996b).

A Constituição Federal Brasileira de 1988, no artigo 3º, I, III e IV, consagra como objetivos fundamentais: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Nessa Carta Magna, referente aos direitos sociais, prevê a adoção de ações afirmativas em seu artigo 7º, inciso XX, que trata da proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, e no artigo 37, VIII, determina que a lei reservará percentual de cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação trouxe um grande avanço no sistema de educação do país, pois visa a tornar a escola um espaço de participação social, valorizando a democracia, o respeito, a pluralidade cultural e a formação do cidadão. O objetivo dessa lei é que a educação no Brasil contemple os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Na educação escolar, a lei se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias onde a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

3.1 AÇÕES AFIRMATIVAS

Os objetivos das políticas de ações afirmativas consistem em promover privilégios às minorias étnico-raciais ou a outros grupos sociais minoritários aos meios sociais fundamentais, como educação, saúde e emprego, dos quais, de algum modo, essas minorias estariam sendo excluídas total ou parcialmente pela sociedade (BRASIL, 2009).

As ações afirmativas são políticas públicas implantadas que visam a sanar a exclusão social dessas minorias, tentando superar as desvantagens sociais sofridas por elas, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros (NASCIMENTO, 2007).

Segundo Gomes, J. (2001, p. 40), a expressão “ação afirmativa” foi criada, em 1963, pelo presidente dos Estados Unidos John F. Kennedy, significando

[...] um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate da discriminação de raça, gênero etc., bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado [...].

Nos Estados Unidos, as ações afirmativas foram políticas encabeçadas e conquistadas pelo Movimento Negro após muitos anos de enfrentamento na luta pelos direitos da população negra.

No Brasil, as desigualdades sociais sobrevivem por diversas formas atreladas à cor, à raça, ao sexo, à situação econômica, e esses fatores influenciam nas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, educação e na participação da vida política. Assim, o país, com respaldo de órgãos internacionais e na luta por solucionar as desigualdades existentes em nossa sociedade, viabiliza propostas de ações afirmativas, com políticas de cotas que são reservas de vagas dentro do programa das ações compensatórias concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional (GOMES, J., 2001).

As ações afirmativas, do ponto de vista dos direitos humanos, podem ser consideradas instrumento de inclusão social porque constituem medidas especiais e temporárias (enquanto persistir a exclusão) que objetivam remediar um passado discriminatório, com o intuito de acelerar o processo de igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais e as mulheres, entre outros grupos (PIOVESAN, 2005).

No entender de Silva, M. S. (2008), as ações afirmativas para a população negra justificam-se pelas perdas históricas acumuladas, perdas que as tradicionais políticas macrosociais ou universalistas não seriam capazes de minimizar. Conforme a autora, relevantes estudos e pesquisas realizados em ciências sociais nas décadas de 1950 e 1970 e as pesquisas estatísticas recentes não deixam dúvida sobre as gritantes desigualdades raciais entre brancos e negros, contrariando a famosa democracia racial. A autora destaca também que, apesar da polêmica em torno das ações afirmativas, dizendo que algumas pessoas defendem que as ações afirmativas são inconstitucionais, por ferirem o princípio da igualdade de todos perante a lei, é a própria Constituição que impulsiona a busca pela igualdade material, em vários dos seus artigos, o que justifica as ações afirmativas.

Para Silvério (2005), os programas de ações afirmativas requerem metas em curto, médio e longo prazos, recursos financeiros, materiais, além de profissionais competentes abertos à diversidade étnico-racial da nação brasileira; sensíveis aos graves problemas sociais, econômicos que dela fazem parte.

Rodrigues, J. (2005) afirma a constitucionalidade da política de ação afirmativa para o ingresso de afro-brasileiros nas universidades, a partir da leitura constitucional do princípio da igualdade, dos tratados internacionais de direitos humanos e de uma série de outros dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, os quais não só amparam como também incentivam a adoção da medida. O autor acrescenta que essa política tem em vista a dívida histórica do Estado brasileiro com os negros e da necessidade do urgente engajamento de toda a sociedade na equalização do problema das relações raciais no Brasil.

As ações afirmativas têm como função específica a promoção de oportunidades iguais para pessoas vitimadas por discriminação. Seu objetivo é, portanto, fazer com que os beneficiados possam vir a competir efetivamente por serviços educacionais e por posições no mercado de trabalho, e podem ser compreendidas como medidas de caráter social que visam à democratização do acesso a meios fundamentais – como emprego e educação – por parte da população em geral (CONTINS; SANT’ANA, 1996). O principal objetivo dessas medidas é promover condições para que todos na sociedade possam competir igualmente pela conquista de tais meios. No Brasil, as ações afirmativas na educação são representadas essencialmente com os programas de cotas, isto é, são medidas que priorizam a inserção social de grupos minoritários com histórico de exclusão, por meio da reserva de vagas (GUARNIERI; MELO-SILVA, 2007).

No Brasil, a ação afirmativa é de competência do Programa Nacional de Direitos Humanos⁹, e tem como objetivo adotar medidas compensatórias especiais que acelerem o processo de construção da igualdade, sem qualquer discriminação no que se refere a gênero, raça, etnia e condição física ou mental (BRASIL, 2009). Para combater a discriminação no Brasil são necessárias políticas compensatórias que acelerem o processo de igualdade, com a inclusão dos grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais. Na busca por essas soluções é que atuam as ações afirmativas.

⁹ Programa do Governo Federal do Brasil, e foi criado com base no artigo 84, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, contendo diagnóstico da situação desses direitos no país e medidas para a sua defesa e promoção.

As políticas de ações afirmativas voltadas para a área de educação têm por objetivo qualificar a população negra, sendo organizadas sobre a base de cotas – como no caso de medidas de reserva de certo número de vagas nas universidades para alunos negros – ou sem o estabelecimento de cotas – como no caso da instalação de cursinhos preparatórios para jovens negros, sejam para vestibulares, sejam para concursos públicos (JACCOUD; BEGHIN, 2002). A reivindicação por políticas de ações afirmativas no ensino superior tem se referido, no Brasil, a dois principais segmentos sociais: egressos da escola pública (como indicador de oportunidades econômicas e educacionais), negros e indígenas (LIGOCKI; LIBARDONI, 1995 apud ROSEMBERG; ANDRADE, 2008).

Os movimentos sociais, órgãos governamentais e não governamentais nos diferentes setores da vida social e política do país conseguiram avanços expressivos em favor das ações afirmativas e conquistaram cotas para inclusão social em alguns setores da sociedade, já que a política de cota racial é um gênero das ações afirmativas. Em relação à inclusão social brasileira existem cotas raciais que abrangem: mercado de trabalho (com a contratação), qualificação e promoção de funcionários; no sistema educacional, especialmente no ensino superior; e nas políticas. Neste trabalho, o que se refere às cotas raciais, principalmente na educação, será aprofundado no próximo tópico, pois é um dos temas centrais desta pesquisa.

3.2 POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NA EDUCAÇÃO

O sistema de cotas raciais ou sociais surgiu nos Estados Unidos visando a corrigir os efeitos presentes da discriminação efetuada no passado. No Brasil, essa medida visa às minorias étnicas e raciais e os grupos sociais vulneráveis. Abrange não apenas o social, mas também o racial, porque a desigualdade, além de cunho econômico, e também racial. Conforme os indicadores econômicos do país, no quesito cor e raça mostram que pessoas brancas e negras com a mesma formação, com a mesma competência, recebem salário diferenciado; os brancos continuam ganhando mais que os negros, mesmo em condições de igualdade (INSTITUTO ETHOS, 2006).

As cotas no Brasil estão sendo cogitadas para todos os gêneros e em todos os segmentos da sociedade, tanto que o Congresso Nacional Brasileiro instituiu cotas para mulheres na Legislação Eleitoral – Lei n. 9.100, de 29 de setembro de 1995 –, por meio de um projeto da Deputada Marta Suplicy, obrigando a reserva de vagas nas candidaturas às eleições

proporcionais em níveis federal, estadual e municipal. Os partidos são obrigados a inscreverem no mínimo 20% de mulheres nas chapas proporcionais, e esse número foi ampliado por meio do artigo 10 da Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997 – Lei das Eleições –, para 30% à candidatura feminina (PEREIRA; DANIEL, 2009).

Alguns Estados brasileiros já estão tentando adotar cotas no mercado de trabalho para afro-brasileiros, com reservas de vagas em concursos públicos, como medidas compensatórias para diminuir as discrepâncias sociais existentes no país. O Brasil, em 2001, depois da realização em Durban da 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, resolveu abraçar a causa e, com políticas de ações afirmativas, vem tentando diminuir a desigualdade racial no país. Assim, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em 2000, com respaldo da Lei Ordinária Estadual n. 3.708, de 9 de novembro de 2001, criou o sistema de cotas para negros e pardos (RIO DE JANEIRO, 2001).

Na moda brasileira, também está sendo exigida uma porcentagem de afro-brasileiras nos desfiles. Assim, o Ministério Público, no evento São Paulo *Fashion Week* (evento da moda realizado em São Paulo), em junho de 2009, protocolou um Termo de Ajustamento de Conduta no qual exigia que 10% dos modelos de cada desfile fossem negros, evitando assim a discriminação destes. O que chamou a atenção das autoridades é que, em desfile anterior, dos 344 modelos que desfilaram naquela temporada, apenas oito (2,3% do total) eram negros (FIORATTI, 2009).

As cotas são ações que visam a corrigir uma desigualdade social por meio de políticas públicas compensatórias de ação afirmativa, sendo uma delas a reserva de vagas nas instituições de ensino superior, as universidades (CAMARGO, 2005; GUARNIERI, 2008).

No Brasil, o sistema de ensino é marcado por desigualdades que incidem sobre os alunos negros. Esse elemento é bastante significativo, uma vez que a escolarização é indicada como necessária à constituição de melhores oportunidades sociais futuras. As políticas educacionais implementadas nos últimos quinze anos tiveram um impacto significativo na melhoria dos indicadores sociais (PINHEIRO et al., 2008).

As cotas na educação são destinadas aos grupos vulneráveis à discriminação, como a população afro-brasileira e a oriunda das escolas públicas, que são sub-representadas nas universidades brasileiras. É visível a presença de poucos afro-brasileiros na educação

superior. O governo, diante dessa situação, para superar tal desigualdade, tem viabilizado estudos que veem um único meio nas ações afirmativas por intermédio das cotas (CASTRO, 2001). Silva, M. S. (2008) destaca que desde 2001 começaram a ser implementadas políticas de cotas para negros nas universidades públicas, o que causou grandes polêmicas e debates acalorados que persistem até a presente data.

Pereira, A. (2003) relata que as propostas governamentais de cotas e ações afirmativas provocam impacto na sociedade brasileira. O autor explica que a razão pela qual se fundamentam essas propostas impactarem a opinião pública e terem sido vistas como um absurdo se explica pelo fato de a questão racial no Brasil vir sendo relegada a segundo plano no âmbito acadêmico do pensamento social. Para o autor, a intelectualidade brasileira, em geral, vem patinando no senso comum - gerando desinformação e precária reflexão a respeito das desigualdades raciais. No entender de Domingues (2005), o programa de ações afirmativas que beneficiam os negros com cotas raciais no ensino superior, significa um marco na história do país, porque, na opinião dele, pela primeira vez na história do país, o Estado busca reparar a população negra pelas injustiças do passado (e do presente), também porque é a primeira vez que a opinião pública nacional se sensibiliza para o problema do racismo antinegro e discute suas possíveis soluções.

Para Arbache (2006), o sistema de cotas adotado por diversas universidades públicas brasileiras, como forma de amenizar a situação dos alunos secundaristas oriundos de escolas públicas em geral, e dos negros em particular, tem sido a única alternativa capaz de atenuar os efeitos dessa injusta e vergonhosa desigualdade educacional e social reinante secularmente no Brasil, fruto do desleixo político do Estado brasileiro, desde a proclamação da República. A autora lamenta que, apesar de tão nobre, essa iniciativa acadêmica tem sido sistematicamente difamada na mídia elitista nacional, como tem que se esperar que seja, qualquer benefício feito ao povo.

As cotas são, entre outras, uma das reivindicações do movimento negro brasileiro que ao longo da história vem lutando para que a população negra seja tratada de forma igual em relação à população branca, inclusive na educação. A necessidade de implantação de cotas surge em consequência do processo de escravização dos negros no país e a falta de políticas públicas que garantam a essa população marginalizada sua presença e permanência em todos os setores sociais, e também nas universidades. Conforme Teixeira, C. (2009), ao promoverem a equidade no acesso e na permanência dos negros no sistema superior de

ensino, as políticas de ação afirmativa desempenham o papel de corrigir as desigualdades históricas existentes entre negros e brancos no Brasil. Deste modo, no entender do autor, não devem ser entendidas somente como “políticas de cotas” ou de “reservas de vagas” para negros, mas devem ser entendidas como uma política que tem por principal objetivo democratizar o acesso e a permanência dos negros brasileiros no ensino superior.

A dificuldade de alunos oriundos de escolas públicas, aprovados em vestibular para vagas em universidade federal no Brasil, é muito grande, além da grande concorrência e a falta de incentivo por parte de professores. Apenas uma pequena parcela dos que concluem a escola pública enfrenta o vestibular, mas encontra pela frente uma competição injusta, especialmente pelo menor preparo que apresentam em relação aos alunos provenientes das escolas particulares e cursinhos pré-vestibulares (BRANDÃO, A., 2007).

No Brasil, a desigualdade racial é visível na educação superior, o que confirma teórico Queiroz (2002) ao concluir, em pesquisa sobre o tema, que a população branca é maioria nas universidades brasileiras, causando desigualdade racial. A educação superior para o afro-brasileiro é importante para promover-lhe igualdade de oportunidades com o objetivo de integrá-lo à sociedade.

A política de cotas raciais na educação é um gênero das ações afirmativas; é uma medida governamental que, na educação, tem objetivo de incluir por meio de vagas em instituições públicas ou privadas. Em geral, as cotas atuam no objetivo de inclusão, transformando-se em uma estratégia privilegiada, em todos os setores da sociedade, na luta contra as desigualdades das minorias étnicas e raciais e dos grupos sociais vulneráveis (GOMES, J., 2001). Almeida, D. (2004) assim se expressa:

Ações afirmativas significam a implementação ou incremento de políticas de discriminação positiva, tendo por objetivo central revisar o conteúdo sociológico e jurídico, vislumbrando colocá-lo num patamar de aplicabilidade real. Ação afirmativa é um gênero do qual a política de cotas faz parte.

Para ser beneficiado com o sistema de cotas na educação, o aluno precisa se declarar como negro ou pardo e provar com foto anexada à matrícula e, caso não fique comprovado, ele se submete a uma análise de um comitê que verificará a origem racial dele. No Brasil, as cotas raciais na educação foi adotada primeiramente no Estado do Rio de Janeiro após a promulgação da Lei Ordinária Estadual n. 3.708/2001, atualmente revogada. A Universidade

do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense, por força da Lei Ordinária Estadual n. 3.708/2001 e do Decreto Estadual n. 30.766, 4 de março de 2002, reservarão 40% do total de vagas relativas aos seus cursos de graduação para candidatos que se autodeclararem negros ou pardos, obedecidos aos critérios definidos no artigo 3º, do Decreto Estadual n. 30.766/2002, o qual disciplina pelo preenchimento da declaração constante do requerimento de inscrição, e que aquele que não indicar a sua opção será considerado como não participante do sistema de cotas. Para a obtenção da cota racial para educação, existem critérios de aprovação: o aluno tem que provar que é afro-brasileiro e precisa atingir a média para aprovação no vestibular e, de acordo com essa média, ele irá competir com os alunos afro-brasileiros que se candidataram às cotas raciais (PACHECO; SILVA, 2007).

O Brasil é um país miscigenado, e a dificuldade de determinar a cor e raça da população brasileira pode ser atribuída à negação das origens e de uma identidade ético-racial de brancos e negros, mas se torna mais convincente o enquadramento branco ou pardo, porque o fenótipo negro e até mesmo a denominação, para muitos, significa comprometimento dos anseios pessoais (SILVA FILHO, 2004). Erikson (1987, p. 304-305) confirma isso quando enfatiza as imagens negativas que a minoria oprimida atribui ao grupo dominante:

O indivíduo que pertence a uma minoria oprimida e explorada, que está cômico dos ideais culturais dominantes, mas impedido de seguir-lhes o exemplo, é passível de fundir as imagens negativas que lhe são atribuídas pela maioria dominante com a identidade negativa cultivada em seu próprio grupo. [...] Existem amplas provas de sentimentos de inferioridade e de mórbida auto-aversão em todos os grupos minoritários e, sem dúvida, o modo farisaico e perversamente eficaz como o escravo negro, que na América, foi forçado a aceitar e foi mantido em condições que impediam qualquer incentivo à ambição independente continua hoje influndo numa inibição generalizada e arraigada contra a utilização da igualdade, mesmo quando esta é concedida.

Como essa questão das cotas é uma situação atípica para a sociedade brasileira e está em debate na esfera jurisdicional, apenas pelos jornais a população obtém informações sobre o assunto. Capriglione (2010) relata que os argumentos a favor são: a) compensar dívida histórica da sociedade; b) dar tratamento desigual para corrigir desigualdades; c) reduzir a desigualdade de oportunidades; d) ampliar o acesso à educação; e) derrubar o mito da democracia racial no país; f) evidenciar que, nas universidades que já utilizam as cotas raciais

no Brasil, não houve disparidades no desempenho de alunos cotistas e regulares. Os argumentos contrários são: a) a miscigenação no país; b) contraria o princípio da igualdade constitucional; c) o acesso ao ensino superior deve se alcançado por mérito; d) os benefícios devem abranger a população pobre, independentemente de cor; e) esse benefício social obriga os estudantes a assumir uma identidade racial; f) isso pode gerar atos de racismo.

Como é uma situação atual e em destaque nos meios de comunicação do país, a política das cotas raciais será votada em audiência pública. Se considerada inconstitucional, essa modalidade de ingresso à universidade será extinta; se for aprovada, será estendido o benefício a todas as universidades públicas do país.

Diante da aprovação ou não das cotas, sejam quais forem os rumos que as iniciativas de combate às desigualdades étnico-raciais venham a tomar no Brasil, não se pode abrir mão de uma boa dose de articulação entre reflexão crítica e comprometimento social, e como sempre, fundamental. É o que mostra de maneira inequívoca o que há de melhor nas ciências sociais no país. Abrir mão da primeira é impensável; manter a chama da segunda é imprescindível (MAIO; SANTOS, 2005).

Nesse sentido, o IPEA destaca que 54 universidades públicas, nos últimos oito anos, adotaram o sistema de cotas raciais no Brasil, principalmente a Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal da Bahia, Universidade de Brasília e Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Os resultados iniciais do desempenho dos alunos cotistas foram similares ou até melhores em relação aos de não cotistas (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA, 2008).

O papel da Universidade Pública, quanto às políticas de ações afirmativas por meio das cotas raciais, é atuar como agente de inclusão social, dando aos grupos sociais vulneráveis condições de acesso aos cursos universitários públicos. As cotas são para onde a desigualdade é realmente visível. No caso da saúde, por exemplo, não se trata de ter ou não cotas, é um setor especial, mas os dados mostram que as mulheres negras têm muito menos acesso a serviços de atendimento à saúde; como existem doenças típicas de determinados grupos étnicos, o Estado deveria viabilizar mais políticas públicas voltadas para essa situação específica. Nesse caso, por que existe exclusão? Por que são segmentos mais pobres? Por que esta falta de acesso a um serviço público tão importante? No caso das universidades, onde existem disputas, a cota pode funcionar. Talvez existam situações em que valerá a pena ter

cotas, e em outras, não, pensando-se sempre que elas devem ser uma medida transitória (BARBIERI, 2006).

O afro-brasileiro que necessita da cota racial na educação às vezes tem vergonha de utilizar o benefício, com receio de ser discriminado e sentir-se incapaz de superar a si e aos outros, porque o que ele precisa é ter oportunidade de se preparar para competir em igualdade de condições. Gomes, F. (2008) diz:

O negro não quer privar-se de si mesmo para ser cidadão duma sociedade onde poucos têm o direito de assim ser. Uma vez mais frisamos: a cota é um primeiro passo, mas não é uma atitude que denota o acesso à cidadania de forma indistinta e coletiva. A cota é um paliativo, mas a verdadeira cura é a cidadania, a justiça e a igualdade social.

Para a população negra brasileira, que vive na marginalização, a cota é uma possível solução imediata para que se inicie um processo de igualdade entre as raças no país e os negros adquiram seus direitos de cidadãos atuantes em todos os setores da sociedade.

A falta de esclarecimento da sociedade brasileira quanto à política de ações afirmativas por meio das cotas raciais está gerando polêmica social, sendo caso de ações jurídicas e notícias estampadas em jornais. No Brasil, o sistema de cotas raciais foi aprovado por leis federais, mas algumas foram revogadas e encontram-se no Supremo Tribunal Federal. Alguns processos foram impetrados por alunos contra as cotas por se sentirem prejudicados por não conseguirem vagas em universidades federais brasileiras que adotam esse sistema. Assim, entende-se que as leis foram criadas como medidas politicamente corretas e com o propósito de serem cumpridas; porém, quando se trata de políticas de inclusão social do afro-brasileiro, o que já havia sido disciplinado por lei retrocede e volta a ser discutido. Em vários segmentos da sociedade, existem políticas públicas aprovadas por lei e regulamentadas com o intuito de inclusão, mas, para inclusão do negro, a legislação retrocede, e onde não há coerência, não há democracia.

As críticas e os ataques ao sistema de cotas provam que a discriminação no Brasil é mais perversa do que aparenta. Arbache (2006) relata que existe uma “chuva” de ações judiciais impetradas contra tal medida, na sua maioria infrutífera, parte da elite brasileira não se cansa de bombardear esse sistema, que está em vias de se tornar lei federal, alardeando continuamente, na grande mídia, diversas alegações contrárias às cotas, julgando-as injustas e, principalmente, separatistas, tentando demonstrar, com malabarismo argumentativo risível e caótico, que o princípio constitucional republicano da igualdade será afetado.

Entre os absurdos alegados pelas pessoas que são contra as cotas, encontra-se, conforme Arbache (2006), a desculpa de que o acesso à universidade pelas cotas raciais rebaixará a qualidade dos cursos acadêmicos, haja vista o despreparo dos alunos beneficiados, além de outros argumentos, menos valiosos de tão sofríveis, de que se valem para tentar derrubar o projeto de lei em trâmite no Congresso Nacional, como o de que não existe racismo no Brasil.

No entender de Arbache (2006), as cotas raciais são justas por dois motivos: primeiro, que ninguém está mais apto a exigir igualdade de direitos no Brasil do que a população afro-brasileira, que, por mais de três séculos, proveu e sustentou, com suor e sangue, as riquezas do país, e que, quando obteve sua migalha de liberdade, foi abandonada à própria sorte, sendo preterida em favor dos imigrantes europeus, como que em um último golpe de misericórdia; segundo, que vestibular nenhum mede a capacidade de alguém em frequentar um curso superior, apenas define quem entra ou não, em função das vagas oferecidas. Isso se verifica em razão das circunstâncias especiais que o envolve, capazes de provocar o nervosismo juvenil, que afeta o desempenho dos candidatos no momento do exame.

Segundo Arbache (2006), por causa dos danos causados à população negra por conta da escravização e da discriminação racial que vive os negros no país, as cotas são extremamente necessárias a uma mudança de paradigma social, com reflexo positivo na autoestima dos descendentes de africanos. Conforme a autora, para que isso ocorra, é preciso, urgentemente (não dá para esperar mais), haver mais personalidades negras em todos os segmentos da sociedade e que diminua a associação do negro a imagens negativas ou menos importante na sociedade, ou seja, a autora destaca que é necessário ter menos bandidos negros, menos mendigos negros, menos traficantes negros, menos prostitutas negras, menos miseráveis negros, menos trabalhadores braçais negros, menos garis negros, menos meninos de rua negros, menos analfabetos negros e mais paz social para todos.

Nessa direção, os estudos de Arbache (2006) apontam para uma ética crítica capaz de denunciar sistemas hegemônicos produtores de exclusões e dominações ancoradas na factibilidade da libertação dessas vítimas do sistema econômicas político e cultural no contexto latino-americano. Nesse contexto de dominação e exclusão de pessoas, a autora explica que o pesquisador Dussel já pensava e criticava um sistema étnico que toma a vida das vítimas como princípio universal dessa ética. Arbache (2006) confirma que o sistema de cotas raciais da UERJ/2003 pode ser considerado um sistema étnico crítico e destaca a

urgente necessidade do aprimoramento de ações que possam ampliar as oportunidades de negros e pardos no ensino superior brasileiro, entendendo essa ampliação como uma efetivação do desenvolvimento econômico, social, político, cultural e étnico da sociedade brasileira.

Diante do que foi exposto, a Psicologia Social Comunitária pode possibilitar o entendimento e identificação dos aspectos favoráveis e desfavoráveis das cotas raciais em relação ao conhecimento, aos aspectos voltados ao racismo e ao que representa o ingresso à universidade por meio das cotas raciais. A escolha dessa área da Psicologia é viável neste trabalho porque essa questão é de ordem social e cultural e essa disciplina visa ao desenvolvimento da consciência dos atores sociais como sujeitos históricos e comunitários, com possibilidade de intervir nas relações sociais, por meio de um esforço interdisciplinar que perpassa o desenvolvimento dos grupos, objetivando a transformação do indivíduo em sujeito.

3.3 PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E O AFRO-BRASILEIRO

Neste trabalho, a Psicologia Social Comunitária é apresentada ao afro-brasileiro, no sentido de desenvolver ações que proporcionem a essa população: autonomia, melhoria nas condições de vida, buscando uma transformação social e a diminuição da exclusão, partindo de um levantamento das necessidades e carências vividas pelo grupo referente à realidade dessas pessoas e respeitando seus valores, crenças e a singularidade das mesmas.

No Brasil, ser negro ou ser mestiço significa ter uma maior probabilidade de serem recrutados para posições sociais inferiores. Isto em uma estrutura social que já é profundamente desigual. O processo de construção da identidade negra no país é marcado por uma sociedade que, para discriminar os negros, utiliza tanto a desvalorização da cultura de matriz africana como os aspectos físicos herdados pelos descendentes de africanos. O vínculo entre raça e classe funciona como mecanismo de seleção social que determina uma medida bastante intensa sobre qual posição as pessoas vão ocupar (HASENBALG; SILVA, 1990).

A desigualdade racial, a discriminação, o preconceito e a falta de oportunidades no Brasil incrementam a exclusão do afro-brasileiro dos direitos básicos da cidadania; a exclusão é uma rejeição social que consiste em separar o indivíduo ou um grupo do convívio social. Existem várias categorias da população que são excluídas, mas se destaca apenas a minoria étnica do afro-brasileiro, que é o objetivo deste estudo. O afro-brasileiro é rejeitado

fisicamente, e a esse fenômeno dá-se o nome de racismo. Essa minoria étnica é excluída em vários segmentos da sociedade e principalmente na educação (MCCARTHY, 1994).

O afro-brasileiro é excluído, tanto nas riquezas materiais (de ordem econômica) como nas espirituais (causadas na discriminação), pelos seus valores, que não são reconhecidos, gerando um atributo negativo que o classifica na categoria do estigma. Assim, ele é excluído da troca material e ocupa um lugar em falta ou negativo, que é uma forma de exclusão visível (XIBERRAS, 1996).

A mestiçagem é uma realidade desse povo, não se pode negar, mas também não se pode negar sua origem e o significado dessa origem para o afro-brasileiro. Santos, J. (2009) explica que se poderia dizer também que negro é aquele que se considera negro, aquele que tem de si a imagem de negro, mas também isso é relativo porque há negros que para todos são insofismáveis os quais não se consideram negros. Na opinião do autor, em certas circunstâncias, aquilo que uma pessoa considera que é determinante, por isso, negro seria a pessoa que se julga negra e que é julgada pelos outros como negra.

Nesse sentido, a conscientização para a transformação da população afro-brasileira visando à renovação subjetiva e coletiva torna-se imprescindível por meio de intervenções psicossociais na comunidade.

Segundo Andrey (2001), a palavra “comunidade” vem sendo usada para designar a instrumentalização de conhecimentos e técnicas psicológicas que possam contribuir para uma melhoria na qualidade de vida das pessoas e grupos distribuídos nas inúmeras aglomerações humanas que compõem a grande cidade. É um movimento de aproximação do cotidiano das pessoas, principalmente nos bairros e instituições populares onde a grande parcela da população vive se organiza e cria seus canais de expressão.

Sarriera (2010) entende que a comunidade constitui um tipo de vida em sociedade, onde todos têm participação ativa e são reconhecidos como sujeitos que participam, com subjetividade própria, como seres singulares. Nesse segmento é que o Psicólogo Comunitário pode desempenhar um bom trabalho na comunidade, porque ele precisa trabalhar com a comunidade e não para a comunidade. Quanto à Psicologia Social Comunitária, o autor acredita que a solidariedade, cultura tão presente no dia a dia dos moradores de comunidades populares, seja mais do que uma prática de ajuda mútua, constituindo uma expressão do sentimento de igualdade, reconhecimento e pertencimento. Dessa forma, a solidariedade

possui ainda um aspecto político, aparecendo em alguns estudos como um quesito fundamental de motivação para a luta e a organização comunitária.

Para atuar na comunidade, é necessário conhecer a realidade desta, tanto que Furtado (2001, p. 91) diz:

O campo genérico em que se dá a discussão da subjetividade social é o da construção social da realidade. É aí que a história pessoal e a do meio em que esta se desenvolve estarão confluindo para uma nova unidade que, ao mesmo tempo, apresenta uma configuração subjetiva (relativa ao sujeito) e uma configuração objetiva (relativa às bases econômicas e sociais).

Como demonstrado, para ser agente ativo da transformação social de uma comunidade, é preciso saber sua realidade, seus valores e suas necessidades.

Freitas (1994) enfatiza que a inserção ou o processo de entrada, contato e conhecimento do psicólogo com uma dada população pode parecer uma tarefa nada difícil e questionadora, se contar com certezas epistemológicas e filosóficas a respeito da área de atuação e do tipo de papel e compromisso que assumimos em nosso trabalho. Entretanto, este não é o caso, especialmente se pensar em uma Psicologia que se proponha, também, a trabalhar com problemáticas que assolam o cotidiano da população, gerando processos psicossociais nem sempre “saudáveis”.

A inserção na comunidade é informal e pode ocorrer pela familiarização com a população mediante indicação de alguém desse grupo, que servirá como ponte para a construção afetiva entre o profissional e a comunidade. As intervenções podem ocorrer em qualquer setor público, como escolas, unidade de saúde, creches, igreja, lugares de fácil acesso à população assistida (PEREIRA, W., 2001).

Na Psicologia Social Comunitária¹⁰, as intervenções¹¹ não são planejadas e implementadas pelos psicólogos, mas são elaboradas em conjunto com os moradores ou participantes da comunidade. A Psicologia Social Comunitária enfatiza o estudo dos grupos

¹⁰ Montero (2004) diferencia a Psicologia Comunitária da Psicologia Social Comunitária da seguinte forma: a Psicologia Comunitária se apresenta como uma via de interação, geradora de tecnologia social, cujo objetivo é lograr a autogestão para que os indivíduos produzam e controlem as mudanças em seu ambiente imediato. Já a Psicologia Social Comunitária é uma psicologia deselitizada, procurando contribuir com o logro de uma vida mais justa para a população através do seu trabalho autônomo e digno.

¹¹ A palavra intervenção, segundo Sarriera (2000), diz respeito quando estamos nos dirigindo à realidade do outro, interferindo nela e de alguma forma modificando-a. Ao adentrarmos na realidade do outro, interferindo nela com a legitimidade de produtores de conhecimento e saber, temos uma responsabilidade social, que não nos tornamos isentos em momento algum.

nas comunidades e instituições sociais. Ela estuda o sistema de relações e representações, níveis de consciência, identificação e pertinência dos indivíduos aos grupos; visam ao desenvolvimento da consciência dos moradores como sujeitos históricos e comunitários, dentre outros fatores sociais, por meio de um esforço interdisciplinar que perpassa o desenvolvimento dos grupos, objetivando transformar o indivíduo em sujeito (CAMPOS, R., 1996).

Vista como uma prática, a Psicologia Social Comunitária tem um compromisso com os setores menos favorecidos da população, visando à conscientização e mobilização. Por iniciar-se das relações cotidianas não é considerado um trabalho assistencialista, pois é centrado na perspectiva do indivíduo, não tem como foco psicologizar os problemas das pessoas e sim lidar com o diferente, analisando-o como um produto de um processo de construção da dinâmica e das estruturas sociais e comunitárias, que acabam tendo por incidência particular o indivíduo (FREITAS, 2004).

Partindo de métodos de intervenção baseados na pesquisa-ação, pesquisa-participante, oficinas de grupo e análise institucional, a Psicologia Social Comunitária vem desenvolvendo práticas que podem consolidar a real função do psicólogo, como fazer com que a comunidade, sinta-se capaz de exercer suas potencialidades, por meio das problemáticas e da conscientização de seus limites e anseios, vislumbrando as possibilidades de construir, por si mesma, saídas, estratégias, alternativas na busca de soluções para seus problemas e suas lutas cotidianas, ou seja, sujeito ativo (SILVA; PAIVA; MIRANDA, 2004). Do ponto de vista dos autores é importante elaborar propostas que impliquem a capacidade, sempre renovada, de significar e ressignificar as condições concretas de vida dos moradores ou participantes da comunidade, promovendo modificações tanto no âmbito individual quanto da coletividade e elaborando propostas em conjunto com eles.

Os argumentos de Rodrigues, A. (1983) quanto à Psicologia Social Comunitária diz que sua meta principal é a transformação da sociedade, uma psicologia de ação para a transformação, visando à melhoria da qualidade de vida das comunidades. Não se conseguem as transformações da comunidade por meio de um trabalho meramente individual. A essência da transformação comunitária exige que ela se verifique com a participação de todos os membros da comunidade. As transformações comunitárias devem começar pela transformação das pessoas, fazendo com que elas se sintam responsáveis pelo seu destino e mais confiantes em poder mudá-lo. Nas interações sociais conflitantes, a presença da

Psicologia Social Comunitária busca traçar formas de intervenções por meio de assessoria das atividades. Na coprodução de material de reflexão, nas discussões sobre o grupo e em outros campos ligados à saúde mental, a atitude da Psicologia Comunitária é mais de escuta, acompanhamento e pesquisa, literalmente respeitando a autonomia da comunidade em questão (VASCONCELOS, 1989).

No Brasil, nestas últimas décadas, o psicólogo tem sido chamado a ocupar novos espaços e a desenvolver trabalhos e/ou atividades que até então eram pouco frequentes. Assim, os aspectos instrumentais e metodológicos da ação ou da intervenção tornam-se importantes. Tais instrumentais dependem dos valores e das concepções adotados pelos psicólogos para orientar a sua prática e a relação que estabelecem com o seu objeto de estudo, de investigação e/ou de trabalho. Em outras palavras, a visão de homem e de mundo, assumidas e vividas pelos profissionais, é que constitui o aspecto crucial na criação ou determinação das possibilidades sobre o “como” estudar, pesquisar e/ou intervir, assim como na delimitação e seleção das estratégias de intervenção a serem utilizadas (MARTÍN-BARÓ, 1989; MONTERO, 1994: apud FREITAS, 1998).

Ramos e Carvalho (2008) enfatizam que no âmbito das intervenções e pesquisas comunitárias, em Psicologia Social Comunitária, o psicólogo deve estar aberto à escuta de parâmetros que não coincidem com os modelos operacionalizados e sistematizados que vêm de encontro ao pensamento da classe dominante. O transporte de paradigmas de uma classe social reflete na outra muito mais a ação do preconceito cientificamente sustentado e dominação ideológica presente em práticas bem intencionadas do que uma intervenção amparada em critérios éticos e políticos.

O Psicólogo Social Comunitário tem o papel de mediador, a fim de promover a autonomia com a comunidade. Ele tem a função de tentar empoderar à comunidade, no sentido de vir a autogerir, conseguindo buscar sua própria autonomia, que capacite sua autogestão (PEREIRA et al., 2007). Portanto, ao psicólogo comunitário cabe entender e identificar as dificuldades sociais, compreendendo os mecanismos pelos quais elas são produzidas, se torna fundamental. Os autores chamam a atenção para a necessidade de se vislumbrar um futuro otimizado em que as pessoas sejam ativas na construção do futuro, externando os seus valores, porém alertam para a necessidade de equilíbrio e que sejam usados de maneira emancipatória e comunitária, promovendo autonomia individual e um senso de comunidade em cada indivíduo.

Nas intervenções comunitárias é necessário que o psicólogo adote métodos e processos de dinâmicas de grupos e treine outras pessoas membros da comunidade, visando à participação e também ajudando na capacidade de um grupo para realizar seus objetivos e, ao mesmo tempo, o crescimento psicológico de cada um dos seus membros, apoiando na participação de sujeitos ativos na busca de soluções para os problemas enfrentados e conscientes do seu papel como agentes transformadores de sua realidade (RICCI; SILVA, 2004). Na comunidade, o objetivo do psicólogo é facilitar os processos grupais e contribuir para o “empoderamento”, ou o senso de poder pessoal das pessoas dos grupos, como indivíduos e como coletividades.

Segundo Ricci e Silva (2004), no trabalho com a comunidade o que interessa é a experiência de valor de cada pessoa e para o aumento de sua auto-estima, valorizando suas perspectivas, contribuições, talentos e capacidades e na evolução do nível de consciência de cada pessoa, de uma consciência individualista para uma do bem comum. Nas intervenções grupais, o líder facilita, não dirige, estando mais preocupado com o processo do grupo do que com o conteúdo das decisões, visando às novas relações com “autoridade”, facilitando a autogestão, a formação dos recursos humanos da própria comunidade e a realização de ações eficazes em cobrar as respostas responsáveis das figuras em posições de autoridade; desenvolver modelos de cooperação e tomada de decisões democráticas. Com o trabalho comunitário, o psicólogo objetiva também o conflito criativo e a celebração de diversidade, na qual todos os participantes do grupo têm espaço para serem verdadeiros, e a diferença é valorizada como ingrediente importante, não somente para o crescimento coletivo, mas para a realização de processos dialéticos, nos quais os conflitos possam ser transformados em sínteses mais profundas e criativas.

Partindo desse princípio, Spink (2003) aponta que a Psicologia também deve assumir esse compromisso com a realidade social, podendo contribuir de forma ampla, seja em instituições ou na comunidade, nas diversas áreas, como trabalho, saúde e educação.

Nesse sentido, em meio ao cenário de desigualdade existente no Brasil, a intervenção psicológica por meio da Psicologia Social Comunitária pode constituir uma estratégia importante ao afro-brasileiro, possibilitando um ambiente de maior diálogo e reflexão sobre as vivências cotidianas, favorecendo a ele o exercício de seu poder de resistência diante do contexto de dominação vivido no meio social.

Visando ao contexto social do afro-brasileiro, ao Psicólogo Social Comunitário cabe a tarefa de adaptar ou criar teorias que têm sua origem nas práticas sociais, por vezes de áreas afins, como a antropologia, a educação, o serviço social, a medicina social, e outras da própria Psicologia, como a Social, Educacional, da Saúde ou Institucional, com o intuito de entender cada vez mais o ator social. Assim, essa teoria terá mais consistência e força explicativa dentro do campo na qual foi validada (SARRIERA, 2010).

O que se pode entender é que o psicólogo em uma intervenção psicossocial deve ter compromisso com os valores da solidariedade entre pessoas, povos e raças, assim como com outros valores que deve assumir e saber fazer respeitar, como a igualdade de oportunidades e o respeito aos direitos das minorias étnicas. Sendo assim, o papel do psicólogo em uma intervenção comunitária está orientado a delinear, executar e avaliar programas que favoreçam mudanças de atitude na sociedade sobre a estigmatização e o preconceito que dificultam a integração e inserção de minorias sociais, mediante um incremento da sensibilização e da tolerância social.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Identificar os aspectos favoráveis e desfavoráveis das cotas raciais na educação superior, para o afro-brasileiro, na fala de alunos que se identificaram como tais, e que estão no término do ensino médio ou no curso preparatório pré-vestibular e que concordaram em participar da pesquisa.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar nesses alunos o conhecimento que têm sobre as cotas raciais na educação superior.

Identificar a experiência que tem em relação às cotas raciais na educação superior.

Identificar o posicionamento que tem em relação às cotas raciais na educação superior.

5 MÉTODO

O método é um modo de proceder sistemático no sentido da captação, descrição e explicação de um fato ou fenômeno. O trabalho científico é composto de procedimentos metodológicos que direcionam uma operação denominada “conhecer”, outra “agir” e outra “fazer”; são ações desempenhadas pelo ser humano com o objetivo da realização do estudo (FACHIN, 2006).

5.1 METODOLOGIA

O método qualitativo valoriza as subjetividades dos sujeitos, uma maior interação entre o pesquisador e estes e a consideração das dimensões culturais do contexto de vida dos atores sociais em relação às quais os discursos adquirem significado (FACHIN, 2006).

A metodologia qualitativa é uma designação genérica de um conjunto de estratégias e métodos de investigação com características baseadas em enfoques naturalistas, etnográficos e ontogenéticos (os atores sociais constroem um discurso visando a tornar a ação inteligível e justificável no seu próprio contexto sociocultural). Assim, essa metodologia oferece recursos para a pesquisa de campo e a análise dos dados, que são recolhidos de variadas fontes, por meio de uma combinação de métodos diversificados que captam a dimensão subjetiva dos fenômenos estudados (OLIVEIRA, M., 2008).

O investigador pode captar e perceber os contextos a partir dos significados que lhes são atribuídos pelos atores sociais e pode, ainda, decodificar os significados por meio do conhecimento dos traços culturais do contexto (SILVA, E., 1999).

Ao considerar-se uma pesquisa científica, implica-se a geração de modelos de compreensão cada vez mais precisos, fazendo com que explicações sejam mais completas e substituindo-se explicações superadas. A pesquisa científica qualitativa em Psicologia é considerada uma pesquisa-ação porque, no decorrer da pesquisa, com base no procedimento com suas ações, o sujeito vai-se construindo e sendo investigado e interpretado (CAMPOS, L., 2004).

A Psicologia Social Comunitária pretende contribuir para a construção de relações sociais mais democráticas e solidárias, e para a promoção da autonomia e da melhoria da qualidade de vida nas comunidades. Ela é uma área da Psicologia Social que tem compromisso com segmentos sociais excluídos e tem como categorias fundamentais, a

interação entre as pessoas e os grupos sociais, e, estuda as relações interpessoais como: influências; conflitos; comportamento divergente; os elementos constitutivos da família em distintos períodos históricos e culturais; investiga os fatores psicológicos da vida social; analisa os fatores sociais como: motivação, identidade, mercado de trabalho, percepção social, o processo de socialização, as atitudes, as mudanças de atitudes, opiniões, ideologias, preconceitos, papéis sociais, dentre outros fatores sociais. Nesse contexto é que a Psicologia Social Comunitária possibilita intervir na comunidade para compreender e transformar a dinâmica vivencial das relações comunitárias, fazendo para isso uma recuperação da história de relações e grupos comunitários, assim como identificando os processos psicossociais (consciência, identidade, atividade, sentimentos de impotência, crenças fatalistas, naturalizações, dentre outras) presentes nos avanços e retrocessos da vida cotidiana (FREITAS, 1998).

A pesquisa qualitativa, que se inspira em uma epistemologia qualitativa, caracteriza-se por seu caráter dialógico, de construção e interpretação da realidade e pela sua atenção ao estudo de casos singulares. O processo de construção teórica presente nas ciências humanas e particularmente na psicologia, tanto social quanto individual, tem de ser desenvolvido levando em consideração a subjetividade do sujeito inserido no contexto social onde sua experiência acontece; a pesquisa está sempre associada à realidade e à subjetividade do pesquisador. Nesse tipo de pesquisa, há influências diretas e indiretas, conscientes e inconscientes do pesquisador na própria ciência que produz, tendo em vista que sua produção sofre interferências de sua história e de seu funcionamento psicológico (ROMERO, 2000).

A metodologia qualitativa é a forma mais adequada para a compreensão do significado e da intencionalidade das falas, das percepções, das atitudes, dos desejos, das necessidades e dos valores. Nessa abordagem, ressalta-se a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, bem como as limitações situacionais que influenciam a investigação, considerando-se que a realidade em estudo está impregnada de valores. Nesse sentido, ela busca soluções para as questões que realçam o modo como a experiência social é recriada e adquire significado (DENZIN; LINCOLN, 2006).

O pesquisador compreenderá o modo como o ator social funciona, levando em consideração sua interação social nos contextos culturais de vida, e assim terá subsídios para a construção e compreensão dessas experiências e vivências, para validar a construção dos significados. Esta é condicionada socialmente segundo os códigos de significação vigentes,

sendo, por isso, coletivamente negociada. Os significados são, então, partilhados pelos atores, que os usam para regular a sua ação; com isso, os significados assumem o papel de símbolos usados para integrar e conferir certa identidade, pois o modo como os sujeitos definem o contexto determina o seu comportamento ou modo de interação com o mundo real (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Neste estudo, para melhor organização e visualização dos dados coletados nas entrevistas, utilizou a análise de conteúdo, que é uma técnica dependente do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. A análise de conteúdo é marcada pela sua disparidade de formas e adaptável a um campo vasto aplicável às comunicações, permitindo retirar informação contida nas mensagens (VALA, 1986).

Segundo Bardin (2008), a análise de conteúdo, que pode ser aplicada tanto na pesquisa quantitativa como na investigação qualitativa, é uma técnica de investigação que tem por objetivo a descrição objetiva sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação.

A análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo) é um método muito empírico, dependente do tipo de “fala” a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. [...] A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem de ser reinventada a cada momento, exceto para usos simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da decodificação e de respostas a perguntas abertas de questionários cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas. (BARDIN, 2008, p. 32).

A análise de conteúdo tem um vasto campo de aplicação, tanto que Bardin (2008) diz que é um conjunto de técnicas de análise das comunicações e sua aplicação abrange os seguintes domínios: códigos e suporte lingüístico, tanto escrito como oral; icônicos, que são os sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes, e outros códigos semióticos que seriam tudo o que não é lingüístico pode ser portador de significações, por exemplo: música, código olfativo, objetos diversos, comportamentos, espaço, tempo, sinais patológicos e outros. Conforme a autora, a comunicação, pode ser realizada por meio de um monólogo, diálogo, grupo restrito e comunicação de massa.

Ao adotar normas sistemáticas de extrair os significados temáticos ou os significantes lexicais, por meio dos elementos mais simples de um texto, o trabalho utilizando a análise de conteúdo inicia com a coleta dos materiais. Este trabalho iniciou-se com as entrevistas e a

primeira organização, como critérios de participação, procedimentos e aspectos éticos, análise dos dados e outros. O desenvolvimento de técnicas de seleção e quantificação dessas unidades ampliou as possibilidades de estabelecer correlações engenhosas entre as unidades léxicas (CHIZZOTTI, 2008).

Bardin (2008) organiza a análise do conteúdo em três fases cronológicas: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação: 1- A pré-análise tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, com procedimentos bem definidos, preciso e podendo ser flexível. 2- A exploração do material consiste na aplicação sistemática das decisões tomadas. 3- O tratamento dos resultados visa que os resultados brutos sejam tratados de maneira a serem significativos e válidos.

Segundo Bardin (2008), o método da análise de conteúdo divide-se em: organização da análise; codificação; categorização; e inferência.

A organização das fases da análise de conteúdo visa dar formas que condensam e destacam as informações fornecidas pela análise, permitindo estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos.

A codificação trata o material, e corresponde a uma transformação; é saber a razão por que é que se analisa e saber como analisar. Compõe-se de unidades de registro e de unidades de contexto e todas as palavras do texto podem ser levadas em consideração. A unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro, tal como a frase para a palavra.

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação; é um agrupamento em razão de caracteres comuns dos elementos (unidade de registro) sob um título geral. Classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com os outros; o critério de um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis. As regras para realizar a categorização são: a homogeneidade (um único princípio de classificação deve governar a sua organização); a pertinência (a categoria é adaptada ao material de análise escolhido, e quando pertence ao quadro teórico definido); a objetividade e a fidelidade (codificadores diferentes devem chegar a resultados iguais) e a produtividade (fornecer resultados férteis: em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos).

A inferência pode centrar-se em diversos polos de atração, podendo apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação, é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recorre a indicadores (quantitativos ou não). Entre a descrição e a interpretação interpõe-se a inferência; buscam-se causas ou antecedentes da mensagem ou efeitos ou consequências da mensagem.

O emissor é o produtor da mensagem (pode ser um indivíduo ou um grupo de indivíduos emissores), e a mensagem que ele emite (significação e código) representa-o. O receptor pode ser um indivíduo, um grupo ou uma massa de indivíduos; a mensagem constitui o material que pode fornecer dados sobre o público a que ela se destina. A mensagem é o ponto de partida da análise de conteúdo.

No contexto de pesquisa proposto nesta dissertação, a Psicologia Social Comunitária pode trazer esclarecimentos e propostas para intervir na comunidade, ou seja, no grupo alvo da pesquisa referente às cotas raciais trazendo apoio psicossocial ao afro-brasileiro cotista. Apoiado na análise de conteúdo, o pesquisador trabalha com vestígios que são a manifestação de dados que ele manipula para inferir, de maneira lógica, as causas ou os possíveis efeitos das mensagens; é a análise de conteúdo que possibilitará refletir sobre o movimento dos sujeitos no que se refere à transformação de sua realidade, porque ela abre caminho para a detecção dos significados que surgem nos processos interacionais relativos aos temas sociais abordados. Na perspectiva qualitativa é que a análise de conteúdo se coloca como um conjunto de técnicas de comunicação que se aplicam aos diversificados discursos, visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores, quantitativos ou não, que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2008).

5.2 PARTICIPANTES

Participaram desta pesquisa 26 alunos, sendo 15 alunos do Instituto Luther King – Ensino, Pesquisa e Ação Afirmativa e 11 da Escola Estadual Antônio Delfino Pereira, com faixa etária entre 17 e 46 anos.

O Instituto Luther King conta com quatro salas de aula no período noturno, com o total de 150 alunos matriculados no Curso Pré-Vestibular. A Escola Estadual Antônio Delfino

Pereira tem apenas com uma sala da 2ª fase do EJA – Ensino médio; com um total de 43 alunos.

5.3 CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO

Consideraram-se como critérios de participação nesta pesquisa: ser aluno do Instituto Luther King e do último ano do ensino médio da Escola Estadual Antônio Delfino Pereira, identificado como afro-brasileiro e que aceitava participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A).

5.4 LOCAL DA PESQUISA

Instituto Luther King – Ensino, Pesquisa e Ação Afirmativa e Escola Estadual Antônio Delfino Pereira.

5.4.1 Instituto Luther King – Ensino, Pesquisa e Ação Afirmativa

O Instituto Luther King – Ensino, Pesquisa e Ação Afirmativa é uma organização localizada na Avenida Fernando Corrêa da Costa, n. 603, fundos, Centro, em Campo Grande, MS (CEP 79002-820, telefone (67) 3384-8919, *site*: www.lutherking.com.br, e *e-mail* curros_king@yahoo.com.br). Foi fundado em 15 de fevereiro de 2003 como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Seu âmbito geográfico de ação é o território nacional, e o horário de funcionamento é das 8 h às 22h30min.

A qualificação de OSCIP foi obtida pelo Ministério da Justiça, em abril de 2003. Tem por fim precípua a atividade de ensino não formal a ser prestado, de maneira inteiramente gratuita, a pessoas de baixa renda, com foco especial em minorias sociais (negros, índios e portadores de deficiência). Tem por objetivo geral promover a ascensão socioeconômica de populações vulneráveis, por meio da educação e preparo para o mercado de trabalho.

Desde agosto de 2003, mantém curso pré-vestibular e, desde 2005, implantou cursos de informática básica. Os temas centrais para o trabalho da Instituição são estudo das relações

raciais no Brasil, valorização da diversidade étnico-racial e combate ao racismo. O Instituto conta com quatro salas de aula, uma biblioteca, uma sala para coordenação e outra para administração, uma sala para os professores e reuniões, uma cozinha, quatro banheiros, duas salas de informática, um almoxarifado e um pátio coberto para atividades múltiplas (adaptável como auditório), tudo distribuído em dois prédios situados no centro da cidade. O imóvel onde está instalada a Instituição foi cedido gratuitamente (em regime de comodato) e por tempo indeterminado pelo advogado Dr. Paulo Tadeu Haendchen.

O Instituto possui em sua hierarquia um diretor-presidente, um vice-presidente, 1º e 2º secretários, 1º e 2º tesoureiros e um Conselho Fiscal composto de três conselheiros e três suplentes. A Equipe Técnica Pedagógica é composta de uma coordenadora pedagógica, uma auxiliar pedagógica, o corpo docente de 12 professores e um intérprete; conta ainda com Equipe Administrativa, integrada por uma secretária e vários voluntários que atendem o cursinho pré-vestibular no período noturno, totalizando 160 alunos, e turmas variadas para cursos de informática, em um total estimado de 200 pessoas por ano.

A instituição, na seleção dos beneficiários de suas ações, adota outro recorte, ou seja, reserva parte de suas vagas para minorias sociais. Por isso, distribui suas vagas conforme o seguinte critério: 45% para os da etnia branca; 45% para negros; 5% para índios; e 5% para portadores de deficiência. Os candidatos às bolsas de estudos do Instituto devem possuir o seguinte perfil socioeconômico: ser oriundo de escola pública; pertencer a um núcleo familiar com renda *per capita* de até um salário mínimo. Esses critérios são aplicáveis àqueles que se habilitam tanto para o Curso Pré-vestibular quanto para o Curso de Informática.

A estrutura de produção (técnica) é assim composta: 1) Equipe administrativa: coordenadores e professores das seguintes disciplinas: Português, Física, Química, Biologia, Geografia, Atualidades, História, Espanhol, Matemática; 2) Equipe de apoio: secretárias e serviços gerais. As fontes dos recursos financeiros da instituição são da Fundação Barbosa Rodrigues, Empresa de Energia Elétrica de MS, Prefeitura Municipal e doações voluntárias.

A Instituição tem por objetivo assegurar ensino de qualidade a pessoas de baixa renda, com foco em segmentos vulneráveis (negros, índios e portadores de deficiência), propiciando-lhes, por meio de curso pré-vestibular, acesso e permanência nas universidades. Para clientela de igual perfil, mantém cursos de informática básica, inclusive curso especial para cegos, preparando-os para o mercado de trabalho.

Em todos os seus cursos, o Instituto aborda, enfaticamente, os chamados temas transversais, como autoestima, respeito à diversidade, democracia, cidadania, ética e outros valores universais. As ações afirmativas, perante os princípios constitucionais de igualdade e dignidade humana, são abordadas de forma recorrente ao longo de todo o ano letivo. A visão de futuro ou futuro desejado no seu campo de atuação é fazer com que os benefícios se estendam ao maior número de pessoas, que o ensino sempre seja de qualidade e os alunos tenham acesso e permanência nas universidades.

5.4.2 Escola Estadual Antônio Delfino Pereira

A Escola Estadual Antônio Delfino Pereira está situada na Rua Ciro Nantes Silveira, n. 228, Campo Grande, MS (CEP 79118-400, Bairro São Francisco – “Comunidade Negra São Benedito”, Campo Grande, MS, telefone (67) 3365-8006). Foi criada em 21 de dezembro de 1998 e inaugurada em 26 de maio de 2000. O imóvel para construção da escola foi doado pela empresária Irani Caovilla, e, em homenagem ao seu pai e por sugestão da comunidade, a Secretaria de Estado de Educação colocou o nome “Antônio Delfino Pereira” em gratidão à doação. A Escola atende a comunidade São Benedito e bairros adjacentes. Além do ensino fundamental no período diurno, a escola ainda disponibiliza o curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA-MS) – projeto experimental no período noturno; as etapas do curso são ensino fundamental e médio, sob a forma de projetos implantados na Rede Estadual de Ensino. A finalidade é ampliar a democratização do acesso à escola e melhorar a qualidade social do ensino para jovens e adultos. O ensino fundamental é permitido à faixa etária acima dos 14 anos, e o ensino médio, à faixa etária acima dos 17 anos. A Escola está localizada na Comunidade Negra São Benedito – Tia Eva, situada a 15 km de distância do centro da cidade de Campo Grande, MS.

A região onde está localizada a comunidade foi comprada por Eva Maria de Jesus, mais conhecida por Tia Eva, pela quantia de 85 mil réis. Atualmente abriga muitas famílias, em grande parte afro-brasileiras e descendentes de Tia Eva, ex-escrava que representava o sacerdote na comunidade. Tia Eva foi grande líder, sabia ler e escrever; era parteira e receitava remédios, o que aprendeu com um médico alemão. Era benzedeira, rezadeira e, segundo a crença de muitos, era milagreira e não tinha marido. Chegou a Campo Grande, MS, em 1905, com 45 anos, nascida em Mineiros, interior de Goiás. Teve três filhas: Joana, Lázara

e Sebastiana, que foram frutos do período escravocrata; uma era mais escura, e as outras, mais claras. Elas se casaram e foram aumentando os descendentes da ex-escrava.

Tia Eva era devota de São Benedito e, em 1910, fez promessa ao santo e foi curada de uma ferida na perna. Em agradecimento, começou a construção de uma capela na comunidade, à qual deu o nome do santo. Apenas em 1912 a igreja foi concluída, sendo posteriormente demolida e substituída por uma de alvenaria em 1919. Eva Maria de Jesus faleceu em 1926, e foi enterrada em sua comunidade, na Capela de São Benedito.

5.5 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS, RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

Como recurso para a obtenção de informação, foi utilizada a entrevista do tipo estruturado como ferramenta metodológica, uma das técnicas mais usadas nas ciências sociais, contendo perguntas fixas (APÊNDICE B) e composta de 33 tópicos, em ordem invariável para todos os entrevistados, mas permitindo respostas livres. Essa técnica de entrevista possibilita o levantamento dos dados valorizando as subjetividades e torna-se adequada ao desenvolvimento de levantamentos sociais (PAULIN, 2004).

Para tanto, havia uma sala nas dependências das instituições com duas cadeiras, roteiro para entrevista, um gravador de fita cassete, fitas cassetes e pilhas para o gravador. A pesquisadora contou com o auxílio das coordenadoras dos cursos para fazer o convite nas salas de aula das duas instituições. As entrevistas foram realizadas pela pesquisadora, e o aluno era entrevistado individualmente. A entrevista possui três enfoques: dados sociodemográficos, questões relacionadas às cotas raciais e questões relacionadas ao racismo e discriminação referente o acesso à universidade em função dessas cotas.

5.6 PROCEDIMENTOS E ASPECTOS ÉTICOS

Esta pesquisa foi realizada em duas instituições de ensino: Instituto Luther King e Escola Estadual Antônio Delfino Pereira. Para protocolar o projeto no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi necessário solicitar uma autorização para a direção de cada instituição, esclarecendo a necessidade de realização da

pesquisa (ANEXO). Após serem assinadas, as solicitações foram entregues ao Comitê, anexas ao projeto. A pesquisa foi aprovada sem restrições.

Os aspectos éticos estiveram de acordo com as normas expressas na Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde, que fornece as diretrizes e normas que regulamentam pesquisas envolvendo seres humanos. Considerou-se, também, a Resolução do Conselho Federal de Psicologia n. 016, de 20 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a realização de pesquisas em Psicologia com seres humanos (BRASIL, 1996a, 2000b).

Aprovado o projeto pelo Comitê, a pesquisadora solicitou nas instituições, por meio de contato telefônico, locais em que pudessem ser realizadas as entrevistas. Com a concessão do local, foi combinado o horário, e a pesquisadora solicitou o auxílio dos coordenadores das duas instituições para convidar e explicar os objetivos da pesquisa, procedimentos e aspectos éticos nas salas de aulas para os alunos que se identificassem como afro-brasileiros e quisessem dela participar.

Antes de iniciar as entrevistas, foi organizada a sala para início dos trabalhos e entregue ao participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual era lido por ele; caso o aceitasse, o participante assinava-o em duas vias. Nesse Termo, constavam os objetivos, justificativas, procedimentos metodológicos da pesquisa, possíveis desconfortos e riscos e possíveis benefícios esperados. As entrevistas foram feitas nas dependências das instituições, em local autorizado pela direção, no período noturno, que correspondia ao horário das aulas, e os alunos eram chamados de dois a dois, visando a agilizar o processo para eles retornarem rapidamente à sala de aula e não serem prejudicados, mas as entrevistas eram feitas individualmente. A pesquisadora, de posse do roteiro da entrevista, fazia as perguntas e recorria a um gravador para coletar as respostas, que depois foram transcritas na íntegra.

5.7 ANÁLISES DOS DADOS

Por meio da análise de conteúdo, utilizando o roteiro da entrevista, foram elaborados quadros que facilitaram a organização dos códigos de significação usados pelos sujeitos para realização deste trabalho. Primeiro, as entrevistas foram transcritas na íntegra e após foram confeccionados quadros que demonstram as categorias, subcategorias e as significações.

Nas técnicas da análise de conteúdo, conforme Bardin (2008), os dados das entrevistas podem ser tratados segundo a análise categorial onde o texto é desmembrado em unidades e reunidos em categorias conforme os reagrupamentos analógicos, pois existem vários critérios de categorizações, entre eles, o semântico (todos os temas que significam a mesma coisa) e os expressivos (categorias que classificam diversos temas). Assim, foram organizadas em quadros as respostas obtidas por meio das entrevistas e categorizadas por similaridades.

Nas categorias e subcategorias, de acordo com Bardin (2008), a codificação corresponde a uma transformação dos dados brutos do texto, que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação de conteúdo suscetível de esclarecer ao pesquisador as características do texto, que podem servir de índices. Por meio da categoria e subcategoria é que o conteúdo da mensagem é classificado (CHIZZOTTI, 2008).

As categorias e subcategorias elencadas neste estudo originam-se dos relatos ou seja das respostas obtidas nas entrevistas (objeto de análise) e do conhecimento prévio da pesquisadora sobre a área estudada. A codificação das subcategorias surgiu a partir das respostas dos sujeitos respondentes e na categoria “identidade” agruparam-se as questões 10 e 11, que abordam a identidade afro-brasileira e das quais foram apresentadas pelas seguintes subcategorias: afirmação, racismo, herança cultural, origem africana, cor da pele, miscigenação e características físicas.

A questão 12 se refere à categoria “mercado de trabalho”, e as subcategorias foram: aceitação, exclusão, competitividade e falta de oportunidade.

As questões 20 e 21 são referentes à categoria “educação”. Que questiona a pretensão de cursar uma universidade e a importância de estudar, que originou nas subcategorias: oportunidade, qualidade de vida e conhecimento.

As questões 22 e 30 são referentes à categoria “percepção social”, que agrupa questões referentes à inserção do negro na universidade e qual a percepção dele quanto à impressão que a sociedade tem sobre essa inserção, que agruparam as seguintes subcategorias: aceitação, exclusão, racismo, discriminação e preconceito.

As questões 23 e 24 são referentes à categoria “entendimento sobre as cotas raciais”, que questiona sobre entendimento e informações referentes às cotas raciais; as subcategorias encontradas foram: direito, qualidade de vida, igualdade, oportunidade, discriminação e preconceito.

As questões 25, 28, 29, 31, 32 e 33 foram agrupadas na categoria “posicionamento sobre as cotas raciais”, que dentro da temática cotas para o afro-brasileiro na universidade aborda o posicionamento do entrevistado e da sociedade, segundo a visão dele e racismo; as subcategorias foram: igualdade e oportunidade.

As questões 26 e 27 são referentes à categoria “discriminação”, o que o respondente entende com a discriminação e se ele já deparou com tal situação; e as subcategorias foram: falta de oportunidade, desvalorização, indiferença, desrespeito e preconceito.

Assim, as categorias utilizadas no desenvolvimento deste trabalho foram: identidade, mercado de trabalho, educação, percepção social, entendimento sobre as cotas raciais, posicionamento sobre estas e discriminação.

A análise de conteúdo pode realizar-se a partir das significações que a mensagem (significação e código) fornece e também pode estar ligada aos códigos que contêm, suportam e estruturam tais significações (BARDIN, 2008). Após a identificação das categorias e subcategorias, foram novamente elaborados quadros, nos quais se apresentam, a partir das subcategorias, os recortes das falas dos respondentes para evidenciar o conteúdo.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, serão apresentados os resultados do estudo acompanhados da discussão. Para localizar os participantes inicialmente será apresentado um gráfico com a distribuição dos sujeitos segundo a instituição que frequentam: Instituto Luther King (ILK) e Escola Estadual Antônio Delfino Pereira (ADP). Para cada participante será utilizada a sigla e uma numeração sequencial para identificá-los: “LK.P” para os participantes do Instituto Luther King, e “AD.P” para os da Escola Estadual Antônio Delfino Pereira.

A seguir será apresentada a tabela com os dados do perfil sociodemográfico dos participantes. Após esta etapa apresenta-se um quadro elaborado para localizar as questões que os participantes responderam com suas respectivas categoriais e subcategorias. Os quadros seguintes (2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8) demonstram as subcategorias elencadas e suas correspondentes significações (recorte das falas).

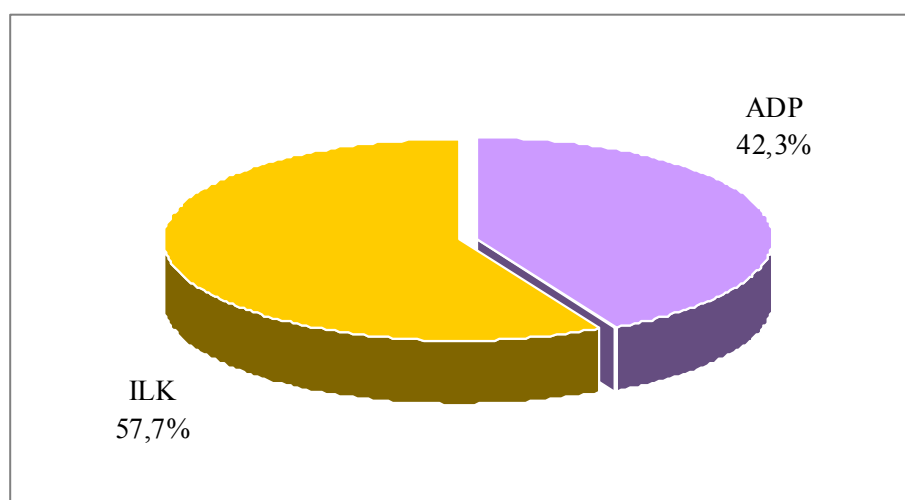


GRÁFICO 1 - Distribuição percentual da amostra em relação aos institutos.

Fonte: dados resultantes da pesquisa, 2009.

Participaram 15 alunos (57,7%) do ILK e 11 da ADP (42,3%), totalizando 26 participantes da pesquisa (GRÁFICO 1).

TABELA 1 - Perfil sociodemográfico dos participantes (n=26)

Variável	n	%
Instituto		
ADP	11	42,3
ILK	15	57,7
Faixa etária		
17 a 27 anos	19	73,1
28 a 37 anos	6	26,1
38 a 47 anos	1	3,8
Sexo		
Feminino	17	65,4
Masculino	9	34,6
Estado civil		
Casado	5	19,2
Solteiro	21	80,8
Filhos		
Não	18	69,2
Sim	8	30,8
Trabalha		
Não	12	46,1
Sim	14	53,9
Renda		
Até R\$ 600	13	50,0
De R\$ 601 a R\$ 1.200	11	42,3
De R\$ 1.201 a R\$ 2.400	2	7,7
Escolaridade do pai		
Não sabe	3	11,5
Analfabeto	3	11,5
Ensino Fundamental incompleto	14	53,8
Ensino Fundamental completo	4	15,5
Ensino Médio incompleto	2	7,7
Ensino Médio completo	-	-
Escolaridade da mãe		
Analfabeto	2	7,7
Ensino Fundamental incompleto	14	53,9
Ensino Fundamental completo	1	3,9
Ensino Médio incompleto	3	11,5
Ensino Médio completo	6	23,0

Fonte: dados resultantes da pesquisa, 2009.

Conforme o perfil sociodemográfico dos participantes (TABELA 1) vê-se que a faixa etária dos participantes do ILK varia de 17 a 46 anos e da ADP, de 17 a 33 anos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009c) confirma a desvantagem entre os indicadores socioeconômicos de brancos e negros e demonstrou que a taxa de analfabetismo dos negros é de 16% e dos brancos, 7%. Cerca de 30% dos negros com idade entre 18 e 24 anos ainda estão no ensino fundamental enquanto os brancos são 11%. No ensino médio: 35% dos jovens brancos não estão na série adequada para sua idade, porém na juventude negra o percentual é de 51%.

De acordo com Godinho et al. (2005), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, com base em pesquisas referentes à “Trajetória da mulher na educação brasileira”, concluiu que em todas as regiões do país, na graduação, o ritmo de crescimento das matrículas a favor das mulheres cresceu de 1966 a 2003. O índice de crescimento feminino foi mais alto e a diferença entre os sexos, que 1996 eram de 8,7% a favor das mulheres, passa para 12,8% em 2003. Talvez isso se deva à maior proporção de mulheres na população – ou ao fato de mais mulheres do que homens concluírem o ensino médio.

Ao apresentar o perfil sociodemográfico dos participantes, percebe-se que 65,4% são do sexo feminino e 34,6% do sexo masculino; observa-se, assim, que o percentual de mulheres nas duas instituições é maior que o percentual dos homens. De acordo com a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008a), o que poderia explicar o alto índice de mulheres estudando seria o fato de as mulheres possuírem maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, o que as impulsiona a obter melhor qualificação para alçar sua competitividade e também porque existe grande número de famílias chefiadas por mulheres.

Referente ao aumento na renda média das brasileiras, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006d) comprovou essa conquista talvez pelo fato da dedicação da mulher, mas também pela necessidade, porque existe um número expressivo de famílias chefiadas por mulheres. Outro fator é que das vagas abertas muitas acabaram preenchidas por mulheres, porque elas apresentam em seus currículos mais de dez anos de escolaridade, contra 20% dos profissionais masculinos.

Quanto ao estado civil da amostra, 19,2 % são casados e 80,8%, solteiros; 69,2% não têm filhos e 30,8% têm. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006a), em pesquisa sobre o estado civil da população brasileira aponta que homens e mulheres têm apresentado

características peculiares quanto ao seu crescimento demográfico nas últimas décadas. A análise mostra uma tendência de mudança de comportamento nos anos de 1990 em relação ao padrão brasileiro de organização familiar das décadas de 1970 e 1980. Outro fenômeno ocorrido nesse mesmo período foi o incremento significativo de separações conjugais.

A Síntese dos Indicadores Sociais revela que, entre 1995 e 2005, na região Sudeste, o percentual de famílias formadas por casais com filhos caiu de 56,6% para 48,5%. Fatores como o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho podem ter ocasionado mudanças na estrutura familiar brasileira: o número das famílias que eram chefiadas por mulheres cresceu 35% no período. Esse aumento vem ocorrendo mesmo nas famílias onde há a presença do cônjuge (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006a).

No que se refere à ocupação, dos participantes da pesquisa, 46,1% trabalham e 53,9% não trabalham. Os negros possuem os mais altos índices de desemprego. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2007) em pesquisa (1999) verificou-se que os negros representam 46% da população economicamente ativa; no entanto estão à margem do mercado formal de trabalho e possuem os mais altos índices de desemprego. Demonstrou uma situação de reiterada desigualdade para negros, de ambos os sexos, no mercado de trabalho no qual a discriminação racial é um fato cotidiano e interfere em todos os setores sociais.

Quanto à renda familiar, 50% dos entrevistados recebem salários de até R\$ 600,00; 42,3% recebem salários na faixa de R\$ 600,00 a R\$ 1.200,00; e 7,7% recebem de R\$ 1.201,00 a R\$ 2.400,00. A faixa salarial dos participantes desta pesquisa confirma os resultados da pesquisa do IPEA em 2003, sobre a questão da renda no Brasil, associada aos indicadores de pobreza e desigualdade, apontam que 44,1% de negros viviam com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA, 2005).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006b) divulgou resultado da pesquisa apresentada pelo PME 2006 sobre cor/raça, destacando que os pretos e pardos recebiam, em média, R\$ 660,45. Esse valor representava 51,1% do rendimento auferido pelos brancos (R\$ 1.292,19).

Em relação à análise da escolaridade paterna dos entrevistados, 11,5% não sabem a escolaridade do pai. Os demais responderam que 11,5% dos pais são analfabetos; 53,8% têm

ensino fundamental incompleto; 15,5%, ensino fundamental completo; e 7,7%, ensino médio completo. Sobre a escolaridade materna, 7,7% das mães são analfabetas; 53,9% têm ensino fundamental incompleto; 3,9%, ensino fundamental completo; 23,0%, ensino médio; e 11,5%, ensino médio incompleto. As pessoas que ajudam na despesa da casa dos entrevistados, assim como seus pais, possuem baixo nível de escolaridade.

Ao discutir a escolaridade do pai dos entrevistados, analisando-se os resultados, pode-se verificar o alto grau de analfabetismo relacionado ao pai dos alunos entrevistados, situação essa que tende a persistir neste país caso não haja implementação de políticas públicas voltadas para educação, principalmente do afro-brasileiro.

Nesse contexto, observa-se que no Brasil, segundo a Agência Globo (2004), 68% da desigualdade educacional verificada na geração dos pais são transferidos para os seus filhos. Isso mostra que há uma baixa mobilidade na educação. A escolaridade em geral está aumentando no Brasil, mas a distância entre aqueles de baixa escolaridade e os que têm elevada escolaridade ainda é grande.

Manacorda (2006) enfatiza que as estratégias de aprendizagem funcionam por meio de exemplos de instrumentação para o filho como estímulo para estudar. Em relação aos participantes desta pesquisa, os pais analfabetos não dispunham de condições para estimular os filhos. Essa situação é a mesma que se tem visto entre a população pobre deste país, independentemente de raça ou cor, causada por fatores sociais, políticos e econômicos.

A educação superior não pode ser vista apenas com fins econômicos, mas também como forma de integração que molda e desenvolve o ser social. Essa também é a visão dos autores Cunha (1977), Delors et al. (1996) e Silvestre (2003), os quais, ao falarem da educação, não pensam nesta apenas como meio de obtenção de condição econômica do homem, mas como busca de seus ideais, o que o ajudará na construção de sua identidade, no desenvolvimento de suas habilidades e competências inatas e na superação de suas necessidades. Esse pensamento é confirmado por Silva, E. (2005), ao dizer que a educação dá suporte ao homem em vários segmentos de sua vida.

No Brasil, as vagas das universidades federais são preenchidas em maior proporção por estudantes cujos pais exercem profissões de nível superior. Essa colocação foi confirmada por Queiroz (2002), que, em pesquisa referente à instrução e ocupação dos pais no Brasil, concluiu que os estudantes das universidades federais pesquisadas são, em elevada

proporções, filhos de pais que têm profissão de nível superior ou são proprietários e recebem salários acima da média dos trabalhadores brasileiros.

QUADRO 1 - Questões e os códigos de significados

Questões	Categoria	Subcategoria
Q10; Q11	1. Identidade	1. Afirmação 2. Racismo 3. Herança cultural 4. Origem africana 5. Cor da pele 6. Miscigenação 7. Características físicas
Q12	2. Mercado de trabalho	1. Aceitação 2. Exclusão 3. Competitividade 4. Falta de oportunidade
Q20; Q21	3. Educação	1. Oportunidade 2. Qualidade de vida 3. Conhecimento
Q22; Q30	4. Percepção social	1. Aceitação 2. Exclusão 3. Racismo 4. Discriminação 5. Preconceito
Q23; Q24	5. Entendimento sobre as cotas raciais	1. Direito 2. Qualidade de vida 3. Igualdade 4. Oportunidade 5. Discriminação 6. Preconceito
Q25; Q28; Q29; Q31; Q32; Q33	6. Posicionamento sobre as cotas raciais	1. Igualdade 2. Oportunidade
Q26; Q27	7. Discriminação	1. Falta de oportunidade 2. Desvalorização 3. Indiferença 4. Desrespeito 5. Preconceito

Fonte: dados resultantes da pesquisa, 2009.

A elaboração do Quadro 1 permitiu identificar a realidade vivenciada pelos participantes.

Os Quadros de 2 a 8 foram ordenados segundo as subcategorias e suas respectivas significações (recorte das falas) seguidos das análises e discussões.

QUADRO 2 - Subcategorias e significações da CATEGORIA: “Identidade”

Subcategorias	Significações
Afirmação	<i>... é orgulho. (AD.P16)</i>
Racismo	<i>... para mim... eu nunca tive problema de racismo. (LK.P01)</i>
Herança cultural	<i>Árvore genealógica. (LK.P02)</i> <i>... que vem de geração em geração. (LK.P04)</i> <i>É trazer tudo aquilo que foi... toda cultura. (LK.P09)</i> <i>... ser... uma geração de afrodescendente... (AD.P25)</i> <i>É ter uma cultura... (AD.P26)</i>
Origem africana	<i>Descendente de negro... (LK.P03)</i> <i>Vem... dos antecedentes... meus avós... que são negros... (LK.P07)</i> <i>Para mim é ser assim... da parte dos quilombolas, negro. (AD.P18)</i> <i>Descendente de africano. (AD.P20)</i> <i>Origem africana. (LK.P05)</i>
Cor da pele	<i>É aquela pessoa que mantém a sua... cor. (LK.P08)</i> <i>Ter uma pele escura. (LK.P10)</i> <i>... acho que é ser da raça, da cor. (AD.P17)</i> <i>... ter a minha cor... (AD.P23)</i> <i>É uma pessoa negra, que não há diferença em forma de cor em nada. (LK.P06)</i>
Miscigenação	<i>Mistura... de raça. (LK.P14)</i>
Características físicas	<i>... ter as características negras. (LK.P13)</i>

Fonte: dados resultantes da pesquisa, 2009.

A elaboração do Quadro 2 permitiu identificar a realidade vivenciada pelos entrevistados. Os participantes das duas instituições se identificam como afro-brasileiros. Nas falas dos alunos do Instituto Luther King, ser afrodescendente significa racismo, herança cultural, origem africana, cor da pele, miscigenação e características físicas, e nas falas dos alunos da Escola Antonio Delfino, verificou-se com afirmação, herança cultural, origem africana e cor da pele.

Pode-se perceber que a origem africana e a cor da pele se destacam nas duas instituições. Uma das características mais evidentes no afro-brasileiro é a cor da pele, tanto que dados da PNAD 2005 demonstram que 6,3% da população brasileira se declaram negra (grupo racial de pessoas com cores de pele que vão desde o marrom-claro até o quase preto, pessoas que descendem de povos da África subsaariana), enquanto 43,2% se classificam como pardos (mestiços). O que confirma o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006c), referente ao quesito cor e raça, que o termo “preto” é relacionado com o matiz étnico da população de origem africana; o termo “pardo”, elemento fruto da miscigenação, passa a ser um componente da população sem origem étnica, ou então uma parte da população em disputa na construção da identidade étnica nacional.

Os entrevistados tendem a dar várias significações quanto a ser afro-brasileiro, como podem ser percebidas em algumas das falas. Afirmação: ... *é orgulho*; racismo: ... *para mim... eu nunca tive problema de racismo*; herança cultural: *árvore genealógica. ... que vem de geração em geração... toda cultura*; origem africana: ... *vem...dos antecedentes... meus avós... que são negros... descendente de africano*; cor da pele: ... *acho que é ser da raça, da cor... ter a minha cor... ter uma pele escura*; miscigenação: ... *mistura... de raça*; características físicas: ... *ter as características negras*. O termo “afrodescendente” é o que qualifica as pessoas que vieram do continente africano e passaram pelo processo de hibridação e de mestiçagem (PINTO, 1987). A maioria dos participantes representou afrodescendente conforme o conceito do autor, e apenas um associou o termo a racismo. A importância dessa questão era um dos critérios de participação na pesquisa, porque para participar da pesquisa teria que o aluno se identificar como afrodescendente.

QUADRO 3 - Subcategorias e significações da CATEGORIA: “Mercado de trabalho”

Subcategorias	Significações
Aceitação	<p><i>... agora as portas estão se abrindo... hoje as coisas estão melhorando. (LK.P01)</i></p> <p><i>... no meio entre branco tem poucos negros... eles estão conseguindo ganhar seu lugar no mercado de trabalho. (LK.P07)</i></p> <p><i>... estão começando... a abrir as portas para nós... (AD.P16)</i></p> <p><i>Está melhorando... (AD.P21)</i></p>
Exclusão	<p><i>... meio exclusivo... na maioria das lojas do shopping, você não vê um funcionário de cor lá trabalhando... é raríssimo... (LK.P02)</i></p> <p><i>.. concorrido... preconceituoso... (LK.P06)</i></p> <p><i>... preconceito... muito difícil. (LK.P08)</i></p> <p><i>... Está difícil, como nas outras raças, mas...um certo preconceito para os negros. (LK.P09)</i></p> <p><i>Muito difícil... (LK.P10)</i></p> <p><i>... egoísta quanto à... raça. (LK.P13)</i></p> <p><i>... ampliar mais...os valores... (LK.P14)</i></p> <p><i>... grandes discriminações... (LK.P15)</i></p> <p><i>... tem... um pouco de racismo por não ter... oportunidade para os negros... (AD.P18)</i></p> <p><i>... para as pessoas afrodescendentes, é difícil... (AD.P20)</i></p> <p><i>... o primeiro emprego... para nós, negros, se torna mais difícil... existe muito preconceito... (AD.P25)</i></p>
Competitividade	<p><i>Concorrido. (LK.P03)</i></p> <p><i>... competitivo... tem que ter muitas qualificações... (LK.P05)</i></p> <p><i>... qualificação profissional... (LK.P11)</i></p> <p><i>... um pouco difícil. (AD.P22)</i></p>
Falta de oportunidade	<p><i>... muito exigente para as pessoas que estão procurando o primeiro emprego. (LK.P04)</i></p> <p><i>... deveria ter mais vaga para a gente... (AD.P23)</i></p> <p><i>... não é fácil, mas também não é difícil... (AD.P17)</i></p> <p><i>... não penso nada. (AD.P19)</i></p> <p><i>... tem gente que não tem condição... (AD.P24)</i></p>

Fonte: dados resultantes da pesquisa, 2009.

O Quadro 3 consta a questão: o que você pensa sobre o mercado de trabalho, e nas falas dos alunos das duas instituições significa: exclusão, competitividade e falta de oportunidade.

Ao responderem exclusão, confirmam com a PME 2006 que a inserção desigual no mercado de trabalho também é demonstrada comparando-se a taxa de desocupação dos pretos e pardos (11,8%) com a dos brancos (8,6%). Entre os empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado (que tem maior proteção legal e melhores remunerações), 59,7% eram brancos e 39,8% eram pretos e pardos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006b).

A competitividade é comprovada pelo relatório intitulado “Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas: pesquisa 2005” que provou que os negros são minoria em todos os níveis do quadro de funcionários das grandes empresas do Brasil. São 3% dos diretores e 26% dos subordinados. Quanto maior é a posição na hierarquia, menor a presença do negro (INSTITUTO ETHOS, 2006).

Os participantes expressaram suas opiniões da seguinte forma: *agora as portas estão se abrindo... hoje as coisas estão melhorando*; outros apontaram exclusão: *no meio entre branco, tem poucos negros*; competitividade: *... competitivo... tem que ter muitas qualificações*; e falta de oportunidade: *... muito exigente para as pessoas que estão procurando o primeiro emprego*. A inserção desigual no mercado de trabalho também é demonstrada comparando-se a taxa de desocupação dos pretos e pardos (11,8%) com a dos brancos (8,6%) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006b).

QUADRO 4 - Subcategorias e significações da CATEGORIA: “Educação”

Subcategorias	Significações
Oportunidade	<p><i>... as portas vão se abrir... (LK.P01)</i></p> <p><i>... porque, na verdade, o estudo abre as portas para você... (LK.P02)</i></p> <p><i>... estudar, para mim, é tudo...eu nunca tive essa oportunidade por eu ter uma filha muito nova e agora voltei a estudar... (LK P08)</i></p> <p><i>... abrir as portas mais para frente... (AD.P16)</i></p>
Qualidade de vida	<p><i>... é tudo. (LK.P03)</i></p> <p><i>Senão, você não vai ser ninguém no futuro... (LK.P04)</i></p> <p><i>... sem a educação, você não é nada. (LK.P05)</i></p> <p><i>... é o foco da vida...vai melhorar seu futuro... (LK.P07)</i></p> <p><i>... eu vou ter meu futuro. (LK.P09)</i></p> <p><i>Tentar conseguir algo que os meus pais não puderam me dar... (LK.P10)</i></p> <p><i>... garante o meu futuro... (LK.P11)</i></p> <p><i>... melhoria... condições de vida... (LK.P14)</i></p> <p><i>... cumprir a diferença... (LK.P15)</i></p> <p><i>... um futuro melhor... (AD.P17)</i></p> <p><i>... é o meu futuro... (AD.P 18)</i></p> <p><i>... dar um futuro melhor para o meu filho e para a minha família... (AD.P20)</i></p> <p><i>Ser alguém na vida... (AD.P21)</i></p> <p><i>... ajudar muito a minha comunidade... (AD.P23)</i></p> <p><i>... ser alguém na vida... (AD.P24)</i></p> <p><i>... crescer na vida.. ver no meu futuro...pensando nos meus filhos... dar uma boa educação para eles. (AD.P25)</i></p> <p><i>É para garantir o futuro... (AD.P26)</i></p>
Conhecimento	<p><i>... é um conhecimento que nunca você vai perder. (LK.P06)</i></p> <p><i>... adquirimos conhecimento... (LK.P12)</i></p> <p><i>... para aprender mais coisas... (AD.P19)</i></p>

Fonte: dados resultantes da pesquisa, 2009.

Os alunos, de ambas as instituições pretendem cursar uma universidade, e nas falas verificou-se que educação significa: oportunidade, qualidade de vida e conhecimento (QUADRO 4).

Para eles significa oportunidade, qualidade de vida e conhecimento, mas os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006b) contradizem, porque no Brasil, pela PME 2006, no quesito cor e raça, demonstrou que 25,5% dos brancos com mais de 18 anos frequentavam ou já haviam frequentado curso superior, em comparação com apenas 8,2% dos pretos e pardos. Ainda em relação à educação, verificou-se que 20,1% dos pretos e pardos com dez anos ou mais de idade tinham algum curso de qualificação profissional, enquanto na população branca esse percentual subia para 25,3%. Em quatro regiões metropolitanas – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre –, pretos e pardos predominavam entre os que procuravam trabalho. Embora a soma de pretos e pardos representasse menos da metade (42,8%) da população em idade ativa, eles eram maioria (50,8%) na população desocupada (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006b).

Discorre Silva, M. L. (2007), que segundo a OMS, a qualidade de vida é definida como percepção individual da posição do indivíduo na vida, no contexto de sua cultura e sistema de valores, nos quais ele está inserido, e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Sendo assim, a qualidade de vida da população afro-brasileira, demonstrada na PME até março de 2009, não condiz com a definição da OMS, porque, segundo o indicador, as condições de saúde da população negra são agravadas dadas às péssimas condições de vida: péssimas habitações, que provocam, pela falta de saneamento básico e outros, as mais diversas doenças, além dos problemas acarretados pelo trabalho extenuante e insalubre (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009a).

Na categoria educação, na fala dos participantes, “oportunidade” significa: *as portas vão se abrir...*; qualidade de vida: *... futuro melhor para o meu filho e para a minha família...*; e conhecimento: *... conhecimento que nunca você vai perder*. As significações dos participantes é confirmada por Cunha (1977) quando diz que a educação superior é um instrumento equalizador de oportunidades, o qual não apenas prepara o indivíduo para a competitividade, como também o conduz ao longo de toda a vida para o desenvolvimento social e econômico em qualquer sociedade.

QUADRO 5 - Subcategorias e significações da CATEGORIA: “Percepção social”

Subcategorias	Significações
Aceitação	<p><i>... antigamente, era difícil, agora... eles estão vendo com outros olhos, estão vendo que o negro é bom.. a sociedade me vê... como se fosse qualquer um... (LK.P01)</i></p> <p><i>... muitos negros entram na universidade, mas às vezes é muito difícil... O branco considera a mim como uma pessoa igual a mim... (AD.P18)</i></p> <p><i>... Eu acho bonito isso de... ter essas... colocações... acho que eu estou na sociedade... procurando o meu espaço... (AD.P21)</i></p> <p><i>... é bem difícil..., acho que é boa a visão... (AD.P26)</i></p>
Exclusão	<p><i>... todos têm um propósito de entrar na faculdade. Todo negro quer ser alguém na vida, assim como... todos os outros.. Mas eu acho que... pode me ver... acha porque eu não tenho casa boa... não tenho um emprego bom... que eu sou... uma negra que... vai ter dificuldade na vida... não vou ter tudo que eu quero na vida por ser negra. (LK.P09)</i></p> <p><i>Muito difícil, porque... a maioria das pessoas que estudam numa universidade são brancos... poucos... os negros que estão lá. E, quando estão lá, é com muita... dificuldade... às vezes, o branco não luta tanto como um negro... Como uma pessoa negra qualquer que às vezes não tem direito de entrar numa universidade. (LK.P10)</i></p> <p><i>... antes eles eram excluídos por serem negros. Com isso, acredito que vai melhorar...nosso relacionamento... Eu procuro ser... honesto para que as pessoas acreditem em mim também... (LK.P12)</i></p> <p><i>... a sociedade, às vezes, não repara a diferença...às vezes, as pessoas vão levar o currículo e... estudou na mesma universidade... eles vão escolher outro que é mais claro...olham a aparência, mas não olham o conteúdo. (LK.P02)</i></p> <p><i>... a sociedade acredita que por alguns não é bem vista. Mas somos iguais a todos e temos que correr atrás... (LK.P03)</i></p> <p><i>... Eu acho que a... inserção do negro... dentro da universidade é um pouco... fora... da realidade, que nós vemos hoje... muito poucos... negros na universidade... o que a sociedade acha de mim que eu sou um favorecido... tendo cotas... nas universidades. (LK.P13)</i></p> <p><i>... hoje ainda são poucos... lá dentro... (LK.P15)</i></p> <p><i>... estar lá por acaso... escolhido por dedo... podia ter mais vagas... para a sociedade, algumas coisas são boas, outras são ruins... (AD.P16)</i></p> <p><i>... hoje em dia, eles falam assim, que negro não tem condições de pagar uma faculdade... tem várias visões, não é todo mundo que tem a mesma visão, mas eu acho que é bem mau... (AD.P17)</i></p> <p><i>... tem negro, assim, hoje em dia, não tem condição de pagar uma faculdade... de ter um emprego melhor... acho que fica pensando “será que esse aí chega lá. Será que ele está tudo bem”. (AD.P24)</i></p>
Racismo	<p><i>... algumas pessoas não concordam com isso, que acham que vai aumentar o racismo no Brasil... a sociedade me vê, uma pessoa qualquer no mundo que tenta... obter o seu... objetivo. (LK.P04)</i></p>

Subcategorias	Significações
Discriminação	<i>...há diferenças... a sociedade, pela raça, pela cor... deveria abrir mais cotas, mais chances para nós, pessoas negras... sociedade me vê...dependendo das pessoas... são racistas... há um preconceito... (LK.P06)</i>
	<i>... é muito bom... tira um pouco daquele racismo... daquela discriminação pelo negro. Em relação à sociedade, eu acho que a sociedade... meio que aceitou um pouco, mas não totalmente... a visão que a sociedade tem, um indivíduo muito neutro. (LK.P11)</i>
	<i>... muitas vezes, as pessoas estão... dificultando mais a entrada de... afrodescendente... (AD.P20)</i>
	<i>... as pessoas veem com certo olhar ainda de discriminação... a sociedade me vê...que eu sou uma pessoa frágil, que não tenho condição de, com meu próprio esforço, conseguir o que eu quero. (LK.P05)</i>
	<i>... pessoas acham que vai ter discriminação... porque vai ficar dando mais prioridade aos negros, nessa cota... vai existir mais preconceito ainda, mais discriminação... tem pessoas que não gostam mesmo de negros, mas eu não... ligo. A sociedade, eu acho que deveria parar com essa discriminação, porque as pessoas têm que conhecer como você é... não vai ser assim pela cor que você vai julgar... (LK.P07)</i>
Preconceito	<i>Eu acho que eles veem... com discriminação... (LK.P14)</i>
	<i>... Hoje em dia... tem bastante preconceito... principalmente com as pessoas negras... (AD.P22)</i>
	<i>... é preconceito... uma pessoa te olha com diferença... porque você é negro... uma negra que pode entrar... numa universidade, que pode estudar, que pode ser alguém na vida... (LK.P08)</i>

Fonte: dados resultantes da pesquisa, 2009.

A percepção da sociedade quanto à inserção do afro-brasileiro na universidade é a impressão que a sociedade tem dele, nas falas dos alunos de ambas as instituições, a percepção social é de aceitação, exclusão, racismo, discriminação e preconceito (QUADRO 5). As significações são visíveis nos resultados das pesquisas dos indicadores como os do IPEA, em parceria com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, que lançou o estudo “Retrato das Desigualdades”, trazendo uma gama de indicadores capazes de retratar as desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira. Por meio dessa pesquisa, foi permitido visualizar, de forma explícita e compreensível, as enormes desigualdades que se manifestam entre negros e brancos e homens e mulheres nos mais diferentes espaços sociais – educação, mercado de trabalho, saúde, acesso a bens e serviços e outros (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA, 2005).

Confirmando os indicadores, Fernandes (1978) diz que no Brasil, em função dos avanços nas estruturas sociais, a discriminação vai adquirindo novo modelo de exclusão, sem qualquer garantia de competitividade entre a população negra e a branca. As diferenças ao longo da história consistem em: a discriminação do período da escravidão inferiorizava o negro para dar sentido à política vigente; já no período atual, ela impede a ascensão do negro, justificando-se pela falta de oportunidade e assim levando-o à exclusão social.

A percepção social refere-se à impressão que a sociedade tem dos participantes. Alguns entrevistados disseram já haver a aceitação: ... *eles estão vendo com outros olhos, estão vendo que o negro é bom*; outros indicaram exclusão: ... *a... inserção do negro... dentro da universidade é um pouco... fora... da realidade, que nós vemos hoje... muito poucos... negros*; racismo: *algumas pessoas não concordam com isso, acham que vai aumentar o racismo no Brasil*; discriminação: *pessoas veem com certo olhar ainda de discriminação*; e preconceito: ... *é preconceito... uma pessoa te olha com diferença... porque você é negro*. Chizzotti (2008) relata que a realidade constrói os atores, ou seja, as pessoas veem como julgam que os outros as veem ou como esperam ser vistas.

Nota-se que, em termos de desigualdades social e racial, a população afro-brasileira tem mais dificuldades de acessar bens e serviços públicos, mercado de trabalho e ensino superior e de gozar plenamente dos seus direitos. Todos os fatores sociais citados são extremamente importantes, mas a educação diferencia o indivíduo, tanto que alguns autores dizem que ela estabelece quatro objetivos fundamentais: saber ser, saber estar, saber fazer e saber aprender (CUNHA, 1977; DELORS et al., 1996; SILVESTRE, 2003).

QUADRO 6 - Subcategorias e significações da CATEGORIA: “Entendimento sobre as cotas raciais”

Subcategorias	Significações
Direito	<p>... ultimamente, a gente está com um direitinho até bom. Está muito bom o direito nosso. Que antigamente, nós não tínhamos direito. A gente não podia entrar na universidade. A gente não tinha condição. Do fato, de ser negro, você seria burra... Obteve informações sobre as cotas raciais no Luther King. (LK.P01)</p> <p>... Cotas raciais... seria um meio para que o negro... consiga um espaço... informações sobre as cotas raciais, obteve em entrevistas e jornais. (LK.P03)</p> <p>... eu entendo assim, que não é preconceituoso por tudo que a gente já sofreu há anos e décadas... é para melhorar para nós... melhoria para nós, e nós merecemos... Obteve informações sobre as cotas raciais pela Internet. Eu corro atrás, eu vejo, pesquiso, TV, assim, das coisas eu tento me encaixar nisso. Enem... Prouni... (LK.P06)</p> <p>... O que eu entendo por cota é que o negro tem uma quantia X. Por exemplo, se tem 15 brancos, acha que ali naquela escola vão três negros estudar... uma quantia X que tem de negro... para... uma aula, para uma faculdade... informações sobre as cotas raciais no Luther King... (LK.P08)</p> <p>... Eu acho que é um direito dado à pessoa negra por não... ter, assim, condições muitas das vezes de estar lá... os brancos, na maioria das vezes, estão dentro das Universidades Públicas. E as cotas serviriam para... mais pessoas de raças, de cores, peles negras, entrarem... também... informações sobre cotas raciais na televisão... (LK.P10)</p> <p>...Eu acho que... as cotas... têm que existir... maioria das pessoas são... cores negras... Mas ela tem que... ter direito da... Universidade Federal... informações sobre cotas raciais nas TVs, no rádio... na Internet... Sou contra... (LK.P14)</p>
Limite de vagas	<p>... eu acho assim... tem uma limitação... como se fosse... um limite determinado de vagas... é como se fosse um mercado de trabalho: se tem tantas vagas para as pessoas brancas e... tem dez vagas... Dessas dez vagas, nove são para os branco e uma só para o negro... informações sobre cotas raciais: onde você obtém é diariamente, no dia a dia... conforme vai conversando com as pessoas... através... do... Sindicato do Trabalho... Você mesmo se depara com... essa informação... (AD.P20)</p> <p>... Eu acho... cota racial, para mim, são... lugar que a gente pode contar... para a gente pagar mais ou menos, pouco mais a faculdade... Obteve informações sobre cotas raciais pela internet... (AD.P24)</p> <p>... É tipo... abriu uma vaga... ser só para negro, ou... qualquer outro... o índio... Obteve informações sobre cotas raciais na televisão... (AD.P26)</p>
Oportunidade	<p>... é um meio... de os negros terem uma chance de entrar na universidade... A cota, ela veio para ajudara gente a poder entrar... com mais facilidade na universidade... Obteve informações sobre as cotas raciais: muito pouco que eu vi na reportagem... no jornal, ... com um pouco de leitura, conhecimento que a gente obtém nos cursinhos da vida... (LK.P02)</p>

Subcategorias	Significações
	<p><i>Ah, é uma oportunidade a mais para as pessoas negras... informações sobre as cotas raciais pela internet... e alguns amigos... (LK.P04)</i></p> <p><i>Eu entendo que é uma oportunidade a mais para as pessoas... negras... Obteve informações sobre as cotas raciais através de escolas e outro meio de comunicação, como televisão, rádio... (LK.P05)</i></p> <p><i>...Olha... a oportunidade de estudo para.. indígenas... negros... pessoas que vêm de outros país... procurar melhor condição de vida... informações sobre cotas raciais em conversas com amigos... (LK.P11)</i></p> <p><i>...Entendo o seguinte... as cotas... eu não concordava, mas... com o passar do tempo fui... concordando com isso... Eu acho correto, as cotas... informações sobre cotas raciais na internet e também palestras no Luther King... (LK.P12)</i></p> <p><i>...É... que ela deveria existir para... dar uma normalizada... hoje são poucos negros na universidade. Se essas cotas ajudam já a ampliar mais os afrodescendentes na universidade... informações sobre cotas raciais no instituto mesmo... (LK.P15)</i></p> <p><i>...Cotas raciais, para mim... que tem muito pouco... oportunidade de emprego, tanto no emprego como na universidade, escola, para o negro... É isso o que eu entendo por... cotas raciais... informações sobre cotas raciais, na escola, em palestras... (AD.P18)</i></p> <p><i>... Obteve informações sobre cotas raciais... na revista... (AD.P23)</i></p>
Discriminação	<p><i>... Eu entendo que as cotas raciais... sem dúvida é um tipo de discriminação. Mas é uma discriminação positiva. Tende a igualar as raças... informações sobre cotas raciais na internet e radiodifusão... (LK.P13)</i></p>
Preconceito	<p><i>... eu acho que isso é um preconceito. Está querendo tampar o sol com a peneira, porque de... uma forma qualquer, é preconceito. Você está diferenciando o negro... das outras raças... informações sobre as cotas raciais... na televisão... aqui no curso que eu estou fazendo... na escola... em todo lugar... (LK.P09)</i></p> <p><i>... Muito preconceito ainda, mas... não sei estipular, exatamente... informações sobre cotas raciais na TV... frequência mesmo, convivência... (AD.P16)</i></p>

Fonte: dados resultantes da pesquisa, 2009.

Quanto ao entendimento sobre as cotas raciais, os participantes do ILK entendem como: direito, qualidade de vida, oportunidade, discriminação e preconceito e para os alunos da ADP, as cotas raciais, eles entendem como oportunidade, igualdade e preconceito. Percebe-se que nas duas instituições os entrevistados disseram oportunidade e preconceito (QUADRO 6).

Oportunidade porque, conforme Gomes, J. (2001), a cota racial é uma medida governamental. Na educação superior, ela tem o objetivo de incluir por meio de vagas em instituições públicas, na luta contra as desigualdades das minorias étnicas e raciais e dos grupos sociais vulneráveis. Confirmando essa afirmação, Souza (2005), ao abordar o sistema de cota racial no Brasil, menciona que essa medida beneficia o afro-brasileiro, que é um grupo vulnerável, e visa ao desenvolvimento deste para gerar-lhe oportunidade em todos os segmentos sociais.

Nas falas disseram que as cotas raciais são direito: ... *ultimamente, a gente está com um direitinho até bom. Está muito bom o direito nosso. Que antigamente nós não tínhamos direito*; limite de vagas: ... *um limite determinado de vagas*; igualdade: ... *porque nós temos direito de estar na universidade, e eles tem que ver que o negro... não é só para trabalho*; oportunidade: ... *é uma oportunidade a mais para as pessoas negras... facilita a nossa entrada na universidade e também garante um futuro melhor para a nação*. Um dos papéis da Universidade Pública quanto às políticas de ação afirmativa por meio das cotas raciais, na concepção de Barbieri (2006), é ser agente de inclusão social, dando condições de acesso à educação aos grupos sociais vulneráveis.

E preconceito, porque alguns alunos têm receio de serem discriminados em sala de aula por serem cotista, tanto que Gomes, F. (2008) diz: “[...] A cota é um paliativo, mas a verdadeira cura é a cidadania, a justiça e a igualdade social.”

QUADRO 7 - Subcategorias e significações da CATEGORIA: “Posicionamento sobre as cotas raciais”

Subcategorias	Significações
Igualdade	<p><i>Sou a favor, porque nós temos direito de estar na universidade, e eles têm que ver que o negro... não é só para trabalho... Negro também é... para profissões boas... muito bom... Tem que ter mesmo... cota, senão a gente não consegue. Depender simplesmente de você chegar lá... Eu acho muito bom... Eu acho que para eles não é bom... a gente ter cota... eles acham que só o branco vai conseguir... que o negro não consegue... eu acho que a gente, tendo cota, eu acho ótimo... Porque agora nós vamos conseguir... vamos chegar lá... eu não me sentiria muito bem, porque... se eu estou meio na cota acho que é porque... não está legal. Porque eu tenho que me sentir bem, tenho que sentir que eu tenho capacidade. Não pela cota, mas pela minha capacidade de chegar lá... Não... acho que não... tem que ter não só o afro, mas o índio... Também... Tem o japonês também... as pessoas... sempre falam: “Ah, o amarelo! Ah, o índio... Não!... Eu acho que todos têm que ter”. (LK.P01)</i></p> <p><i>... sou a favor... Ajuda... as pessoas que têm menos... situação financeira a entrar na universidade particular... racismo? É porque algumas pessoas escondem que não existe racismo no Brasil. Aonde fala que... pode prejudicar na função das cotas... muita discórdia... porque as pessoas não sabem muito bem o que são cotas... Sentiria muito feliz... Não. Eu acho que tem que ser em geral, para não ter uma discórdia... só fala que negro que está... entrando tudo, que negro é aquilo, negro é isso. Acho que tem que ser mesmo geral, em todos os sentidos. (LK.P04)</i></p> <p><i>... eu sou a favor, porque... eu acho... que não há diferença. Eu acho que a gente necessita, sim, as pessoas negras... já sofreram agora, como é para vir uma coisa boa para nós, nós necessitamos, sim. Não é preconceituoso, não... eu acho que melhora... eu acho que vai ser melhor... Muitas pessoas não aceitam... muitos negros acham que é preconceito isso. Acho que não. Acho que é melhoria para nós, que nós merecemos... porque muitas pessoas não vão concorrer... vai ter mais vagas para as pessoas negras, que merecem. Eu acho que por causa disso mesmo. Acho que é isso, preconceito... eu me sentiria bem como todos... Não apenas o afrodescendente, como os índios e as pessoas que não têm como... eu acho que a cota vai ser boa, sim, para nós. (LK.P06)</i></p> <p><i>... Eu não sou contra, nem a favor: fico no meio... eu acho que é bom e acho que é ruim também, por causa dessa parte de discriminação... mas... bom por um lado e ruim pelo outro... na universidade, a função das cotas é ajudar o negro. Ajudar... as pessoas que não podem pagar faculdade, as pessoas que são negras, que... não conseguem entrar na particular... A sociedade discrimina, a sociedade tem uma justiça muito grande a cumprir por causa disso, porque pessoas brancas, eles colocam que é... que têm antepassados, antecedentes negros. Eles colocam para ganhar a cota. Porque... só os negros, aí eles acham isso uma injustiça... É bem polêmico... mas a sociedade... as pessoas acham que não... com essa cota, só os negros iriam entrar... acho que... deveria existir... não só para os negros... para os deficientes também deveria, porque tem poucas cotas. Não tem quase nada para pessoas que são deficientes físicas... Eu iria ficar alegre... pelo menos estão valorizando a raça, a cor. Mas também... poderia ser discriminada dentro da... sala, porque eu fui... por causa das cotas de negros... mesmo assim, eu iria ficar feliz... não iria ligar... Não</i></p>

Subcategorias	Significações
	<p><i>só o afrodescendente... deveria ser todo mundo igual... deveria ser assim, o mundo inteiro... Não ter essa discriminação... (LK.P07)</i></p> <p><i>... Eu sou contra... porque... ao invés de estar favorecendo... assim, podia estar favorecendo de uma outra forma, mas... eu vejo que é preconceito, porque está diferenciando. A gente... eu acho que negro não é diferente de qualquer outra pessoa. Todo mundo é igual... vejo que... alguns... aproveitam isso... de uma certa forma ele vai aproveitar porque existe a cota. E a universidade... entregando essas cotas... ela pode estar oferecendo aí um... o fato de ela não ser discriminante da... da raça negra... dos afrodescendentes... Eu acho que... estão aceitando bem... acho que está achando que está acabando com o preconceito no Brasil. A sociedade acha que isso vai acabar com o preconceito, mas totalmente ao contrário, eu acho... Por uns acharem que é certo, por outros acharem que não... uns aproveitam, e outros acham que é errado... me sentiria um pouco mal se... eu acharia que estaria sendo diferente das outras pessoas... acho que... não. Não deveria ser só os afrodescendentes, porque assim como tem preconceito com os afrodescendentes, tem também com os deficientes... os índios, japoneses... (LK.P09)</i></p> <p><i>...Com certeza, a favor... por ter pessoas... de peles negras dentro da sociedade, lutando e tendo carreira também... sendo um... promotor... um juiz. Também ter... oportunidade de vencer na vida... Eu acho que... estamos dando um passo a mais... Muito ruim. Eles não aceitam... estamos... numa sociedade onde... a maioria dos brancos... vai recriminar e tentar tirar fora... as pessoas negras da sociedade para lutar por uma vida melhor... Em partes, orgulhosa. Mas em partes, não porque... eu acho que a sociedade tinha que ser inteiramente igual. Para negros e brancos... temos inteira condições de entrarmos, mas... por uma sociedade racista, não entramos. Então... cotas, nós temos inteiramente... Porque é quem mais sofre discriminação. (LK.P10)</i></p> <p><i>... sou a favor. Porque... eu acho que nem a igualdade serve para todo mundo, independentemente de raça... etnia... ou a região onde mora, país... muitas pessoas... veem o racismo... como favorecimento para algumas pessoas... Eu acho que cada um tem o seu mérito. Por mais que ele seja afrodescendente, ele também estudou... lutou para conseguir essa oportunidade... Muito indecisa... A falta na busca da informação... Igual a qualquer um... Não... acho que... tanto... o negro... quanto o índio... o... pardo ou o branco... porque cada um tem seu mérito pessoal... (LK.P11)</i></p> <p><i>... Sou a favor... porque... às vezes... as pessoas... têm condição... desenvolver melhor... e não conseguem... entrar na faculdade... para fazer o curso... as pessoas não... estão valorizando as pessoas... de cores. Só valorizam o dinheiro... Eu acho que tratam os... os descendentes... minoria... não acham bem... que as pessoas... de cores... negras, não têm direito de estar na Universidade Federal... Porque as pessoas ricas favorecem mais a elas... E não... dão oportunidade às pessoas carentes... seria bom... Já iria melhorar bastante... Não, eu acho que tem que ser para todos... (LK.P14)</i></p> <p><i>... Sim, a favor... porque... há muito tempo... que falam... que os brancos estudam. Agora que estão começando os negros... a entrar na universidade, mas estão em poucas... muito pouco. Essa cota vai favorecer para não entrar mais afrodescendente na universidade... O acesso à universidade... Uns falam que as cotas... vão aumentar o</i></p>

Subcategorias	Significações
Oportunidade	<p><i>racismo. Mas eu acho que não, porque... a maioria dos afrodescendentes estuda em Escola Pública... não tem o mesmo estudo... dos brancos, que estudaram, a maioria... na escola particular... Acho que está bem dividido... Porque tem muitos que aceitam e muitos... que falam que vai... aumentar o racismo, essas cotas. Mas eu acho que não... Porque o assunto já é polêmico... Ah, eu me sentiria bem... Não. Eu acho que os afrodescendentes... a sociedade carente... Enfim... o todo. (LK.P15)</i></p> <p><i>... Eu sou a favor porque... facilita nossa entrada na universidade e também garante um futuro melhor para a nação... não vejo racismo na questão das cotas... que nem a gente fala: “Ah, é... vamos colocar cota, mas isso continua sendo racismo porque vai separar. Fulano só entrou porque ele é negro”... os dois têm que caminhar juntos... a questão da cota e a questão da entrada na universidade... não vejo racismo em colocar cota nas universidades. Para mim... não tem... Muitos debatem... falam: “Ah, mas... eles querem acabar com o racismo, mas estão sendo racistas na hora em que colocam as cotas”. Eles acham... o contrário de muitos... Você vê que a maioria é contra... porque a maioria das pessoas não conhece. Acha que “Ah, vou apoiar a cota, vou chamar todos os negros para entrar na universidade”. Não. Não é assim. Tem todo um processo... E as cotas... é aquela história, é falta de conhecimento. Quando você não tem conhecimento, você apoia contra. É fácil ser contra aquilo que você desconhece... eu me sentiria orgulhosa. Porque, além do meu esforço, ainda tive uma oportunidade a mais de entrar... Não. Eu acho que deveriam também... os deficientes auditivos, as pessoas com problemas de visão, porque eles também têm pouco acesso... têm pouca possibilidade também, porque a maioria das pessoas às vezes observa que... o cego, a pessoa aparentemente não parece, mas aí a pessoa, conversando, ela começa a notar que ele tem... dificuldade de enxergar... se colocar cota, ele também vai poder cursar uma universidade... um professor especial... uma oportunidade como eu, que enxergo... que escuto... no caso, o surdo... Então, é uma oportunidade para todos. (LK.P02)</i></p> <p><i>... Sou a favor. Porque precisamos mostrar que somos iguais aos outros... a cota para os afrodescendentes, eu acho interessante, acho importante... são poucos a favor e muitos contra... Porque os que são contra... acham que os negros, afros não têm... direito... Me sentiria muito importante... sim. Porque já fala afrodescendentes... (LK.P03)</i></p> <p><i>... Eu sou a favor porque eu acredito que todas as pessoas têm que ter a possibilidade de entrar na universidade... uma relação de aproximação entre a universidade e o afrodescendente, porque eu creio que ainda um grande espaço entre os dois... acho que ainda há um preconceito, porque as pessoas não procuram se informar sobre isso... Pelo fato de informação. As pessoas não se informam e acabam detonando o assunto... Eu me sentiria normal... qualquer um tem o direito de estar lá... independentemente do meio... Não... também outras pessoas... todos têm que ter oportunidades... todos têm direito à Educação... (LK.P05)</i></p> <p><i>... eu sou a favor! Com certeza... negro também é ser humano. Então, tem que estudar também igual a um branco, outro qualquer que quer estudar. O negro também tem direito... a polêmica já vem porque... a primeira coisa que eles acham, na minha opinião: “É negro!”. Acham que já não pode, entendeu?... já começa aquela crítica... começam a criticar isso...</i></p>

Subcategorias	Significações
	<p><i>criticar aquilo. Acha que é só branco que pode... eu me sentiria bem elogiado, claro!... com certeza! (LK.P08)</i></p> <p><i>... Sou a favor, porque... essas pessoas eram discriminadas, e hoje estão tendo a oportunidade... de ingressar na universidade, por meio de cotas... eu espero que também se puder melhorar, muito, e... essas pessoas se sentem... rejeitadas, por serem negras... Uns concordam, e outros não... Às vezes, acontece muita polêmica no meio das pessoas que... é... pessoa de classe... média, que até então é a maior força nas universidades. E com isso... ele sente um pouco isso... eu ia me sentir prestigiado... ia ser mais uma oportunidade... sim, porque essas pessoas, às vezes, se sentem... humilhadas pela sua cor. E com... a oportunidade que... está tendo agora... eles vão se sentir... feitos... (LK.P12)</i></p> <p><i>... Sou a favor das cotas. Porque ela é uma discriminação... mas a favor... de extinguir a discriminação, de uma forma que possa igualar as raças... A relação... entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas... ainda não atingiram... a meta de números de negros dentro... das universidades... Aceitação é baixa. Ainda as pessoas acham que cotas... é favorecer o negro ou... o índio... acho que... Porque as pessoas têm uma visão errada de que... é um favorecimento ao negro. Porque, na verdade, não é... é uma forma de... combater até mesmo a discriminação... Eu me sentiria muito... muito feliz e grato porque é... uma oportunidade que está dando para... extinguir... o racismo... deveria contemplar os afrodescendentes e... estudantes de Escola Pública. (LK.P13)</i></p> <p><i>... Acho que sou a favor... Ah, na sociedade em que... nós estamos... é um pouco difícil... porque quase ninguém aceita... (AD.P22)</i></p> <p><i>... Eu sou a favor, porque eu mesmo não tenho condições de pagar um faculdade... Eu acho... que não... acho que eles estão querendo ajudar a gente... os próprios negros às vezes... não aceitam... sobre esse assunto... Porque a gente vê nos jornais... O pessoal fica debatendo sobre isso... eu gostaria muito, porque eu não tenho condições de pagar... Eu acho que não. Eu acho para quem precisa. (AD.P23)</i></p>

Fonte: dados resultantes da pesquisa, 2009.

Já quanto ao posicionamento sobre as cotas raciais, nas falas dos alunos de ambas as instituições, as subcategorias são de igualdade e oportunidade (QUADRO 7). O que confirma Contins e Sant’Ana (1996) quando diz que as ações afirmativas têm como função específica a promoção de oportunidades iguais para pessoas vitimadas por discriminação. Seu objetivo é, portanto, fazer com que os beneficiados possam vir a competir efetivamente por serviços educacionais e por posições no mercado de trabalho.

Na área de educação o afro-brasileiro necessita de igualdade e oportunidade e, nessa perspectiva, é que, no Brasil, as políticas de ações afirmativas voltadas para área de educação têm por objetivo qualificar a população negra, sendo organizadas sobre a base de cotas – como no caso de medidas de reserva de certo número de vagas nas universidades para alunos negros – ou sem o estabelecimento de cotas – como no caso da instalação de cursinhos preparatórios para jovens negros, sejam para vestibulares, sejam para concursos públicos (JACCOUD; BEGHIN, 2002).

Por meio de ações afirmativas com as cotas raciais na educação superior é que o afro-brasileiro poderá desfrutar de igualdade e oportunidade, porque as ações afirmativas são políticas públicas implantadas com o objetivo de sanar a exclusão social das minorias étnico-raciais, tentando superar as desvantagens sociais sofridas por essas populações, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros (NASCIMENTO, 2007).

Confirmando esse posicionamento, visando à igualdade e oportunidade, porque o principal objetivo das ações afirmativas é promover condições para que todos na sociedade possam competir igualmente pela conquista de tais meios, no Brasil, as ações afirmativas na educação são apresentadas essencialmente como programas de cotas, isto é, são medidas que priorizam a inserção social de grupos minoritários com histórico de exclusão, por meio da reserva de vagas (GUARNIERI; MELO-SILVA, 2007).

QUADRO 8 - Subcategorias e significações da CATEGORIA: “Discriminação”

Subcategorias	Significações
Falta de oportunidade	<p>... discriminação é você não ter as portas abertas na hora em que você precisa... trabalho, você não consegue. Chegar lá, você não consegue... Não. Eu nunca fui discriminada... (LK.P01)</p> <p>... é falta de oportunidade... as pessoas não darem oportunidade para uma pessoa, pela cor... e pelo que ele é... Sim. Já fui discriminado. (LK.P12)</p> <p>Discriminação... Tem de vários tipos. Tem umas que já são direto com a pessoa... Tem outras que são... escondidas... Você vai fazer uma entrevista num setor... mas você nunca é chamado... (LK.P15)</p> <p>... a gente... chega num lugar, a pessoa fala assim, que não tem vaga, sendo que tem... Então... não ter um lugar... espaço para nós... negros... Não. (AD.P21)</p>
Desvalorização	<p>... vamos supor que... Às vezes, a pessoa olha para o outro que está ali vestido humildemente... tem uma conclusão completamente ao contrário do que ele é... pessoa não observa... vê que ele está quietinho lá, mas, por exemplo, às vezes... “Ah, fulano não tem cultura”... (LK.P02)</p> <p>... discriminação para mim é... você vai... arrumar um... trabalho... já te olham torto porque você é negro. Ou... numa escola... você já é discriminada. Então... o negro já acha que... porque é negro, já está discriminado... já fui... (LK.P08)</p> <p>... Discriminação para mim é o jeito de você agir com a pessoa, não só por... ser negra... pelo jeito de se vestir... pelo jeito de falar... Se uma pessoa chegar em algum lugar de chinelo... pode ser que seja discriminado pelo modo como está se vestindo... Várias vezes. (LK.P09)</p>
Indiferença	<p>... Sim. Já fui... me senti diminuída... diferente das outras. (LK.P03)</p> <p>... é uma pessoa não aceitar uma pessoa de cor e raça... humilhar a pessoa pela base da sociedade dela, se ela é rica, se ela é pobre, se ela é branca, se ela é preta... é preconceituoso você julgar a pessoa... Ah, sim, já, já fui. (LK.P06)</p> <p>... é julgar a pessoa só pela cor, não conhecer a pessoa pessoalmente, viver com ela... saber a opinião dela. Não... acho que a pessoa tem que... conhecer nós mesmos... quem realmente somos. Não é pela cor, se é branco ou preto... Já. Bastantes vezes, já. E as pessoas ficam xingando: “Ah... sua neguinha!...” Eu acho que isso machuca... (LK.P07)</p> <p>... A partir do momento em que você não aceita diferença do seu próximo... Olha, nunca. (LK.P11)</p> <p>... não ter respeito, tratar os outros com... com olhar diferente... Eu... eu já fui discriminado, sim. (LK.P14)</p> <p>... É quando você discrimina uma pessoa... sendo negro, deficiente... tem algum problema que a sociedade discrimina essa pessoa... Já... (AD.P17)</p> <p>... É você não gostar de uma pessoa negra porque ela é negra... Não. (AD.P18)</p> <p>... quando uma pessoa branca não gosta de uma pessoa negra... Já. (AD.P19)</p>

Subcategorias	Significações
Desrespeito	<p>... É quando a pessoa olha e fala... “Credo! Eu não gosto daquela negra. Como aquela negra é...”, “Aquele negro é muito feio. Aquele negro é fedido”. Isso, para mim, é uma discriminação... Não. (AD.P24)</p> <p>... discriminação?... É você não... respeitar a opinião da pessoa. Agir como se ela fosse qualquer um, sendo pobre ou rica... Sim. Já. (LK.P04)</p> <p>... Discriminação é xingar... por exemplo... “Negro fedido”... Já... (AD.P16)</p> <p>... vamos supor... é mesma coisa uma mãe tem um filho branco, e a outra tem um filho negro... uma fala assim: “Ah, não deixa brincar perto dele que... pode passar a cor dele para ela”... Isso aí é uma discriminação racial... muitas vezes a pessoa fala assim... “Ah... Ô Negão! Ô não sei o que lá”, brincando, mais já é... discriminação... Já. (AD.P20)</p> <p>... uma coisa horrível! É uma coisa fútil... Não. (AD.P22)</p> <p>... quando você discrimina alguém... não só, independentemente... de cor, raça... Não. (AD.P23)</p> <p>... Discriminação é a pessoa tirar o sarro... da nossa cor... é para zoar... chamar “... carvão”... Eu já. (AD.P25)</p> <p>... É você ser excluído... da sociedade pelo que você é... Já. (AD.P26)</p>
Preconceito	<p>... Discriminação para mim é... ter que... há certos pensamentos que você não conhece a pessoa, não conhece a origem... acaba tendo...preconceito... Sim. (LK.P10)</p> <p>... você vai a um emprego, existe uma pessoa branca... com você, você é negra... mesmo que você tenha qualidade... o seu currículo mostra que você tem a qualidade... porque a pessoa é branca, eles escolhem uma pessoa branca de aparência mais bonita... te deixam de fora, mesmo que seu currículo seja bom... Já. (LK.P05)</p> <p>Discriminação é sofrer preconceito e segregação... devido à sua cor ou suas características físicas... Sim. (LK.P13)</p>

Fonte: dados resultantes da pesquisa, 2009.

Nas falas dos alunos do ILK, discriminação para eles significa falta de oportunidade, desvalorização, indiferença, desrespeito e preconceito e nas falas dos alunos da ADP, a discriminação significa: desrespeito, indiferença e falta de oportunidade. Os alunos de ambas as instituições entendem discriminação como sendo falta de oportunidade, indiferença e desrespeito (QUADRO 8).

A discriminação racial no Brasil vem permeada por desrespeito, indiferença e falta de oportunidade, porque a população negra não tem preparo para competir com a população branca, pois ocupa postos precários e também mais vulneráveis por falta de oportunidades interferindo em muitos segmentos sociais, desde o período da abolição, permanecendo essa política ainda hoje, mas com novos perfis. Os indicadores econômicos, em pesquisas sociais e raciais, demonstram a desigualdade entre a população branca e negra no país; essa desigualdade está alicerçada na discriminação racial e viola o direito à cidadania (BENTO, 1990).

Discriminação:.. as pessoas veem com certo olhar ainda de discriminação; preconceito: ... eu acho que isso é um preconceito.

A educação superior colabora para a constante construção do homem ao longo da vida. Cunha (1977) acrescenta que a educação superior não apenas prepara, como também conduz o indivíduo ao longo da vida. Essa construção beneficia não apenas a pessoa, mas toda a sociedade. Segundo Ballenato (2008), a sociedade constrói-se a partir da educação.

A exclusão do afro-brasileiro no acesso à universidade pública, demonstrada nesta pesquisa, é confirmada por Seyferth (2002) quando diz que o racismo no Brasil, permeado por um discurso multiculturalista, se acomoda no quadro de desigualdade em que há exclusão de grupos e minorias étnicas – a isso se dá o nome de racismo.

Aos entrevistados disseram que a discriminação em relação ao acesso à educação superior significa falta de oportunidade: *discriminação é você não ter as portas abertas na hora em que você precisa...*; desvalorização: *... discriminação para mim é... você vai... arrumar um... trabalho... já te olham torto porque você é negro. Ou... numa escola... você já é discriminada*; indiferença: *... agir como se ela fosse qualquer um, sendo pobre ou rica, é uma pessoa não aceitar uma pessoa de cor e raça... humilhar a pessoa pela base da sociedade dela*; desrespeito: *... discriminação é a pessoa tirar o sarro... da nossa cor... é para zoar... chamar “... carvão” ...*; preconceito: *... você vai a um emprego, existe uma pessoa branca...*

com você, você é negra... mesmo que você tenha qualidade... o seu currículo mostra que você tem a qualidade... porque a pessoa é branca, eles escolhem uma pessoa branca de aparência mais bonita... te deixam de fora, mesmo que seu currículo seja bom. Ao discutir sobre discriminação, na concepção dos entrevistados, os conceitos que eles elaboraram estão de acordo com Nogueira (1996) e Hasenbalg (1979), que falam das preferências e distinções com intenção de eliminar as igualdades de oportunidades.

Nesse contexto, a Psicologia Social Comunitária, utilizando as práticas psicossociais, poderá intervir na educação da população afro-brasileira por meio de políticas públicas visando ao enfrentamento da desigualdade educacional, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidade, no sentido de educação ao longo da vida, o que contribuirá para a transformação dessa população, destacando seus princípios e valores para o autoconhecimento, socialização de saberes e convivência comunitárias, a serem desenvolvidos na comunidade, fortalecendo-os e ajudando-os na sua construção. As intervenções visam ao:

- a) conhecimento da história e a trajetória do negro no Brasil, para conscientização sobre ser afro-brasileiro, com o intuito de assumir sua identidade e entender suas necessidades e aceitar as ações afirmativas em um redirecionamento com o propósito de inclusão;
- b) empoderamento da população perante o racismo com a possibilidade de combatê-lo de forma ativa;
- c) aprimoramento da capacidade e da interação do estudante afro-brasileiro com reforço escolar, orientação profissional para melhor qualificação, organização de cursos preparatórios para o vestibular, melhorando sua autoestima com perspectivas de variadas realizações visando à inclusão da educação superior na população afro-brasileira (CRUZ; FREITAS; AMORETTI, 2010; FREITAS, 2009; MACHADO, 2004).

7 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou colaborar para que a sociedade compreenda o que é a cota racial, pois a falta de entendimento tem gerado grande polêmica, fato este demonstrado neste trabalho. É preciso que se entenda que a cota racial é uma forma de obtenção da educação superior para o afro-brasileiro carente, é uma medida temporária e apresenta-se como uma forma de inclusão social.

A desigualdade social e racial da população afro-brasileira em relação à população branca é visível na sociedade. Tal fato é comprovado na cor da maioria da população das favelas, dos presídios, dos desempregados, dos que recebem salários mínimos, dos menos qualificados, dos sem-teto, das empregadas domésticas, dos alunos que trabalham o dia todo e estudam à noite nas escolas públicas, das crianças que, nas ruas, pedem ou vendem alguma coisa nos semáforos.

As políticas de ações afirmativas são políticas sociais de apoio e de promoção aos excluídos socialmente, com o objetivo de atingir a igualdade social. No Brasil, as cotas raciais são políticas de ações afirmativas que visam ao acesso da população afro-brasileira à educação superior.

A educação tem um valor imprescindível à interação de um membro em sociedade. Ela objetiva a evolução dos povos na socialização, na qualidade de vida, já que por meio da escola é que se adquirem conhecimentos e estrutura para qualquer circunstância na sociedade; dá suporte no desenvolvimento da capacidade potencial. Assim, a escola é lugar de interação onde o afro-brasileiro irá assimilar parâmetros de conhecimentos e de reflexão, preparando-se para desempenhar seu papel social.

O afro-brasileiro necessita de políticas de ações afirmativas por meio de cotas raciais para educação superior, para proporcionar o resgate social por longo período da história em que foi discriminado. Pelo passado histórico da colonização do Brasil, com o regime de escravidão do negro, o país desenvolveu um crescimento social e econômico desigual, o que explica as disparidades que os indicadores econômicos mostram. As desigualdades refletem-se na qualidade de vida da população em vários aspectos, como saúde e educação, e também no trabalho, no qual negros e pardos ocupam postos com piores remunerações.

Nesta pesquisa, os participantes responderam que os aspectos favoráveis das cotas raciais na educação superior para o afro-brasileiro são: oportunidade para tentar conseguir o que os pais não tiveram condições de dar; qualidade de vida, porque garante o futuro e faz a

diferença; e conhecimento, porque aprende a ser. Já os aspectos desfavoráveis são o receio de serem discriminados, já que alguns dizem que as cotas podem aumentar o racismo, porque algumas pessoas não concordam com essa prática. Porém, o que influencia o negro é uma inibição generalizada e arraigada contra a utilização de um direito e uma oportunidade de igualdade, mesmo quando esta lhe é concedida.

O entendimento e posicionamento que os participantes têm sobre as cotas raciais na educação superior são: direito, igualdade e oportunidade. Direito como forma de inclusão; igualdade a todos, sem distinção, no acesso a bens fundamentais, como a educação e o emprego; e oportunidade, que facilitará a entrada do afro-brasileiro na universidade, também garantindo um futuro melhor para a nação. A desigualdade existe, e os indicadores econômicos confirmam que o afro-brasileiro é penalizado com taxa de escolarização inferior à da população branca.

A cota racial é uma ferramenta social fundamental para que o país tenha menos desigualdade social. Mas, para isso, é necessário esclarecimento quanto a essa política, tanto para a população em geral quanto para o próprio afro-brasileiro. Neste trabalho, percebe-se que grande parte dos participantes demonstrou desconhecimento sobre uma questão que diz respeito a eles próprios e até mesmo sobre o significado e objetivo desse sistema de inclusão.

As cotas raciais na educação superior para o afro-brasileiro terá uma função social significativa, que compensará esse desequilíbrio existente, de modo a erradicar as desigualdades sociais. Os afro-brasileiros que terão o privilégio de ser beneficiados com essa medida resgatarão sua autoestima, sua dignidade e também a democracia racial. Para essa população, as políticas positivas de índole social são questão de democracia, cidadania e resgate histórico. São políticas públicas que visam à redução das desigualdades sociais existentes no país e um objetivo fundamental de organização política prevista na Constituição. Talvez elas não tenham o poder de acabar com a exclusão social, porque nem todos os afro-brasileiros em situações precárias de pobreza terão acesso à educação superior, mas aos beneficiados elas farão a diferença.

Para os que são contra as cotas raciais, avaliar a cor da população brasileira pode incorrer em injustiças, já que no Brasil há miscigenação e seria difícil saber quem é o afro-brasileiro. Nesse caso, as cotas raciais teriam sentido se fossem para beneficiar os negros pobres, uma vez que grande parte da população brasileira é negra e de classe baixa.

As cotas raciais na educação não serão distribuídas desordenadamente aos alunos afro-brasileiros, pois, para usufruírem das cotas, terão, no ato da matrícula, de fazer opção do benefício. Após isso, o aluno se submeterá às provas do vestibular e, se for aprovado com a média mínima exigida por lei, então, irá competir com os afro-brasileiros no percentual de vagas destinadas a essa população. Assim, não serão formados alunos desqualificados, porque a sua aprovação no vestibular para a universidade pública respeitará a média exigida por lei.

Para os participantes da pesquisa, as cotas raciais na educação superior significam um direito. Para o afro-brasileiro ingressar na universidade por meio das cotas raciais, ele deverá ser de cor preta ou parda e optar pelo sistema de cotas raciais. As cotas definem-se como um conjunto de estratégias, iniciativas ou políticas que visam a favorecer grupos ou segmentos sociais que se encontram em piores condições de competição na sociedade, sendo esta a razão de ser da ação afirmativa. O ingresso à universidade por meio das cotas raciais significa igualdade de oportunidade para o afro-brasileiro.

A Psicologia Social Comunitária poderá intervir no grupo alvo da pesquisa trazendo fortalecimento em relação às cotas raciais na educação superior, utilizando formas de trabalhar, no sentido de compreender a realidade dessa população, e atuar na construção de sua personalidade. Isso para que os afro-brasileiros tenham condições de serem sujeitos em sua comunidade, percebendo sua própria realidade, o que possibilita a construção de novos sentidos, novos registros diante da necessidade da comunidade na construção de sua cidadania.

Como pesquisadora, a justificativa desta pesquisa está na busca da conscientização e reflexão por parte da sociedade, considerando as cotas raciais como forma de inclusão porque para um cotista ser aprovado no vestibular, ele terá de obter a média necessária para a aprovação no vestibular e concorrer com os cotistas no percentual de vagas disponibilizadas por meio das cotas raciais para o afro-brasileiro.

As considerações aqui apresentadas, não pretendem ser definitivas por ser fruto de pesquisa realizada em apenas duas instituições, mas uma contribuição ao meio científico, sendo uma pequena amostra em um país onde existem muitas outras. O objetivo principal foi apenas identificar os aspectos favoráveis e desfavoráveis das cotas raciais para o afro-brasileiro, visando à educação superior, com o propósito de mostrar que o afro-brasileiro tem a sua própria percepção das cotas raciais para educação superior e de suas repercussões

sociais em relação à discriminação racial. É na incessante busca de formas para mudar o quadro de desigualdade entre brancos e negros que as cotas raciais na educação superior seria necessário, apenas como uma forma de garantia, acesso e permanência na educação superior para o aluno afrodescendente brasileiro. O uso dessa política seria temporário, até igualar o acesso à educação superior para todos os brasileiros. Espera-se que a educação no Brasil seja de qualidade e os alunos que iniciarem o ensino básico já tenham respaldo de uma educação que não necessite de medidas de reforço, mas um sistema educacional eficaz, com seriedade, respeito mútuo, justiça, solidariedade e igualdade.

REFERÊNCIAS

AFRO-BRASILEIRO. In: HOUAISS, A. (Ed.). *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Moderna, 2004. p. 20.

AGÊNCIA GLOBO. *Brasil no topo da desigualdade educacional*. Curitiba: ParanáOnLine, 2008. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/economia/news/75096/?noticia=BRASIL+NO+TOPO+DA+DESIGUALDADE+EDUCACIONAL>>. Acesso em: 16 mar. 2010.

ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, I. J. *Relações raciais: o explícito e o implícito nas interações entre alunos em uma escola pública*. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso, Campo Grande, 2006.

ALMEIDA, D. C. *Ações afirmativas e política de cotas são expressões sinônimas?*. *Jus Vigilantibus*, 28 out. 2004. Não paginado. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=6238>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

ALMEIDA, J. D'A. P. *Conflitos étnicos que impactam a auto-estima dos alunos (as) negros*. 2007. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2007.

ANDREY, A. A. Psicologia na comunidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 203-320.

ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

ARBACHE, A. P. R. B. *A política de cotas raciais na universidade pública brasileira: um desafio ético*. 2006. 281 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. *DSM III e IV: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Tradução de Dayse Batista. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. Tradução de Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, of American Psychiatric Association, 1994.

BALLENATO, G. *Educar sem gritar*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

BANCO MUNDIAL. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. *O ensino superior nos países em desenvolvimento: perigos e esperanças*. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 2001. (Cadernos, n. 4).

BARBIERI, G. Direitos humanos em debate: cota para negros deve ser entendida como medida transitória diz Unifem. *Radioagência NP*, Brasília, DF, 23 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.radioagencianp.com.br/node/1789>>. Acesso em: 15 ago. 2009.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 19. ed. rev. e atual. Lisboa: Edições 70, 2008.

BELLO, J. L. P. *Educação no Brasil: a história das rupturas*. Badbusca, 2009. Disponível em: <<http://badusca.wordpress.com/2009/11/12/educacao-no-brasil-a-historia-das-rupturas/>>. Acesso em: 6 de novembro de 2010.

BELTRÃO, K. I.; TEIXEIRA, M. P. *O vermelho e o negro: viés de cor e gênero nas carreiras universitárias*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2005. (Textos para Discussão, n. 19). Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/publicacoes/textos_para_discussao/textos/texto_19.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2010.

BENJAMIN, R. E. C. *A África está em nós*. João Pessoa: Grafset, 2006.

BENOT, Y. *Ideologia das independências africanas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1981. v. 1.

BENTO, S. A. M. *Cidadania em preto e branco*. São Paulo: Ática, 1990.

BORTOLOTI, K. F. S. O *ratio studiorum* e a missão no Brasil. *História Hoje*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-21, 2003. Disponível em: <http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=24>. Acesso em: 23 out. 2010.

BRAGA, U. S. Uma explicação satisfatória sobre movimentos sociais. *Ideação*, Feira de Santana, ano 3, n. 4, p. 223-226, 1999. Disponível em: <<http://www.uefs.br/nef/braga4.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2010.

BRANDÃO, A. Introdução: avaliando as experiências e reforçando o caminho das ações afirmativas. In: _____ (Org.). *Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 9-11. (Políticas de Cor).

BRANDÃO, A. A. P. Da escolaridade à ocupação: raça e desigualdades sociais em áreas urbanas pobres. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 25., 2002, Caxambu. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPED, 2002. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/25/andreperreirabrandaot21.rtf>. Acesso em: 12 jun. 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pndh_3_st_2010.pdf>. Acesso em: 16 out. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. *A educação permanente entra na roda: pólos de educação permanente em saúde: conceitos e caminhos a percorrer*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005a. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/educacao_permanente_entra_na_roda.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2010.

BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005: racismo, pobreza e violência*. Brasília, DF, 2005b. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~observa/relatorios/pnud_brasil2005.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2008.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. 3. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. Disponível em: <<http://redesociaisapaulo.org.br/downloads/ECA.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2010.

BRASIL. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais n.ºs 1/92 a 26/2000 e pelas emendas constitucionais de revisão n.ºs 1 a 6/94. Brasília, DF: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000a.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. *Resolução CFP n. 016, de 20 de dezembro de 2000*. Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Brasília, DF, 2000b. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/etica/docs/artigos/Cfp16-00.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 out. 1996a. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/1996/Reso196.doc>>. Acesso em: 8 set. 2008.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996b. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>>. Acesso em: 8 mar. 2010.

CABECINHAS, R. *Preto e branco: a naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo das Letras, 2007.

CAMARGO, E. P. R. *O negro na educação superior: perspectivas das ações afirmativas*. 2005. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2005.

CAMINO, L. O preconceito racial humilha, a humilhação social faz sofrer III – a psicologia e a luta contra o racismo: temos de que nos orgulhar? In: SILVA, M. V. O. (Coord.). *Psicologia e direitos humanos: subjetividade e exclusão*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 231-241.

CAMPOS, L. F. L. *Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia*. Campinas: Alínea, 2004.

CAMPOS, R. H. F. Introdução: a psicologia social comunitária. In: _____ (Org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 9-16.

CAPRIGLIONE, L. Debate sobre cotas opõe intelectuais no 2º dia. *Folha de São Paulo*, Brasília, DF, 5 mar. 2010. Cotidiano, p. C3.

CARDOSO, C. F. S. *A afro-América: a escravidão no novo mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CASTRO, C. M. Educação superior e equidade: inocente ou culpada? *Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 30, p. 110-120, 2001.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

COMAS, J. et al. *Raça e ciência*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

CONTINS, M.; SANT'ANA, L. C. O Movimento negro e a questão da ação afirmativa. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 209-220, 1996. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16670/15239>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

COTA. In: LAROUSSE cultural: dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Nova Cultura, 1992. p. 285.

CROCHIK, J. L. *Preconceito, indivíduo e cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

CRUZ, L. R.; FREITAS, M. F. Q.; AMORETTI, J. Breve história e alguns desafios da psicologia social comunitária. In: SARRIERA, J. C.; SAFORCADA, E. T. (Orgs.). *Introdução à psicologia comunitária: bases teóricas e metodológicas*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

CUNHA, L. A. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

DELANEZE, T. *As reformas educacionais de Benjamim Constant (1890-1891) de Francisco Campos (1930-1932): o projeto educacional das elites republicanas*. 2007. 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

DELORS, J. et al. *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Tradução de José Carlos Eufrázio. Rio Tinto: Edições Asa, 1996. Disponível em: <http://ns1.dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2008.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____ (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 20-25.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Escolaridade e trabalho: desafios para a população negra nos mercados de trabalho metropolitanos. *Estudos e Pesquisa*, Brasília, DF, ano 3, n. 37, p. 1-34, 2007. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/estPesq37PopulacaoNegra2007.pdf>>. Acesso em: 5 ago. 2010.

_____. *O que é DIEESE*. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/fol/pg10a.xml>>. Acesso em: 5 out. 2010.

DIAS, J. R. *Educação – o caminho da nova humanidade: das coisas às pessoas e aos valores*. Porto: Papiro, 2009.

DINIZ, D.; GUEDES, C. Informação genética na mídia impressa: anemia falciforme em questão. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 1.055-1.062, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11n4/32341.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2010.

DOIMO, A. M. *Movimento social urbano, igreja e participação popular*. Petrópolis: Vozes, 1984.

DOMINGUES, P. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 164-176, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a13.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

DUNN, L. C.; DOBZHANSKY, T. *Herança, raça e sociedade*. São Paulo: Pioneira, 1962.

ERIKSON, E. H. *Identidade, juventude e crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

ESCRavidão. In: LAROUSSE cultural: dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Nova Cultura, 1992. p. 442.

FACHIN, O. *Fundamentos de metodologia*. 5. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2006.

FAURE, E. et al. *Aprender a ser*. 3. ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1981.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Átila, 1978. 2 v.

FIORATTI, G. Cota para negros mobiliza a SPFW. *Folha Online*, 17 jun. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u582192.shtml>>. Acesso em: 12 jul. 2009.

FREITAS, M. F. Q. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. 15. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p. 54-73.

_____. Desafios contemporâneos à psicologia social comunitária: que visibilidade e que espaços têm sido construídos? *Psicologia Argumento*, Curitiba, v. 22, n. 36, p. 33-47, 2004.

_____. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, 1998. Não paginado. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79721998000100011&script=sci_arttext> Acesso em: 26 ago. 2010.

_____. *Psicologia comunitária: professores de psicologia falam sobre os modelos que orientam a sua prática*. 1994. 120 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

FUNARI, P. P. A. *Antiguidade clássica: a história e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Unicamp, 1995.

FURTADO, O. Psiquismo e a subjetividade social. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). *Psicologia sócio-histórica: (uma perspectiva crítica em Psicologia)*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 75-93.

G1. *Pretos e pardos ganham, em média, 40% menos que brancos, diz IBGE*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/09/pretos-e-pardos-ganham-em-media-40-menos-que-brancos-diz-ibge.html>>. Acesso em: 28 nov. 2010.

GIRÃO, R. *A abolição no Ceará*. 2. ed. rev. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Ceará, 1969.

GODINHO, T. et al. (Orgs.). *Trajetória da mulher na educação brasileira: 1996-2003*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/estatisticas/trajetoria_mulher/default.htm>. Acesso em: 12 set. 2008.

GOMES, F. S. *Cotas para negros: justiça social ou segregação?* Salvador: UFBA, 2008. Não paginado. Disponível em: <http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/textos/279.htm>. Acesso em: 26 ago. 2010.

GOMES, J. B. B. *Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, L. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

GRIN, M. Políticas de ação afirmativa e ajustes normativos: o seminário de Brasília. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 59, p. 172-192, 2001.

GUARNIERI, F. V. *Cotas universitárias: perspectivas de estudantes em situação de vestibular*. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

GUARNIERI, F. V.; MELO-SILVA, L. L. Ações afirmativas na educação superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 70-78, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n2/a10v19n2.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 2. ed. rev. São Paulo: Ed. 34, 2009.

GUSMÃO, S. B. *Nem branco nem preto: IBGE alia-se a movimentos raciais e declara que pardo é negro*. Disponível em: <<http://sergiobg.sites.uol.com.br/pardos.html>>. Acesso em: 20 dez. 2008.

HADDAD, S. A educação continuada e as políticas públicas no Brasil. *REVEJ@: Revista de Educação de Jovens e Adultos*, Belo Horizonte, v. 1, p. 27-38, 2007. Disponível em: <http://www.reveja.com.br/sites/default/files/REVEJ@_0_SergioHaddad.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2010.

HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, C.; SILVA, N. V. Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V.; LIMA, M. (Orgs.). *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999. p. 217-230.

_____. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 73-92, 1990.

HENRIQUES, R. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Brasília, DF: IPEA; Rio de Janeiro: UFF, 2001. (Texto para Discussão, n. 807). Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0807.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Indicadores de cor ou raça, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego*: março de 2009. Rio de Janeiro, 2009a. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/marco2009.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2010.

_____. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009b*. Rio de Janeiro, 2009. (Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 26). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2009/indic_sociais2009.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2010.

_____. *Síntese de Indicadores Sociais 2008/09: uma análise das condições de vida da população brasileira – taxa de analfabetismo*. Rio de Janeiro, 2009c. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/estadosat/download/ma_sis_2008.csv>. Acesso em: 17 nov. 2010.

_____. *Pesquisa mensal de emprego: algumas características da inserção das mulheres no mercado de trabalho – Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre – 2003-2008*. Rio de Janeiro, 2008a. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_mulher/Suplemento_Mulher_2008.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2009.

_____. *Metodologia das estimativas das populações residentes nos municípios brasileiros para 1º de julho de 2008*. Rio de Janeiro, 2008b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2008/metodologia.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2006*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/sintese_pnad2006.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2010.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2005*. Rio de Janeiro, 2006a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/sintese_pnad2005.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2010.

_____. *PME cor ou raça – setembro de 2006*: IBGE divulga estudo especial da PME sobre cor ou raça. Rio de Janeiro, 2006b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=737>. Acesso em: 4 ago. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais 2006*. Rio de Janeiro, 2006c. (Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 19). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2006/indic_sociais2006.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2010.

_____. *IBGE detecta mudanças na família brasileira*. Rio de Janeiro, 2006d. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=774>. Acesso em: 5 nov. 2010.

_____. *População jovem no Brasil*. Rio de Janeiro, 1999. (Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 3). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/populacaojovem.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. Igualdade racial. *Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise*, Brasília, DF, n. 15, p. 207-231, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_15/11_igualdaderacial.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2010.

_____. Diretoria de Estudos Sociais. Renda. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. Diretoria de Estudos Sociais. *Radar social 2005*. Brasília, DF: IPEA, 2005. p. 50-61. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/Destaques/livroradar/03.renda.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2010.

INSTITUTO ETHOS. *Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas*: pesquisa 2005. Relatório. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/_Uniethos/documents/Diversidade2005_web.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Censo Escolar de 2005*. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/censo/2005/resultados_censo2005.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2010.

_____. *Mostre sua raça, declare sua cor*. Brasília, DF, 2005.

JACCOUD, L. B.; BEGHIN, N. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília, DF: IPEA, 2002. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/afirme/LEITURA/diversos/div03.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

KAPLAN, H.; SADOCK, B. J.; GREBB, J. A. I. (Orgs.). *Compêndio de psiquiatria: ciências do comportamento e psiquiatria clínica*. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

KARASCH, M. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LETRADO. In: LAROUSSE cultural: dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Nova Cultura, 1992. p. 683.

MACHADO, M. N. M. *Práticas psicossociais: pesquisando e intervindo*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2004.

MAESTRI, M. *O escravismo no Brasil*. São Paulo: Atual, 1994.

MAIA, N. F. *Brasil: laboratório racial*. Petrópolis: Vozes, 1979.

MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. As cotas raciais nos horizontes da antropologia: tréplica a dezoito comentaristas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 292-308, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a30v1123.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

MANACORDA, M. A. *História da educação da Antiguidade aos nossos dias*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MANCHESTER, A. *Proeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MARTINS, L. K. Teses sobre preconceito. Brasília, DF: CMI Brasil, 2004. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/09/290721.shtml>>. Acesso em: 3 nov. 2010.

MCCARTHY, C. *Racismo y curriculum: la desigualdade social y las terias y políticas de las diferencias* em la investigación contemporánea sobre la enseñanza. Madrid: Morata, 1994.

MONTERO, M. *Introducción a la psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós, 2004.

MOORE, C. *Movimento Negro e educação*. Fortaleza: Adital, 2005. Entrevista à Eparrei. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=15518>>. Acesso em: 6 dez. 2009.

MOURA, C. Formas de resistência do negro escravizado e do afro-descendente. In: MUNANGA, K. (Org.). *História do negro no Brasil - o negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares-MinC, 2004. v. 1, p. 32-33.

MUNIZ, K. S. *Linguagem e identificação: uma contribuição para o debate sobre ações afirmativas para negros no Brasil*. 2009. 204 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2009.

NABUCO, J. *Política*. São Paulo: Ática, 1982.

NASCIMENTO, A. Das ações afirmativas dos movimentos sociais às políticas públicas de ação afirmativa: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: NPMS/UFSC, 2007. p. 1-33. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/alexandre_do_nascimento.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2010.

NOGUEIRA, J. C. A discriminação racial no trabalho sob a perspectiva sindical. In: MUNANGA, K. (Org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 211-220.

NOLASCO, P. C. *A educação jesuíta no Brasil colonial e a pedagogia de Anchieta: catequese e dominação*. 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2008.

OLIVEIRA, L. O. A. *Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude entre indivíduos brancos*. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

OLIVEIRA, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial*. Brasília, DF, 1969. Não paginado. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc_cs.php>. Acesso em: 12 jan. 2010.

_____. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Genebra, 1948. Não paginado. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 5 ago. 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Versão em português dos Instrumentos de Avaliação de Qualidade de Vida (WHOQOL) 1998*. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psiq/whoqol1.html>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

PACHECO, J. Q.; SILVA, M. N. Introdução. In: _____ (Orgs.). *O negro na universidade: o direito à inclusão*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007. p. 1-6.

PAULIN, L. F. S. Método qualitativo no campo social-histórico: definições e aplicações a propósito do estudo de uma instituição de saúde. In: GRUBITS, S.; NORIEGA, J. A. V. (Orgs.). *Método qualitativo: epistemologia, complementaridades e campos de aplicação*. São Paulo: Vetor, 2004. p. 133-172.

PEREIRA, A. et al. Psicologia em comunidades: uma olhar a partir da perspectiva latino-americana. *Diálogos e Ciência*, Salvador, v. 5, n. 10, p. 1-14, 2007. Disponível em: <http://www.ftc.br/dialogos/upload/23-04-2007_16-13-36_psicologia.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2010.

PEREIRA, A. M. “Um raio em céu azul”: reflexões sobre a política de cotas e a identidade nacional brasileira. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 463-482, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n3/a04v25n3.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2010.

PEREIRA, R. R.; DANIEL, T. T. O voto feminino no Brasil. *Boletim Informativo da PRR/3ª Região*, São Paulo, 6 mar. 2009. Edição especial. Disponível em: <<http://www.prr3.mpf.gov.br/content/view/180/2/>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

PEREIRA, W. C. C. *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*. Petrópolis: Vozes, 2001.

PILLETTI, N. *História da educação no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

PINHEIRO, L. et al. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 3. ed. Brasília, DF: IPEA/SPM/UNIFEM, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/081216_retrato_3_edicao.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2009.

PINSKY, J. *A escravidão no Brasil: as razões da escravidão, sexualidade e vida cotidiana e as formas de resistência*. São Paulo: Contexto, 2000.

PINTO, R. P. A representação do negro em livros didático de leitura. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 63, p. 88-92, 1987.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 43-55, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0435124.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

PRADA, L. R. A. *Educação contemporânea: ato político ou econômico?* Campo Grande: Portal da Educação, 2008. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/fisioterapia/artigos/3817/educacao-contemporanea-ato-politico-ou-economico>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Atlas racial brasileiro 2004: banco de dados*. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/publicacoes/atlas_racial/index.php>. Acesso em: 12 jan. 2010.

QUEIROZ, D. M. Desigualdades raciais no ensino superior no Brasil: um estudo comparativo. In: _____ (Coord.). *O negro na universidade*. Salvador: Novos Toques, 2002. p. 15-55.

RAÇA. In: HOUAISS, A. (Ed.). *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Moderna, 2004. p. 620.

RAÇA. In: LAROUSSE cultural: dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Nova Cultura, 1992. p. 936.

RAMOS, C.; CARVALHO, J. E. C. Espaço e subjetividade: formação e intervenção em psicologia comunitária. *Psicologia & Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 174-180, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a04v20n2.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

REBOUÇAS, F. *Organização Mundial de Saúde (OMS)*. InfoEscola, 2008. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/organizacao-mundial-de-saude-oms/>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

RICCI, L.; SILVA, I. M. M. Projeto comunidade: construindo intervenções à luz da psicologia social transformativa. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 7., 2004, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: PROEX UFMG, 2004. p. 1-7. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/proex/arquivos/7Encontro/Direitos50.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

RIO DE JANEIRO. Tribunal Regional Federal (2ª Região). *Apelação criminal n. 200050010031876*. Relator: Desembargador Federal André Fontes. Apelante: Gutman Uchoa de Mendonça. Advogado: Jose William de Freitas Coutinho. Apelado: Ministério Público Federal. Origem: 1ª Vara Federal Criminal de Vitória/ES. Rio de Janeiro, 6 de maio de 2009. Disponível em: <<http://www.trf2.gov.br/iteor/RJ0108210/1/37/257553.rtf>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

RIO DE JANEIRO. Governo do Estado. Lei Ordinária n. 3.708, de 9 de novembro de 2001. Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à universidade do Estado do Rio De Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 11 dez. 2001. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/90840/lei-3708-01-rio-de-janeiro-rj>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

RIOS, F. M. *Institucionalização do movimento negro no Brasil contemporâneo*. 2008. 175 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2009.

RODRIGUES, A. *Aplicações da psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 1983.

RODRIGUES, J. J. S. *Direito e ação afirmativa: as políticas de ação afirmativa para afro-brasileiros: acesso ao ensino superior*. 2005. 254 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/2129/1/2005_JoaoJorgeSantosRodrigues.pdf>. Acesso em: 18 out. 2010.

RODRIGUES, N. *Os africanos no Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 2004.

ROMANELLI, O. *História da educação no Brasil*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

ROMERO, S. M. A utilização da metodologia dos grupos focais na pesquisa em psicologia. In: SCARPARO, H. (Org.). *Psicologia e pesquisa: perspectivas metodológicas*. Porto Alegre: Sulina, 2000. p. 55-78.

ROSEMBERG, F.; ANDRADE, L. F. Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: a tensão entre raça/etnia e gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 31, p. 419-437, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a18.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

SANTOS, A. E. C. *Ação afirmativa e cotas: um percurso pela imprensa brasileira (de 1995 a 2002)*. 2005. 148 f. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

SANTOS, I. A. A. *Movimento negro e o Estado: o caso do conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra no Governo de São Paulo (1983-1987)*. 2001. 227 f. Tese (Mestrado em Ciências Política) – Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

SANTOS, J. R. *Cidadania e exclusão: a luta das minorias pela participação e representação política na História*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/a-camara/conheca/historia/historia/cdnos500anos/seminarios/semin1/fala7.html>>. Acesso em: 9 nov. 2010.

SANTOS, I.; ROCHA, J. G. *Diversidade & ações afirmativas*. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Participação e Parceria. Coordenadoria dos Assuntos da População Negra. *Como reconhecer e como lidar com o racismo em suas diversas formas*. São Paulo, 2009. Cartilha. Disponível em: <<http://www.telecentros.sp.gov.br/marketing/arquivos/cartilha.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2010.

SARRIERA, J. C. O paradigma ecológico na psicologia comunitária: do contexto à complexidade. In: SARRIERA, J. C.; SAFORCADA, E. T. (Orgs.). *Introdução à psicologia comunitária: bases teóricas e metodológicas*. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 27-32.

_____. Psicologia comunitária: estudos atuais. In: SARRIERA, J. C. et al. (Orgs.). *Intervenção psicossocial e algumas questões éticas e técnicas*. Porto Alegre: Sulina, 2000. p. 25-42.

SAVIANI, D. A resistência ativa contra a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional. *Princípios*, São Paulo, n. 47, p. 66-72, 1998. Disponível em: <http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_50_148.pdf>. Acesso em: 12 out. 2010.

SEYFERTH, G. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre racismo. In: BORGES, R. F. (Ed.). *O racismo no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2002. p. 17-43.

SILVA E SILVA, M. O. *O comunidade solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA FILHO, J. B. *A questão do negro no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense*. 2004. 129 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais Aplicados, Escola de Serviço Social, Niterói, 2004. Disponível em: <http://www.bdttd.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=893>. Acesso em: 15 out. 2010.

SILVA, A. C. R. *Abordagem curricular por competências no ensino superior: um estudo exploratório nos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia no Estado da Bahia – Brasil*. 2006. 433 f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Braga, 2006. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6983/1/Tese%20doutoramento%20geral-edu%20a7%20a3o.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

SILVA, E. A. A. *Educação para a cidadania e harmonização social: educar cidadãos civicamente esclarecidos*. Paris: Éditions du Centre Culturel Angolais, 2005. Trabalho apresentado em Colóquio La Reconstruction de l'Angola Dans la Phase Actuelle, realizado em Paris, em 2 e 3 de junho de 2005.

_____. *As metodologias qualitativas em educação*. Braga, Pt.: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 1999.

SILVA, M. J. Origens, modalidades e formas de racismo: do racismo explícito da Antiguidade ao racismo mascarado à brasileira, os períodos históricos revelam-se interessantes para a compreensão da desigualdade entre os homens. *Princípios*, São Paulo, n. 34, p. 52-57, 1994. Disponível em: <http://fmauriciograbois.org.br/portal/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=133&id_indice=650>. Acesso em: 2 set. 2009.

SILVA, M. L. *A história no discurso do Movimento Negro Unificado: os usos políticos da história como estratégia de combate ao racismo*. 2007. 129 f. Dissertação (Mestrado História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007.

_____. O preconceito racial humilha a humilhação social faz sofrer: reflexões sobre a construção psíquica do sujeito negro. In: SILVA, M. V. O. (Coord.). *Psicologia e direitos humanos: subjetividade e exclusão*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 217-222.

SILVA, M. S. *Ações afirmativas para a população negra: um instrumento para a justiça social no Brasil*. 2008. 214 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, São Paulo, 2008.

_____. A educação na sociedade do futuro. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/43546/1/A-EDUCACAO-NA-SOCIEDADE-DO-FUTURO/pagina1.html>>. Acesso em: 7 nov. 2010.

SILVA, M. V. S.; PAIVA, D. L. O. P.; MIRANDA, S. F. O uso de oficinas como método de intervenção em grupos comunitário. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2004. Não paginado. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/congrext/Trabalho/Trabalho26.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2010.

SILVÉRIO, V. R. Ações afirmativas e diversidade étnica e racial. In: SANTOS, S. A. (Orgs.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 141-163.

SILVESTRE, C. A. S. *Educação/formação de adultos como dimensão dinamizadora do sistema educativo/formativo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

SISS, A. *Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas*. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

SOBRAL, F. A. F. Educação para a competitividade ou para a cidadania social? *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 3-11, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9797.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

SOUZA, F. S. *Afro-descendentes em Cadernos Negros e Jornal do MNU*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SPINK, M. J. P. *Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

STIGAR, R.; SCHUCK, N. *Refletindo sobre a história da educação no Brasil*. Curitiba: Opet, 2009. Disponível em: <<http://www.opet.com.br/comum/paginas/arquivos/artigos/Refletindo%20sobre%20a%20historia%20da%20educacao%20no%20Brasil%20OPET.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

TEIXEIRA, C. L. Estado brasileiro e desigualdades raciais: reflexões sobre as políticas de ações afirmativas. *Vértices*, Campos dos Goytacazes, v. 11, n. 1-3, p. 27-42, 2009. Disponível em: <<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/download/14/7>>. Acesso em: 1º nov. 2010.

TEIXEIRA, F. M. P. *Brasil, história e sociedade*. São Paulo: Ática, 2000.

VAINFAS, R. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Ideologia & escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VAINFAS, R.; SOUZA, L. B. *Brasil de todos os santos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

VALA, J. A análise de conteúdo. In: SILVA, A.; PINTO, J. M. (Orgs.). *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Afrontamento, 1986. p. 507-535.

VALLE, L. F. *Saneamento básico: o alicerce do desenvolvimento social*. Blog Raízes, 2009. Disponível em: <<http://www.blograizes.com.br/saneamento-basico-o-alicerce-do-desenvolvimento-social.html>>. Acesso em: 24 jun. 2010.

VASCONCELOS, E. M. *O que é psicologia comunitária*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

VIDAL, D. G. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, E. M.; FIGUEIREDO, L.; GREIVAS, C. (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 497-517.

VIEIRA, D. A volta do racismo científico e os porta-vozes da Casa Grande. Editorial. *Afropress: Agência de Informação Multiétnica*, Rio de Janeiro, 7 maio 2008. Disponível em: <<http://www.afropress.com/editorialListLer.asp?ID=57>>. Acesso em: 11 jun. 2008.

WIEVIORKA, M. *O racismo: uma introdução*. Lisboa: Fenda Edições, 2002.

XIBERRAS, M. *As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: *AS COTAS RACIAIS PARA O AFRODESCENDENTE BRASILEIRO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR*

Pesquisadora:

Nome: *Joanna D'Arc de Paula Almeida*

CPF: *804.122.548-91*

RG: *259.485 SSP-MS*

Telefone: *(67) 3382-7598*

Endereço: *Rua Itiquira, n. 234, CEP 79021-290, Campo Grande, MS*

Orientadora:

Nome: *Dr^a. Heloisa Bruna Grubits Freire*

Telefone: *(67) 3312-3605*

Endereço: *Avenida Tamandaré, 6.000, Jardim Seminário, CEP 79117-900, Campo Grande, MS*

A presente pesquisa tem como objetivo identificar os aspectos favoráveis e desfavoráveis das cotas raciais para o afro-brasileiro.

Justifica-se esta pesquisa porque necessitamos que a sociedade venha refletir e defender coletivamente o acesso deste estudante ao ensino superior; desta forma, rompemos com o silêncio e garantimos os direitos do afro-brasileiro, que sofre uma segregação histórica de desigualdade étnico-racial que abrange todos os segmentos de nossa sociedade.

A metodologia desta pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, e, como instrumento para coleta dos dados, utilizamos a entrevista semiestruturada, substanciada em análise de conteúdo.

Não houve desconforto, porque só participaram os alunos que se identificaram como afro-brasileiro e que aceitaram participar da pesquisa.

Poderá haver benefícios neste estudo de acordo com o entendimento do participante.

Considerando as informações constantes dos itens acima e as normas expressas na Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, consinto, de modo livre e esclarecido, participar da presente pesquisa na condição de participante da pesquisa e/ou responsável por participante da pesquisa, sabendo que:

- a) A participação em todos os momentos e fases da pesquisa foi voluntária e não implicou quaisquer tipos de despesa e/ou ressarcimento financeiro para o participante. Caso tenha havido algumas despesas operacionais, estas estavam previstas no Cronograma de Desembolso Financeiro e em nenhuma hipótese recaíram sobre o sujeito da pesquisa e/ou seu responsável;

- b) Foram garantidas a liberdade de retirada do consentimento e da participação no respectivo estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo, punição ou atitude preconceituosa;
- c) Foi garantido o anonimato;
- d) Os dados coletados só serão utilizados para a pesquisa, e os resultados poderão ser veiculados em livros, ensaios e/ou artigos científicos em revistas especializadas e/ou em eventos científicos;
- e) A pesquisa aqui proposta foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), que a referenda e
- f) O presente termo está assinado em duas vias.

Campo Grande, MS, de de 2010.

.....
Nome e assinatura da orientadora

.....
Nome e assinatura da pesquisadora

.....
Nome e assinatura do(a) entrevistado(a)

APÊNDICE B – Instrumento para a coleta de dados

ROTEIRO DA ENTREVISTA

- 1) Qual a sua idade?
- 2) Sexo?
☐ masculino ☐ feminino
- 3) Qual o seu estado civil?
☐ solteiro ☐ casado
- 4) Você tem filhos?
☐ sim ☐ não
- 5) Trabalha?
☐ sim ☐ não
- 6) Qual a sua ocupação?
- 7) Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?
- 8) Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?
- 9) Qual a etnia que você se identifica?
☐ branca ☐ amarela ☐ negra ☐ parda
- 10) O que é ser afrodescendente para você?
- 11) Você se identifica como afro-brasileiro?
- 12) O que você pensa sobre o mercado de trabalho?
- 13) Quem sustenta seus estudos?
- 14) Qual a renda mensal familiar?
☐ menos de R\$ 600,00 ☐ de R\$ 601,00 a R\$ 1.200,00
☐ de R\$ 1.201,00 a 2.400,00 ☐ de R\$ 2.401,00 a 4.800,00
☐ mais de R\$ 4.800,00
- 15) Qual o grau de escolaridade do seu pai?
☐ analfabeto ☐ fundamental incompleto
☐ fundamental completo ☐ médio incompleto
☐ médio completo
- 16) Qual o grau de escolaridade da sua mãe?
☐ analfabeta ☐ fundamental incompleto
☐ fundamental completo ☐ médio incompleto
☐ médio completo
- 17) Qual a ocupação do pai?
- 18) Qual a ocupação da mãe?
- 19) Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?
☐ escola pública ☐ particular

- 20) Qual a importância de estudar para você?
- 21) Você pretende cursar uma universidade?
[] sim [] não
Qual o curso?
- 22) Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?
- 23) O que você entende por cotas raciais?
- 24) Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?
- 25) Você é contra ou a favor das cotas e por quê?
- 26) O que é discriminação para você?
- 27) Você já foi discriminado(a) alguma vez?
- 28) Qual a visão que você, como afro-brasileiro, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?
- 29) Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?
- 30) Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?
- 31) Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?
- 32) Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?
- 33) Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afro-brasileiros? Por quê?

APÊNDICE C – Transcrição das entrevistas

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Instituto Luther King – 2/6/2009

Entrevistado: LK.P01

Hora: 18h30

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

LK.P01: — 46 anos.

Pesquisadora: — Sexo?

LK.P01: — Feminino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

LK.P01: — Casada.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

LK.P01: — Tenho 1. 1 filho.

Pesquisadora: — Você trabalha?

LK.P01: — Sim.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

LK.P01: — Sou cozinheira.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

LK.P01: — Eu, o meu marido e o meu filho. São 3.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

LK.P01: — Eu e meu marido.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

LK.P01: — Negra.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

LK.P01: — Olha... pra mim... Eu nunca tive... nenhum... problema de racismo. Nunca senti isso. Mas... a situação não é fácil pro negro, você sabe. Às vezes portas se abrem, às vezes outras se fecham. Então não é fácil não! Olha... pra mim... eu não tenho o que reclamar, não. Me sinto orgulhosa. Eu sinto orgulho de ser negra, entendeu?

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

LK.P01: — Eu me identifico. Meu pai era bem negro mesmo. Minha mãe não, mas meu pai era bem negro.

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

LK.P01: — Agora as portas estão se abrindo, mas antigamente era difícil. Antigamente, do fato de você ser negra, você era um pouquinho mais escuro... as pessoas já te olhavam assim meio atravessado, agora hoje as coisas estão melhorando.

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

LK.P01: — Eu. Eu mesmo, que trabalho.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

LK.P01: — De R\$ 601,00 a R\$ 1.200,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

LK.P01: — Olha, meu pai... tinha simplesmente a 5ª série.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

LK.P01: — Minha mãe era analfabeta. Do lar, né?

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

LK.P01: — Meu pai era lavrador. Hoje ele é falecido.

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

LK.P01: — Do lar.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino que você frequentou?

LK.P01: — Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

LK.P01: — Ah... é tudo! Estuda hoje em dia, principalmente pra nós, negro, é muito importante. Né? As portas vão se abrir mais e agora tá melhorando, eu acho que... é tudo. Se você não tiver estudo hoje em dia, você não consegue nada.

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

LK.P01: — Caso você pretenda, qual o curso? Eu pretendo. Eu gostaria de fazer Direito, mas pra mim na minha idade eu já acho um pouco

tarde. Eu... eu vou fazer Administração. Quero fazer Administração.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

LK.P01: — Olha... É o que eu te falei. Antigamente era difícil, agora hoje eles estão vendo com outros olhos. Estão vendo que os negros é bom, faz muita coisa boa e é muito inteligente. Eu me sinto assim.

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

LK.P01: — É... pelo que eu tô vendo aí... ultimamente agente tá com um direitinho até bom [risos]. Tá muito bom o direito nosso. Que antigamente nós não tinha direito. A gente não podia entrar na universidade. A gente não tinha condição. Do fato de sê negro você seria burra ou você não sabe, né? Então, qué dizê, eu tô achando muito bom.

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

LK.P01: — Aqui do curso. Aqui, no Luther King.

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

LK.P01: — Não, eu sou a favor. Sou a favor, porque nós temos o direito. Nós também temos o direito de estar na universidade e eles têm que vê que o negro... não é só pra trabalho, não. Negro também é... pra... pra... profissões boa.

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

LK.P01: — Ah, discriminação é você não tê as porta aberta a hora que você precisa. Tê um trabalho, você não consegue. Chegá lá você não consegue. Tem universidade, talvez você vai fazer particular porque acha que você é negro. Você não tem condições de pagá ou você num vai conseguir aquele curso. Então pra mim é ótimo!

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

LK.P01: — Não. Eu nunca fui discriminada. Graças a Deus, não.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

LK.P01: — Eu acho... muito bom. Tô achando assim... muito bom mesmo. Tem que tê mesmo! Tem que tê as nossas cota senão a gente não consegue. Dependê simplesmente de você chega lá e... “Ah, esse negro aí... não vai sabe”. Eu acho muito bom. Acho que tá...

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

LK.P01: — Ah, isso num... Eu acho que pra eles num é bom, né [?], a gente tê cota. Que acho que... eles acha que só o branco vai conseguir... que o negro não consegue... e... eu acho que agente tendo cota, eu acho ótimo.

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

LK.P01: — Ah... eu acho que... pra eles é como se fosse qualquer um mesmo. Eu acho que eles vê a gente assim.

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

LK.P01: — Porque agora nós vamos conseguir. Eu acho que agora nós vamos chegá lá. É, nós tamos chegando lá. Nós temos exemplos muito bom aí.

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

LK.P01: — Ah, eu... não sei nem te dizê como que eu me sentiria porque eu nunca... discriminada, graças a Deus! Mas eu não me sentiria muito bem não... se fosse discriminada. Ah, eu não me sentiria muito bem, porque... se eu tô meio na cota acho que é porque... num tá legal. Porque eu tenho que me senti bem, tenho que senti que eu tenho capacidade. Não pela cota, mas pela minha capacidade de chagá lá.

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

LK.P01: — Não. Eu acho que não. Tem que tê... tem que tê não só os afro mas o índio, né? Também... N'ê só nós que nos sentimos racismo nesse ponto. Tem o japonês também... as pessoas, né [?] sempre falam: “Ah, o amarelo! Ah, o índio...” Não!... Eu acho que todos tem que tê.

Entrevistado: LK.P02

Hora: 18h40

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

LK.P02: — A minha idade é 25.

Pesquisadora: — Sexo?

LK.P02: — Feminino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

LK.P02: — Solteira.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

LK.P02: — Não.

Pesquisadora: — Você trabalha?

LK.P02: — Não.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

LK.P02: — Bom, minha antiga ocupação era operadora de caixa.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

LK.P02: — Eu, a minha mãe, o padrasto e a minha irmã.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

LK.P02: — Por enquanto agora só meu pai, porque a minha mãe tá desempregada... e eu também... Só que é assim, eu tô recebendo o Seguro, então né [?], tá segurando um pouco a situação, mas... futuramente quem vai assumir praticamente seria só ele. Só o meu pai.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

LK.P02: — Negra.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

LK.P02: — Pra mim é aquela história da árvore genealógica, né? Que o avô, a mãe, tal, então. Na minha família a gente só tem uma pessoa que é mais clarinha que as outras. Geralmente todo mundo é um pouquinho mais escura do que eu...

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

LK.P02: — Sim.

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

LK.P02: — Olha, o mercado de trabalho é bem competitivo... e também ele é assim meio que exclusivo. Você pode observar que na maioria das loja do shopping você não vê um funcionário de cor lá trabalhando. É raríssimo você vê numa loja.

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

LK.P02: — Atualmente, né [?], é... a minha mãe.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

LK.P02: — De R\$ 601,00 a R\$ 1.200,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

LK.P02: — É... Ensino Fundamental.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

LK.P02: — Também. Até a 4ª série, lá da escolinha rural [risos].

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

LK.P02: — Meu pai ele é pedreiro.

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

LK.P02: — Minha mãe ela trabalha de doméstica.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

LK.P02: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

LK.P02: — Olha, estudar hoje em dia é super, hiper importante, porque a pessoa sem estudo... porque na verdade o estudo ele abre as porta pra você, porque você vê, hoje em dia qualquer curso que você vai fazer tem que tê o 1º grau completo, né? Já te pedem isso, né?

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

LK.P02: — Caso você pretenda, qual o curso? Sim. É... Medicina [risos].

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

LK.P02: — Olha, geramente são casos raros, né? Porque muito difícil... pela questão da... do trabalho, né? Que geralmente são pessoas de baixa renda, então toda a vida tem que trabalhar, então tem que optar entre trabalhar e estudá. Quando você vê um na faculdade você tem que dá parabéns pra ele porque ele se esforçô, né [?], ele fez a diferença. E a sociedade às vezes num repara muito para a diferença. Às vezes, vai você lá, por exemplo, a pessoa vai levá o currículo, aí vai um que estudou na universidade pública e um que fez na mesma faculdade, só que é de cor clara, você tá, na entrevista eles vão escolher outro que é mais claro, né? A gente observa isso. Até mesmo a gente em casa, às vezes.

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

LK.P02: — Olha, o que eu entendo é que é um meio, né [?] dos negros terem uma chance de entrarem na universidade. Porque... é... a questão de... (Ai como é que eu poderia dizê. Porque eu me perdi agora). Mas é que eu vejo assim, que... é... entre um branco e um de cor, é... vamos supor que os dois tiraram a mesma nota. O que se for por cota, logicamente que o negro vai entrar e o branco ele vai meio que discutir, mas ele vai falar não, né? Que vai acha que ele tinha mais direito que o outro. A cota não. A cota ela veio pra ajudá a gente a podê entra... com mais facilidade na universidade.

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

LK.P02: — Olha, um pouco, assim, muito pouco que eu vi na reportagem na... no jornal, mas com um pouco de leitura, conhecimento que a gente obtém nos cursinhos da vida, né? E as pessoas, a gente assim, às vezes a pessoa vê uma reportagem não dá muita importância, mas a gente tem que analisá porque às vezes fala “Ah, é bom ou ruim”. Como que você debatê se você não buscô conhecimento. Então, através do conhecimento, né?

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

LK.P02: — Eu sou a favor porque, como eu disse antes, né [?], é... facilita a entrada de nós na universidade e também garante um futuro melhor para a nação.

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

LK.P02: — Discriminação? Assim, vamos supor que... a questão do... da visão do olhar. Às vezes a pessoa olha pro outro que tá ali vestido humildemente... tem uma conclusão completamente ao contrário do que ele é. Às vezes a pessoa n’observa... vê que ele tá quetinho lá, mas, por exemplo, às vezes... “Ah, fulano não tem cultura”, mas quando ele vai falá, nossa! Você fala “Nossa! Daonde que saiu, né?”. Como o caso daquela... que foi cantá naquele Ai... acho que é Aíds, né? A Susan Boile, lá. A hora que ela entrô ninguém deu a menor mínima pra ela. De repente, a hora que ela começô a cantá divinamente todo mundo, né [?], parô pra analisá. A gente nunca deve julgar pela aparência.

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

LK.P02: [sem resposta].

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

LK.P02: — Olha, eu acho que num, num jeito racismo na questão das cotas, né [?] que nem que a gente fala: “Ah, é... vamos colocá cota mas isso continua sendo racismo porque vai separá. Fulano só entrô porque ele é negro”. Ah... eu acho assim, que os dois têm que caminhar junto, né [?]: a questão da cota e a questão da entrada na universidade. Mas a questão do racismo, não vejo racismo em colocá cota nas universidades. Pra mim, na minha visão... não tem.

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

LK.P02: — Muitos debatem. Muitos acham isso... falam: “Ah, mais... eles querem acabá com o racismo mas estão sendo racistas na hora que coloca as cota”. Eles acham, né [?], completamente o contrário de muitos, né? Você vê que a maioria é contra, principalmente o pessoal... um pouquinho a mais.

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

LK.P02: — Olha, a visão que... eu tenho assim, né [?], aquela história, né [?], olham a aparência, mas não olha o conteúdo.

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

LK.P02: — Eh... porque a maioria das pessoas não conhece. Acha que “Ah, vou apoiá a cota, vou chamá todos os negros pra entrá na universidade”. Não. Não é assim. Tem todo um processo, né? E as cotas, ou seja, futuramente dizem que vai acaba, né? Não sabemos ainda. Mas... é aquela história, é falta de conhecimento. Quando você não tem conhecimento, você apoia contra. É fácil ser contra aquilo que você desconhece.

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

LK.P02: — Olha, eu me sentiria orgulhosa. Porque além do meu esforço, ainda tive uma oportunidade a mais de entrá, né? (risos).

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

LK.P02: — Não. Eu acho que deveria também... os deficientes auditivos, as pessoas com problemas de visão, porque eles também têm pouco acesso, né? Tem pouco, tem pouca possibilidade também, porque a maioria das pessoas às vezes observa que... vamos supor, o cego, a pessoa aparentemente não parece, mas aí a pessoa conversando ela começa a notá que ele tem um pouquinho de dificuldade de

enxerga. Ou seja, se colocá cota ele também vai podê cursa uma universidade, vai ter um professor especial, vai ter uma oportunidade como eu que enxergo, como eu que escuto, no caso o surdo, né? Então, é uma oportunidade pra todos.

Entrevistado: LK.P03

Hora: 18h50

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

LK.P03: — 30 anos.

Pesquisadora: — Sexo?

LK.P03: — Feminino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

LK.P03: — Solteira.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

LK.P03: — Sim.

Pesquisadora: — Você trabalha?

LK.P03: — Sim.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

LK.P03: — Sou agente de limpeza.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

LK.P03: — 2. Eu e a minha filha.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

LK.P03: — Somente eu.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

LK.P03: — Parda.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

LK.P03: — É... descendente de negro.

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

LK.P03: — Sim.

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

LK.P03: — Concorrido.

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

LK.P03: — Eu mesma.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

LK.P03: — Menos de R\$ 600,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

LK.P03: — 5ª série.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

LK.P03: — 5ª série.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

LK.P03: — Meu pai é desempregado.

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

LK.P03: — É... diarista.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

LK.P03: — Escola Pública (X)

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

LK.P03: — Estudo pra mim é tudo.

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

LK.P03: — Caso você pretenda, qual o curso? Pretendo cursar Universidade de preferência Federal... e meu curso é Economia.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

LK.P03: — Inserção acho muito importante... porque precisamos fazê a diferença... a sociedade acredita que por alguns num é bem vista. Mas somos iguais a todos e temos que correr atrás.

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

LK.P03: — Cotas raciais... seria um meio de... (pausa) seria um meio pra que o negro... consiga um espaço...

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

LK.P03: — Sempre vejo entrevista, jornais...

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

LK.P03: — Sou a favor. Porque precisamos mostrar que somos iguais aos outros.

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

LK.P03: — Discriminação...

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

LK.P03: — Sim. Já fui. Ah... me senti diminuída, me senti... diferente às outras.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

LK.P03: — A visão que eu tenho?... Ah, como eu disse, a cota pros afrodescendentes eu acho interessante, acho importante...

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

LK.P03: — É... são poucos a favor e muitos contra.

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

LK.P03: — A visão que a sociedade tem de mim?... Ah, não sei (risos).

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

LK.P03: — Por quê?... Porque os que são contra... é... acha que os negros, afros não têm... é... direito.

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

LK.P03: — Me sentiria muito importante.

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

LK.P03: — Acredito que sim. Porque já fala afrodescendentes, né?

Entrevistado: LK.P04

Hora: 18h55

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

LK.P04: — 20 ano.

Pesquisadora: — Sexo?

LK.P04: — Feminino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

LK.P04: — Solteira.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

LK.P04: — Não.

Pesquisadora: — Você trabalha?

LK.P04: — Não.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

LK.P04: — Por enquanto, estudante.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

LK.P04: — São 4. Meu pai, minha mãe e minha irmã e eu.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

LK.P04: — 2. Meu pai e minha mãe.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

LK.P04: — Negra.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

LK.P04: — Afrodescendente... é... que vem em geração em geração. Como meu pai é negro, aí vai passando pros filhos... mistura, né?

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

LK.P04: — Sim!

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

LK.P04: — Ah... eu acho que ultimamente eles estão sendo muito exigente pras pessoas que tão procurando o primeiro emprego.

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

LK.P04: — Meus pais.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

LK.P04: — De R\$ 601,00 a R\$ 1.200,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

LK.P04: — 4ª série do Ensino Fundamental.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

LK.P04: — Também, 4ª série do Ensino Fundamental.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

LK.P04: — Ele é gerente do depósito da...

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

LK.P04: — Ela vende lanche...

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

LK.P04: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

LK.P04: — Senão você não vai ser ninguém no futuro, né? O estudo é um... fundamental.

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

LK.P04: — Caso você pretenda, qual o curso? Sim. Pretendo cursar o curso de, ou Engenharia Civil ou Administração.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

LK.P04: — Ah... eu acho bom... só que algumas pessoas não concordam com isso, que acha que vai aumentar o racismo no Brasil.

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

LK.P04: — Ah, é uma oportunidade a mais pras pessoas negras... índias... Variá.

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

LK.P04: — Foi pela Internet... e... alguns amigos.

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

LK.P04: — Sim, sou a favor. Porque é óbvio. Ajuda... as pessoas que têm menos... situação financeira a entrar na universidade particular.

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

LK.P04: — Ah... discriminação?... É você num... respeitá opinião da pessoa. Agi como ela fosse qualquer um, sendo pobre ou rica.

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

LK.P04: — Sim. Já.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

LK.P04: — Ah, racismo? É porque algumas pessoas escondem que não existe racismo no Brasil. Aonde fala que... pode prejudicar na função das cotas.

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

LK.P04: — Ah... muita discórdia.

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

LK.P04: — Ah... uma pessoa qualquer no mundo que tenta... obter o seu... objetivo.

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

LK.P04: — Ah, porque as pessoas não sabem muito bem o que são cotas, né? Que vai dar muito... briga na universidade por causa disso.

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

LK.P04: — Sentiria muito feliz.

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

LK.P04: — Não. Eu acho que tem que ser em geral, pra não ter uma discórdia, assim, só fala que negro que tá... entram tudo, que negro é aquilo, negro é isso. Acho que tem que ser mesmo geral, em todos os sentidos.

Entrevistado: LK.P05

Hora: 19h

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

LK.P05: — 18.

Pesquisadora: — Sexo?

LK.P05: — Feminino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

LK.P05: — Solteira...

Pesquisadora: — Você tem filhos?

LK.P05: — Não.

Pesquisadora: — Você trabalha?

LK.P05: — Sim.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

LK.P05: — Secretária.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

LK.P05: — 3. Eu, a minha irmã e a minha mãe.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

LK.P05: — Eu trabalho... e contribuo e a minha mãe também.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

LK.P05: — Parda.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

LK.P05: — Ah, é sê uma pessoa que tem origem africana e que estabeleceu raízes, né [?] seus descendentes aqui no Brasil.

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

LK.P05: — Sim.

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

LK.P05: — Que é muito competitivo, hoje em dia, e tem que tê muitas qualificações pra... tá atuando nele.

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

LK.P05: — Eu e tenho a ajuda da minha mãe.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

LK.P05: — De R\$ 601,00 a R\$ 1.200,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

LK.P05: — 2º grau completo.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

LK.P05: — 2º grau completo.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

LK.P05: — Meu pai ele é autônomo.

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

LK.P05: — Ela é... autônoma também.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

LK.P05: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

LK.P05: — Fundamental. Porque sem a Educação você não é nada.

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

LK.P05: — Caso você pretenda, qual o curso? Sim, pretendo. E é o curso de Educação Física.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

LK.P05: — Eu vejo que as pessoas vê com certo olhar ainda de discriminação. Porque acreditam que... é... a porcentual de chance dele ainda é menor.

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

LK.P05: — Eu entendo que é uma oportunidade a mais pras pessoas, né [?] negras, enfim, outras e no caso que... é... essas mesma sociedade põe este olhar crítico sobre elas.

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

LK.P05: — Através de escolas e outro meio de comunicação, como televisão, rádio, enfim.

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

LK.P05: — Eu sou a favor porque eu acredito que todas as pessoas têm que ter a possibilidade de entrar na universidade.

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

LK.P05: — Discriminação pra mim é... ter que... há certos pensamentos que você não conhece a pessoa, não conhece a origem, enfim, você acaba tendo esse preconceito em relação a...

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

LK.P05: — Sim.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

LK.P05: — Olha... relação... é... uma relação de aproximação entre a universidade e o afrodescendente, porque eu creio que ainda um grande espaço entre os dois. ... Espaço enorme. Entendeu?

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

LK.P05: — Eu acho que ainda há um preconceito, porque as pessoas não procuram se informar sobre isso.

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

LK.P05: — A visão é que eu sou uma pessoa frágil que não tenho condição de com meu próprio esforço conseguir o que eu quero.

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

LK.P05: — Pelo fato de informação. As pessoas não se informam e acabam detonando o assunto.

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

LK.P05: — Eu me sentiria normal, porque afinal de contas... qualquer um tem o direito de estar lá, tá [?], independente do meio, por isso que eu sou a favor.

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

LK.P05: — Não. Eu num creio que só eles, exatamente, mas sim, é... também outras pessoas, né [?], porque, por exemplo, é todos

têm que ter oportunidades. Então eu também não puxo só pra esse lado. Eu acho que todos têm direito a Educação, entendeu? É por isso que eu tô batalhando por essas coisas.

Entrevistado: LK.P06

Hora: 19h05

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

LK.P06: — 19 anos.

Pesquisadora: — Sexo?

LK.P06: — Feminino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

LK.P06: — Solteira.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

LK.P06: — Não.

Pesquisadora: — Você trabalha?

LK.P06: — Sim.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

LK.P06: — É... secretária.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

LK.P06: — É... são, minha mãe, meu irmão, minha irmã e meu sobrinho e eu.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

LK.P06: — Eu... trabalho, minha irmã trabalha, e minha mãe. Minha mãe não trabalha. Meu irmão, qué diz. Desculpa.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

LK.P06: — Negra.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

LK.P06: — Ah, é uma cor... é uma coisa... boa, necessária eu acho, me sinto bem... é uma pessoa negra que não há diferença em forma de cor em nada, eu acho.

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

LK.P06: — Sim.

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

LK.P06: — Eu acho meio assim, que é concorrido, mas... preconceituosos ainda, mercado de trabalho, mas pra quem luta nada fica difícil, tudo fica fácil.

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

LK.P06: — Eu.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

LK.P06: — De R\$ 601,00 a R\$ 1.200,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

LK.P06: — Não conheço.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

LK.P06: — Até a 4ª série eu acho que a minha mãe estudou.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

LK.P06: [não respondeu].

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

LK.P06: — Aposentada.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

LK.P06: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

LK.P06: — Ah... é tudo! É um conhecimento que nunca você vai perdê.

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

LK.P06: — Caso você pretenda, qual o curso? Sim. Eu pretendo fazê Psicologia ou Direito.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

LK.P06: — Ah... eu acho que é um pouco difícil... há diferenças, né [?], a sociedade, pela raça, pela cor... Eu acho que... deveria abrir mais cotas, mais chances para nós, pessoas negras.

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

LK.P06: — Ah, eu entendo assim, que não é preconceituoso por tudo que a gente já sofreu há anos e décadas da... como é pra melhorá pra nós agora vai sê ruim? Não. Acho... melhoria pra nós e nós merecemos.

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

LK.P06: — Ah, pela Internet. Eu corro atrás, eu vejo pesquiso, TV, assim das coisa eu tento me encaixá nisso. Enem... Próuni.

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

LK.P06: — Ah, eu sou a favor, porque... eu acho que as pesso... eu acho que num... que num há diferença. Eu acho que a gente necessita, sim, as pessoas negra, porque o que já sofreram agora, como é pra vim uma coisa boa pra nós, nós necessita sim. Não é preconceituoso não.

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

LK.P06: — Ah, eu acho que é uma pessoa não aceitá uma pessoa de cor e raça... Eu acho que você humilha a pessoa pela base da sociedade dela, se ela é rica, se ela é pobre, se ela é branca, se ela é preta... Então,... com isso é preconceituoso você julgá a pessoa.

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

LK.P06: — Ah, sim, já, já fui.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

LK.P06: — Ah, eu acho que melhora... é... eu acho que num existe racismo. Eu acho que vai ser melhor pra nós.

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

LK.P06: — Ah, muitas pessoas num... vão gostá, né? Muitas pessoas num aceita. Acha que... muitos negro acham que é preconceito isso. Acho que não. Acho que é melhoria pra nós, que nós merecemos.

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

LK.P06: — Ah... porque eu acho que dependendo das pessoas que têm, são racistas, né [?], há um preconceito, mas... eu acho que... por outros lados, não, são muitos pessoas boas e brancas e negros. Não existe diferença.

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

LK.P06: — Ah, porque muitas pessoas num vão concorrê os, as pessoas outras. Acho que num vão... vai tê mais vagas pras pessoas negras, que merece. Eu acho que por causa disso mesmo. Acho que é isso, preconceito.

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

LK.P06: — Ah, me senti muito bem, porque... seria... eu acho que... necessário pra mim... também e eu me sentiria bem como todos torceria pras outras pessoas também conseguisse entrá também.

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

LK.P06: — Não só apenas o afrodescendente como o dos índios e as pessoas que não tem como... é que são... é... se entrasse um especificação de... do... do corpo, né? Mas eu... é... como que fala, posso falá? É... Ai agora eu esqueci... num saiu (risos) Mas eu acho que é assim, que a pessoa, ela... ela deve, sim, ser contemplada... e eu acho que a cota vai sê boa, sim, pra nós.

Entrevistado: LK.P07

Hora: 19h20

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

LK.P07: — 17 anos.

Pesquisadora: — Sexo?

LK.P07: — Feminino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

LK.P07: — Solteira.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

LK.P07: — Não.

Pesquisadora: — Você trabalha?

LK.P07: — Sim

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

LK.P07: — Eu sou auxiliar administrativo.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

LK.P07: — Moram 2. Comigo são 3. São... minha mãe e minha irmã.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

LK.P07: — A minha irmã. A minha mãe ainda não é... registrada. A minha mãe tá desempregada. Ela trabalha... Essas coisas.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

LK.P07: — Negra.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

LK.P07: — Eu acho que... vem... do antecedentes... meus avós... que são negros... Essas coisas assim. E... é uma coisa bem legal... a... ser negra. Eu acho assim, que eu num ligo pra discriminação... o que o povo fala, num ligo. Eu acho que a minha cor... eu amo a minha cor. Eu sô...

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

LK.P07: — Sim.

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

LK.P07: — Bom... hoje... tem, assim, tem poucos, assim... no meio entre branco tem poucos negros, eu sei disso. Mas eles tão conseguindo ganhá seu lugar... no... no Brasil... Eles tão conseguindo ganhá seu lugar no mercado de trabalho. Aos poucos vão tê bastante negro no mercado de trabalho. Vai tá bem legal!

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

LK.P07: — Eu... Eu e a minha irmã. Porque eu ajudo a minha irmã, minha irmã me ajuda...

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

LK.P07: — De R\$ 601,00 a R\$ 1.200,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

LK.P07: — Eu acho que é a 5ª série.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

LK.P07: — O Ensino Médio completo.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

LK.P07: — No momento eu não sei, porque meu pai é separado da minha mãe e aí...

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

LK.P07: — Minha mãe ela tá no momento tá desempregada. Só tá fazendo um bico.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

LK.P07: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

LK.P07: — Eu acho que estudo é o principal. É o foco da sua vida. Se você num... num tê estudo, você não vai conseguir nada na sua vida. Sempre você tem que colocá um ponto na

sua cabeça. Estudá... isso vai melhorá seu futuro. Melhorá... cada vez mais. E estudo é legal vo... né [...]... você vai tê... conhecimento de várias coisas, de vários livros... Estudá é bom. Eu gosto.

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

LK.P07: — Caso você pretenda, qual o curso? Sim, eu pretendo. Eu quero ô Matemática ô Engenharia Civil.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

LK.P07: — Olha, a cota no momento na... na... nas universidades, às vezes as pessoas acham assim: tem um ponto bom e um ponto ruim. Pessoas acha que vai tê discriminação mesmo assim, porque vai ficá dando mais prioridade aos negros, nessa cota, não os brancos, e vai sê mais... existir mais preconceito ainda, mais discriminação contra essas pessoas. Mas eu acho assim, té um... té um lado é bom. Mais com... né [...] também é ruim por causa dessa parte, mas é a maioria que entra na Federal, na... nessas parti... nessas universidades são os brancos. Eu num vejo tanto negro assim.

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

LK.P07: — Olha, eu acho que as cotas é... têm o benefício de ajudá os negros, é... tê uma... porcentagem X de pessoas, porque a maioria da universidade são brancos, não tem tantos negros e para as pessoas que não têm... condições de pagá uma universidade... paga, particular.

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

LK.P07: — Olha, eu... li jornal. Ta... tava passando bastante na televisão... alguns anos atrás... Eu assisto jornal, leio revista que falam sobre isso. Filmes também que falam bastante sobre cotas de negros.

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

LK.P07: — Eu não sou contra nem a favor: fico no meio. Porque... ah... eu acho que é bom e acho que é ruim também, por causa dessa parte de discriminação, porque eu acho já... vai tê... a vê... discriminação. Mas... bom por um lado e ruim pelo outro.

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

LK.P07: — Eu acho... que discriminação é... você... ah é julgá a pessoa só pela cor, num conhecê a pessoa pessoalmente, vivê com ela... é... sabê a opinião dela. Não! A pessoa acha que só porque é negro, negro, vim desde um ante... antec... antepassados... quando os negros era maltratados... as pessoas julgam por causa disso. E eu acho que isso num tem nada a vê. Discriminação pra mim... acho que a pessoa tem que se conhecê nós mesmos, quem... quem realmente somos. Não é pela cor, se é branco ô preto, se... que você vai julgá a pessoa. Você tem que sabê, conhecê a pessoa pessoalmente.

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

LK.P07: — Já. Bastante vezes, já. E as pessoas ficam xingando: “Ah... sua neguinha!...” “É... isso num... Eu acho que isso machuca, mas pra mim... eu num ligo... eu num vô ficá preocupando com poucas pessoas. Pra mim eu num...”

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

LK.P07: — U... racismo é... uma coisa... complicada. Mas é a... na universidade a função das cotas é ajudá o negro. Ajudá... é... as pessoas que não podem pagá faculdade, as pessoas que são negras, que... não conseguem entrá na particular... , que... tentam mas não consegue porque a maioria que entra é os brancos, os... mas...

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

LK.P07: — Ah... a sociedade discrimina, a sociedade tem uma justiça muito grande a cumprir por causa disso, porque pessoas brancas mesmas, eles colocam que é... que têm antepassados, antecedentes negros. Eles colocam pra ganhá a cota. Porque... só os negros, aí eles acham isso uma injustiça.

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

LK.P07: — De mim?... É... tem pessoas que num gostam mesmo de negros, mas eu num...

num ligo. A sociedade, eu acho que deveria pará com essa discriminação, porque as pessoas têm que conhecê como você é, como a... a opinião que você tem, porque nem... pela cor nem por... por... do jeito que você nasceu que você vai sê pessoalmente, conhecendo, falando, num vai sê assim pela cor que você vai julgá. Você tem que julgá conhecendo... Se você não gostá da pessoa depois que conhecê, aí... você tem seu critério, mas não pela cor.

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

LK.P07: — É bem polêmico. Ah... tem bastante falado nesse tema. Esse tema eu... um tema polêmico mesmo, mas a sociedade... é... um... um... pudê... como eu posso explicá? ã... É... as pessoas acham que num... com essa cota só os negros ia entrá. Mas eu acho que... não... deveria existir pelos dois, não só pros negros, pros... pros deficientes também deveria, porque têm poucas cotas. Não tem quase nada pras pessoas que são deficientes físicas.

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

LK.P07: — Eu ia ficá alegre, porque pelos menos tão valorizando a raça, a cor. Mas também eu seria... poderia sê discriminada dentro da minha própria sala, por que eu fui... eu ganhei por causa das cotas de negros. E mesmo assim, eu ia ficá feliz se... não, num ia ligá, num ia... se... não falá um termo rebaixado. É... num ia ligá pra que os outros falam.

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

LK.P07: — Não só o afrodescendente. Eu acho que deveria sê todo mundo iguais. Como nasceu todo mund... Todo mundo nasceu igual. Ma... é... deveria ser assim, o mundo inteiro... assim... coisas iguais para todos. Não tê essa discriminação de tê só para, pra uns e num tê para os outros. Deveria tê para todos.

Entrevistado: LK.P08

Hora: 19h30

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

LK.P08: — 35 anos.

Pesquisadora: — Sexo?

LK.P08: — Feminino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

LK.P08: — Solteira.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

LK.P08: — Sim.

Pesquisadora: — Você trabalha?

LK.P08: — Sim.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

LK.P08: — É... auxiliar de serviços gerais.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

LK.P08: — É... eu e a minha filha.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

LK.P08: — Eu, somente eu.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

LK.P08: — Negra.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

LK.P08: — Afrodescendente pra mim é aquela pessoa que mantém a sua... origem, a sua cor. Entendeu? Pra mim é isso.

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

LK.P08: — Sim, com certeza!

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

LK.P08: — Olha, muito... como eu posso te dizê... Você vai procurá um emprego, você encontra muito... preconceito. Entendeu? Muito difícil.

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

LK.P08: — Sou eu mesma.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

LK.P08: — Menos de R\$ 600,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

LK.P08: — Meu pai... eu acho que ele não tem estudo. Ele não chegô estudá.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

LK.P08: — Não chegô estudar ainda.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

LK.P08: — Meu pai... até meus 13 anos ele tinha uma chácara...

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

LK.P08: — Da minha mãe ela é dona de casa.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

LK.P08: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

LK.P08: — Nossa! A importância de estudá para mim é tudo que eu... que eu desejei na minha vida, né? E eu nunca tive essa oportunidade por eu tê uma filha muito nova e agora voltei a estudá... tudo o que eu pretendo é fazê Agronomia e eu espero chegá lá.

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

LK.P08: — Caso você pretenda, qual o curso? Agronomia.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

LK.P08: — Olha... é difícil eu te falá essa pergunta, né? É preconceito... né [?] pra você che... e... entrá na faculdade hoje... uma pessoa te olha com diferença “Ah, porque você é negro...”, “Ah, ele num pode!...” “É muito difícil. É muito complicado.

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

LK.P08: — O que eu entendo por cota é que o negro tem uma quantia X. Por exemplo, se tem 15 branco, acha que ali naquela escola vai 3 negros estudá. Então uma quantia X que tem de negro... pra... uma aula, pra uma faculdade, coisa assim, por exemplo, né [?], mais ou menos.

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

LK.P08: — Aqui no Luther King. (risos).

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

LK.P08: — Ah, eu sô a favor! Com certeza, né? Eu a sô favor e... negros também é ser humano. Então tem que estudá também igual um branco, outro qualqué que quê estudá. O negro também tem direito.

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

LK.P08: — Ah, discriminação pra mim é... é tudo. Eu acho que você vai num... arrumá

um... trabalho... já te olha torto porque você é negro. Ou então numa escola... você já é discriminada. Então ach... a maioria, o negro já acha que... porque é negro, já tá discriminando.

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

LK.P08: — Olha... fui... mas fui... ma já percebi. Que eu já fui... é, por exemplo, daquelas menina loira, num shopping, ou então na 14 que... preto. Tá passando uma loirinha, uma bran... uma branquinha na minha frente, eles... chega a minha vez, ela vira o rosto e num dá... pra mim. Eu num tô nem aí. Eu toco o barco pra frente.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

LK.P08: — [sem resposta].

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

LK.P08: — ã... eu acho que ela fica meia... num sei, num sei como te dizê... Acho que meia... Nun sei... Num... Num sei te explicá. Mas eu acho que... aceitano ou num aceitano... num sei... (risos) como eu posso te explicá, né?...

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

LK.P08: — Num sei... Uma negra que pode entrá numa facul... nu... numa universidade, que pode estudá, que pode sê alguém na vida. Num sei. Num sei te explicá como que eles acham.

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

LK.P08: — Ah... a polêmica já vem porque, na minha opinião, né [?], eu acho que já vem assim, ó... a primeira coisa que eles acham, na minha opinião: “É negro!”. Acha que já num pode, entendeu? Na minha opinião, não sei. Eu num sei, eu acho, tô supondo isso. “Ah, é negro...”, já começa aquela crítica, já começam criticá isso, começam criticá aquilo. Acha que é só branco que pode... Eu acho q... po... por aí, né? Na minha opinião... Num sei se eu tô certa.

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

LK.P08: — Como que eu me sentiria? Ah, eu me sentiria bem elogiado, claro! Co... com certeza!

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

LK.P08: — Não apenas, eu acho que todos. Não apenas o afrodescendente. Acho que todos os negros. Na minha opinião.

Entrevistado: LK.P09

Hora: 19h40

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

LK.P09: — 19 anos.

Pesquisadora: — Sexo?

LK.P09: — Feminino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

LK.P09: — Solteira.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

LK.P09: — Não.

Pesquisadora: — Você trabalha?

LK.P09: — Não.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

LK.P09: — No momento eu tô no lar.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

LK.P09: — São... 6. É eu, a minha avó, a minha tia, o meu irmão, a minha cunhada e a filhinha da minha tia.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

LK.P09: — São 3. Minha tia, meu irmão e a mulher dele... e os 3, junto com minha avó, que recebe aposentadoria, distribui as despesa da casa.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

LK.P09: — Negra.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

LK.P09: — É trazê tudo aquilo que foi... toda cultura... seu passado, tudo aquilo que a gente traz, os negros de antigamente... com o meu avô, a minha avó... É... é um orgulho. Eu realmente me orgulho da minha cor e da minha etnia.

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

LK.P09: — Sim, completamente.

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

LK.P09: — Eu acho que, assim, tá difícil, não só pros, pros negros, mas também como nas outras raças, etnias. Tá difícil, mas... eu acho que ainda tem... um certo preconceito pros negros.

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

LK.P09: — Meus estudos? A minha tia e a minha avó... têm me sustentado.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

LK.P09: — De R\$ 1.201,00 a 2.400,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

LK.P09: — ã... eu não sei responde, porque eu num vivi cu'meu pai.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

LK.P09: — 2º grau completo.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

LK.P09: — Também não sei.

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

LK.P09: — Empregada doméstica.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

LK.P09: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

LK.P09: — Nossa! Importância... maior que tem na minha vida, porque eu cum... eu cum estudo... que eu vô tê meu futuro.

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

LK.P09: — Caso você pretenda, qual o curso? Pretendo, sim, cursá uma universidade... Quero fazê Letras.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

LK.P09: — Ah, eu vejo que... todos têm um... propósito de entrá na faculdade. Todo negro qué sê alguém na vida assim como tro... todos os outros.

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

LK.P09: — Ah, eu acho que isso é um preconceito. Tá querendo tampá o sol cum a penera, porque de... de... de uma forma

qualqué é preconceito. Você está diferenciando o negro da... das outras raças.

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

LK.P09: — Nas... na televisão... aqui no curso que eu tô fazendo... na escola... Em todo lugar eu vejo.

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

LK.P09: — Eu sou contra... por isso mesmo, porque... ao invés de tá favorecendo... assim, podia tá favorecendo de uma outra forma, mas... eu vejo que é preconceito, porque tá diferenciando. A gente... eu acho que negro num é diferente de qualqué outra pessoa. Todo mundo é igual.

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

LK.P09: — Discriminação pra mim é o jeito de você agir com a pessoa, não só por ela sê negra, mas sim por... pelo jeito de se vertir... pelo jeito de falá... Se uma pessoa chegá em algum lugar de chinelo, já vai... pode... pode sê que seja discriminado pelo modo como está se vestindo...

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

LK.P09: — Várias vezes.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

LK.P09: — Eu vejo que realmente tem alguns... que aproveitam disso. Porque dize... de uma certa forma ele vai aproveitá porque existe a cota. E a universidade... eu acho que ela tem também uma... uma visão de que... entregando essas cotas... ela pode tá oferecendo aí um... o fato dela não sê discriminante da... da raça negra, da... dos afrodescendentes.

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

LK.P09: — Eu acho que eles... estão aceitando bem. Tão achando que... tando... essas cotas... raciais... várias... na universidade, como agora saiu também pros... pros... pros concurso público. Eu acho que tá achando que tá acabando cum o preconceito no Brasil. A sociedade acha que isso vai acabá cum o preconceito, mas totalmente ao contrário, eu acho, na minha opinião.

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

LK.P09: — De mim? Que eu sou uma... muitos tem essa visão, ma não... não também... é... como que fala? Não são todos. Mas eu acho que, assim, que pode me vê, pode acha porque eu não tenho casa boa... não tenho um emprego bom... que eu sou um... uma negra que te... vai tê dificuldade na vida... sabe?... num vo tê tudo que eu quero na vida por sê negra.

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

LK.P09: — Por uns acharem que é certo por outros acharem que não. Que uns aproveitam e outros acham que é errado.

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

LK.P09: — Eu me sentiria... me sentiria um pouco mal se... eu acharia que estaria sendo diferente das outras pessoas.

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

LK.P09: — Eu acho que... que não. Num deveria sê só os afrodescendentes, porque assim como tem preconceito com os afrodescendentes, tem também com os deficientes... como também tem com os... várias vezes tem aí com os... os índios, japoneses, como existem. Não... não são somente os afrodescendentes. São muitos. Mas não deveria, no meu caso, existir cota.

Entrevistado: LK.P010

Hora: 19h45

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

LK.P10: — Eu tenho 24 anos.

Pesquisadora: — Sexo?

LK.P10: — Feminino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

LK.P10: — Casada.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

LK.P10: — Sim.

Pesquisadora: — Você trabalha?

LK.P10: — Sim.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

LK.P10: — Do lar.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

LK.P10: — 4 pessoas. O meu esposo e meus dois filhos.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

LK.P10: — Só 1.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

LK.P10: — Negra.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

LK.P10: — É... sê... ter uma pele escura... ser negro com cabelo e... como se... Agora você me pegô, hein!

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

LK.P10: — Sim.

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

LK.P10: — Muito difícil pra uma pessoa de pele negra e que tem um cabelo... ruim.

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

LK.P10: — Não... eu tento por bolsa ou por... pelo Governo.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

LK.P10: — Menos de R\$ 600,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

LK.P10: — Não tem estudo.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

LK.P10: — 5ª série.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

LK.P10: — Mestre de obras.

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

LK.P10: — Do lar.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

LK.P10: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

LK.P10: — Tentar conseguir algo que meus pais não puderam me dar, né?: uma boa escolaridade e um bom emprego...

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

LK.P10: — Caso você pretenda, qual o curso? Sim. Ou Administração ou Engenharia Civil.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

LK.P10: — Muito difícil, porque... maioria das pessoas que estudam numa universidade são brancos e tem parentes brancos. Nunca existiu negro, assim. Pouco que os negros que estão lá. E quando estão lá é com muito... dificuldade e muito... , assim, esforço, né? Tem que lutar muito. Às vezes o branco num luta tanto como um negro. Mas... a Universidade Públi... Pública estão cheias de alunos de escolas particulares que estão... estudando lá dentro. Maioria dos negros estão em escolas particulares.

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

LK.P10: — O que eu entendo? Eu acho que é um direito dado à pessoa negra por não... ter, assim, condições muitas das vezes de estar lá, como eu acabei de falar, os brancos, na maioria das vezes estão dentro das Universidades Públicas. E as cotas serviriam pra... mais pessoas de raças, de cores pelas negras entrarem e também...

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

LK.P10: — Televisão.

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

LK.P10: — Com certeza a favô... por e têm pessoas cum... cum de pelas negras dentro da sociedade lutando e tendo carreira também, né [?], como... sendo um... Promotor... um Juiz. Também ter essa oportunidade de vencer na vida.

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

LK.P10: — Discriminação? É tudo aquilo, assim, que você vai num emprego, existe uma pessoa branca junto com você, você é negra... mesmo que você tenha qualidade... o seu currículo mostra que você tem a qualidade... porque a pessoa é branca, eles escolhem uma

pessoa branca de aparência mais bonito pra eles... e te deixa de fora, mesmo que seu currículo seja bom.

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

LK.P10: — Já.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

LK.P10: — Em função das cotas? Eu acho que... estamos dando um passo a mais dentro do que... O racismo, mesmo dentro da universidade, mesmo... lá dentro, existe. Então, pra você... se isso é necessário tem, pra que a gente entre lá dentro, também, possa cursar um curso superior, eu acho que o mais óbvio que tinha que existir no momento.

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

LK.P10: — Muito ruim. Eles não aceitam.

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

LK.P10: — Como uma pessoa... negra qualquer que num... sabe [?], às vezes num tem direito de lutar pelo que... de... de entrar numa sociedade. Nu... numa universidade.

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

LK.P10: — Porque... nós estamos em... numa sociedade onde existe def... a maioria dos branco e eles com certeza vão recrminar e tentar tirar fora da... as pessoas negras da sociedade pra lutar por uma vida melhor.

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

LK.P10: — Em partes, orgulhosa. Mas em partes, não porque... eu acho que a sociedade tinha que ser inteiramente igual. Pra negros e brancos.

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

LK.P10: — Porque... temos é... temos q... temos inteira condições de entrarmos, mais... por uma sociedade racista não entramos. Então... cotas, nós temos inteiramente... é... Porque é o que mais sofre discriminação.

Entrevistado: LK.P11

Hora: 19h55

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

LK.P11: — 19 anos.

Pesquisadora: — Sexo?

LK.P11: — Masculino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

LK.P11: — Solteiro.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

LK.P11: — Não.

Pesquisadora: — Você trabalha?

LK.P11: — Não.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

LK.P11: — Só estudo.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

LK.P11: — 4. Meu pai, minha mãe, meu irmão e eu.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

LK.P11: — Somente meu pai e minha mãe.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

LK.P11: — Parda.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

LK.P11: — Afrodescendente?... Não vô podê colocá isso.

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

LK.P11: — Pouco, sim. Identifico, sim.

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

LK.P11: — Hoje tá precisando uma decla... qualificação profissional. É preciso procurá essa qualificação também.

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

LK.P11: — Meus... Meu pai e minha mãe.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

LK.P11: — De R\$ 601,00 a R\$ 1.200,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

LK.P11: — Ensino Fundamental.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

LK.P11: — Ensino Fundamental.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

LK.P11: — Trabalha como... porteiro de condomínio.

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

LK.P11: — Minha mãe é babá.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

LK.P11: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

LK.P11: — Muito. Garante o meu futuro. É a garantia do meu futuro.

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

LK.P11: — Caso você pretenda, qual o curso? Sim. De... Ciências Contábeis.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

LK.P11: — Olha, eu acho que... negro na universidade... é muito bom. P'que tira um pouco daquela... daquele racismo... daquela discriminação pelo negro. Em relação à sociedade eu acho que a sociedade tá mei... meio que aceitô um pouco, mas não totalmente. Só... uma grande quantidade, só.

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

LK.P11: — Olha... a oportunidade de estudo pra pso... indígenas... negros... pessoas que veem de outros país... pro nosso país... procurá melhor condição de vida...

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

LK.P11: — Em conversa com os amigos, mesmo.

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

LK.P11: — Eu sou a favor. Porque, assim, eu acho que nem a igualdade serve pra todo mundo, independente de raça... etnia... ô a região onde mora, país...

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

LK.P11: — A partir do momento que você não aceita diferença do seu próximo.

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

LK.P11: — Olha, nunca.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

LK.P11: — Acho que muitas pessoas... vê o racismo... como favorecimento pra algumas pesso... alguns... universitários. Na minha opinião eu já não acho isso. Eu acho que cada um tem o seu mérito. Por mais que ele seja afrodescendente ele também estudô... teve... lutô pra conseguir essa oportunidade...

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

LK.P11: — Muito indecisa.

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

LK.P11: — Olha, um indivíduo muito neutro.

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

LK.P11: — A falta na busca da informação.

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

LK.P11: — Igual a qualquer um.

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

LK.P11: — Não. Eu acho que... tanto... quanto o negro... quanto o índio... quanto o... pardo ou branco, todos devem sê... nas classes sociais. Porque cada um tem seu mérito pessoal, com certeza.

Entrevistado: LK.P12

Hora: 20h

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

LK.P12: — 29 anos.

Pesquisadora: — Sexo?

LK.P12: — Masculino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

LK.P12: — Solteiro.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

LK.P12: — Não.

Pesquisadora: — Você trabalha?

LK.P12: — Sim.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

LK.P12: — Comerciante.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

LK.P12: — Somente eu. Moro em... casa alugada.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

LK.P12: — Não. Somente eu, só.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

LK.P12: — Negra.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

LK.P12: — [sem resposta].

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

LK.P12: — Sim. Me identifico.

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

LK.P12: — Ah, eu penso... Ah, é uma oportunidade... Em que sentido? Como é que eu posso te falar... o que eu penso sobre o mercado de trabalho? Ah, penso positivo.

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

LK.P12: — Eu mesmo.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

LK.P12: — Menos de R\$ 600,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

LK.P12: — É... Meu pai não tem escolaridade...

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

LK.P12: — Minha mãe... cursa o 2º grau, atualmente.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

LK.P12: — Ele é... lavrador.

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

LK.P12: — Também. Lavadeira.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

LK.P12: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

LK.P12: — Importância... ela é mu... ela é muito especial... porque adquirimos conhecimento... e... e com estudo conseguimos nosso objetivos.

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

LK.P12: — Caso você pretenda, qual o curso? Sim. Eu pretendo cursar uma universidade e... e eu já prestei vestibular pra o curso de Matemática, não consegui. Você presta novamente pra Matemática.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

LK.P12: — ... Como a... a sociedade vê. Ah, no meu ponto de vista, eu acho... certo, entendeu [?] a inserção da... dos negros na sociedade porque até antes eles eram excluídos por ser negro. E com isso, acredito que vai melhorar... nosso relacionamento... e também melhorará... a integração dos... nesse... dessas pessoas que até antes eram... é... excluídas.

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

LK.P12: — Como posso falar? ... Entendo o seguinte, que... as cotas... até antes eu pensava assim, que... eu não concordava, mais... com o passar do tempo fui... concordando com isso. Porque... que deve ser... Eu acho correto, as cotas.

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

LK.P12: — Eu obtive por... por Internet e também palestra aqui mesmo no... no Instituto.

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

LK.P12: — Só a favor, porque... como já falei antes... essas pessoas eram discriminadas, entendeu [?] e hoje tá tendo a oportunidade... e eu... ingressar na universidade, por meio de cotas, e eu espero que também se pudesse melhorar, muito, e... essas pessoas se sentem e... é... rejeitadas, por serem negras. Tem um... é... se sentem, assim... como as outras pessoas, mesmo. Sentem normal.

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

LK.P12: — Discriminação... é falta de oportunidade... é, assim, as pessoas não têm oportunidade pra uma pessoa, pela cor., entendeu [?], e pelo que ele é...

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

LK.P12: — Sim. Já fui discriminado.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

LK.P12: — ...

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

LK.P12: — O que eu acho que deve ser a aceitação? É... aceitação... vai ser a maior parte vão aceitar e a minoria não vão aceitar. Até porque isso é... tem... como posso falar?... vai de cada pessoa, né?. Uns concordam e outros não.

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

LK.P12: — Ainda não sei. Que até então eu procuro ser... uma pessoa que... não procuro fingir... entendeu? Procuro sempre ser a pessoa do seu..., tá [?], passando aquela imagem que deve ser passada..., tá [?] Eu procuro não... é... ser... ser honesto pra que as pessoas acreditem em mim também.

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

LK.P12: — Às vezes acontece muita polêmica no meio das pessoas que... é... num é... pessoa de classe... média, que até então, é a maior força nas universidades. E com isso ele se sente... é... ele sente um pouco isso.

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

LK.P12: — Ah, eu ia me sentir prestigiado, por... porque... ia ser mais uma oportunidade que eu... tive, entendeu?

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

LK.P12: — Ah, sim, porque essas pessoas, às vezes se sentem... é... é... elas se sentem... humilhadas pela sua cor. E com isso... com a oportunidade que o... que tá tendo agora, eu acho que com isso eles vão se sentir... é... mais... como eu vou te falar? Vão se sentir mais... Ah... vão se sentir... feito, entendeu?

Entrevistado: LK.P13

Hora: 20h10

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

LK.P13: — 22 anos.

Pesquisadora: — Sexo?

LK.P13: — Masculino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

LK.P13: — Solteiro.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

LK.P13: — Não.

Pesquisadora: — Você trabalha?

LK.P13: — Sim.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

LK.P13: — Assistente administrativo.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

LK.P13: — 5 pessoas. Pai e mãe e dois irmãos.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

LK.P13: — Atualmente, somos... somos em 3: eu, meu irmão e meu pai.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

LK.P13: — Negra.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

LK.P13: — É... tê as características negra, cabelo... e de pais negros.

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

LK.P13: — Sim.

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

LK.P13: — É um tanto quanto egoísta quanto a... a... a raça.

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

LK.P13: — É... sô eu mesmo.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

LK.P13: — De R\$ 601,00 a R\$ 1.200,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

LK.P13: — Ensino Médio completo.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

LK.P13: — Ensino Médio completo.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

LK.P13: — Auxiliar de mecânico.

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

LK.P13: — Do lar.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

LK.P13: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

LK.P13: — Grande importância.

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

LK.P13: — Caso você pretenda, qual o curso? Pretendo cursar universidade. Curso de Direito.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

LK.P13: — Eu acho que a inserção do negro no... dentro da universidade é um pouco... é... fora da... da realidade, que nós vemos hoje. Que... pe... te vê muitos poucos pe.. pre... negros na universidade.

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

LK.P13: — Eu entendo que as cotas raciais é um... sem dúvida é um tipo de discriminação. Mas é uma discriminação positiva. Tende a igualar as raças.

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

LK.P13: — Eu obtive através da Internet e rádio difusão.

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

LK.P13: — Sô a favor das cotas. Porque ela é uma discriminação... mas a favor... de... de extinguir a discriminação, de uma forma que possa igualar as raças.

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

LK.P13: — Discriminação é sofrê preconceito e segregação é... devido a sua cor ou sua características físicas.

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

LK.P13: — Sim.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

LK.P13: — A relação que eu tenho entre o racismo e o acesso a universidade em função das cotas eu acho que ainda não atingiu a meta de números de negros dentro da uni... das universidades.

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

LK.P13: — Aceitação é baixa. Ainda as pessoas acham que cotas é... é favorecê ao negro ou... o índio.

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

LK.P13: — Eu tenho... o que a sociedade acha de mim que eu sô um favorecido é... tendo cotas... nas universidades.

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

LK.P13: — Eu acho que ele... Porque as pessoas têm uma visão errada de que é... é um favorecimento ao negro. P'que, na verdade, não é. Porque é uma forma de... é... combatê até mesmo a discriminação.

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

LK.P13: — Eu me sentiria muito... muito feliz e grato porque é... é uma oportunidade que está dando pra... é extinguir a... o racismo.

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

LK.P13: — Bom, eu acho que deveria contemplar os afrodescendentes e... que estudantes de Escola Pública.

Entrevistado: LK.P14

Hora: 20h20

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

LK.P14: — 28 anos.

Pesquisadora: — Sexo?

LK.P14: — Masculino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

LK.P14: — Solteiro.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

LK.P14: — Não.

Pesquisadora: — Você trabalha?

LK.P14: — Não.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

LK.P14: — É... estudante.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

LK.P14: — 7. Meus pais e meus irmãos. Meus sobrinhos.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

LK.P14: — Só minha mãe... e... e minha irmã.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

LK.P14: — Negra.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

LK.P14: — Afrodece... decendente? Ah, mistura, né [?] de coisas, por aí... de raça.

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

LK.P14: — Sim.

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

LK.P14: — ... Tem que... ampliá mais a... os valores, né [?], mais empregos pras pessoas.

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

LK.P14: — Eu mesmo.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

LK.P14: — Menos de R\$ 600,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

LK.P14: — É... Fundamental. Completo.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

LK.P14: — Fundamental incompleto.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

LK.P14: — Ele é pedreiro.

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

LK.P14: — Ela é doméstica.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

LK.P14: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

LK.P14: — Ah, buscá melhoria, né [?]... condições de vida, né [?]...

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

LK.P14: — Caso você pretenda, qual o curso? Letras.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

LK.P14: — Eu acho que eles vêm na... é... cum discriminação, né?

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

LK.P14: — Eu acho que... as cotas... têm que existir, né [?], porque... a maioria das pessoas são... cores negras, né? Mais ela tem que... tem que tê direito da... da... da... da... Universidade Federal, né?

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

LK.P14: — Nas TVs... na... no rádio... né [?], na Internet...

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

LK.P14: — Sô contra... . Sô a favor... porque... às vezes... as pessoas... tem cond... qué... desenvolvê melhor, né [?] e não consegue, né [?], entrá na faculdade... pra fazê o curso.

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

LK.P14: — Discriminação é... a pessoa... não tê respeito, tratá os outros com... com olhar diferente e olhá... olhá os outros com o to olhá. Não olhar de ser humano.

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

LK.P14: — Ixi!!!! (risos) Cem vez!!! (risos) É muito triste, heim, discriminação, cara! Eu... eu já fui discriminado, sim.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como

afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

LK.P14: — Eu acho que... a visão é muito pequena, porque as pessoas não... tão valorizam as pessoas... de cores. Só valorizam o dinheiro, né?

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

LK.P14: — Eu acho que trata os... os descendentes, né [?], é... com menor... minoria, né?. Num acha... num acha bem. Eu acho que as pessoas... de cores, né [?], por exemplo, a negra, não têm direito a tá na Universidade Federal, né?

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

LK.P14: — Eu acho que... é a visão de discriminação, né [?]. Tudo

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

LK.P14: — Porque as pessoas ricas favorece mais a elas, né? E não te dão oportunidade às pessoas carente.

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

LK.P14: — Ô, seria bom, heim! Já ia melhorá bastante, né?

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

LK.P14: — Não, eu acho que tem que sê pra todos, né?

Entrevistado: LK.P15

Hora: 20h30

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

LK.P15: — 30 anos.

Pesquisadora: — Sexo?

LK.P15: — Masculino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

LK.P15: — Solteiro.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

LK.P15: — Tenho.

Pesquisadora: — Você trabalha?

LK.P15: — Sim.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

LK.P15: — Vigilante.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

LK.P15: — 2. Eu e minha irmã.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

LK.P15: — Nós dois.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

LK.P15: — Negra.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

LK.P15: — [sem resposta].

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

LK.P15: — Sim.

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

LK.P15: — Ah, ainda há uma grande discriminações do afrodescendente.

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

LK.P15: — Eu mesmo.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

LK.P15: — Menos de R\$ 600,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

LK.P15: — Acho que 4ª série. Num tenho certeza.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

LK.P15: — Também.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

LK.P15: — Meu pai é lavrador.

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

LK.P15: — ... do lar.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

LK.P15: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

LK.P15: — É assim... Estudá é... cumpri a diferença, né [?], porque hoje em dia, principalmente pro afrodescendente, tudo é mais difícil, né? Você chega em... em... em... Difícil você vê um afrodescendente nas universidade. É minoria... Tem que... estudá e estudá pra podê batalhá pá...

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

LK.P15: — Caso você pretenda, qual o curso? Sim. Matemática.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

LK.P15: — Ah, é que hoje ainda é poucos, né [?], lá dentro.

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

LK.P15: — É... que ela deveria existir pá... dá uma normalizada, né [?], que nem igual eu falei que hoje são poucos negros na

universidade. Se essas cota ajuda, já ampliá mais os afrodecendente na universidade.

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

LK.P15: — No Instituto mesmo.

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

LK.P15: — Sim, a favor... porque... há muito tempo, né [?], que fala... q'os brancos estuda. Agora que tão começando os negro, né [?], entrá na universidade, mas tá em poucas... muito pouco. Essa cota vai favorecê pra num entrá mais afrodecendente na universidade.

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

LK.P15: — Discriminação acho que é... Hoje ela tá, já de modo geral, né? Tem de vários tipos. Tem umas que já é direta com a pessoa... Tem outras que é... escondida, né? Você vai fazê uma entrevista num setor... chegá lá e... faz a entevista com você, tudo... só que num fala na sua cara que num vai te contratá porque você é afrodescendente. Fica como..., né [?], mas você nunca é chamado.

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

LK.P15: — [sem resposta].

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

LK.P15: — O acesso à universidade... Uns fala que as cota vai aumentá o... é... racismo, é... vai aumentá o racismo. Mas eu acho que não, porque... a maioria dos afrodescendente estuda em Escola Pública... num... num... num tem o mesmo estudo do... dos brancos que estudô a maioria em ca... na escola particular... E hoje, igual eu aqui mesmo, né [?], estudo, trabalha o dia inteiro, tem que fazê Cursinho, estudei a vida inteira na Escola Pública pá competir com outros, né?. Acho que é bem mais complicado.

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

LK.P15: — Acho que tá bem dividido, né [?]. Porque tem muitos que aceita e muitos igual fala aí que fala que vai au... aumentá o racismo, essas cota. Mas eu acho que não, heim.

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

LK.P15: — Essa é complicada, cara (risos).

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

LK.P15: — Porque o assunto já é polêmico, né? Racismo sempre é polêmico. A vida inteira foi polêmica. Hoje que tá dando mais uma normalizada, mais... já... polêmica já vem do racismo. Muito setor... Muitos setores fala “que num há racismo, num há...” “Racismo sempre existiu... Eu acho que sempre existirá. Vai muito tempo pá acabá.

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

LK.P15: — Ah, eu me sentiria bem, p’q’um... uma batalha eu acho que eu consegui.

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

LK.P15: — Não. Eu acho que os afrodescendente... a sociedade carente, né? Enfim... o todo.

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Escola Estadual Antônio Delfino Pereira – 3/6/2009

Entrevistado: AD.P16

Hora: 19h30

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

AD.P16: — 22 anos.

Pesquisadora: — Sexo?

AD.P16: — Masculino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

AD.P16: — Solteiro.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

AD.P16: — Não.

Pesquisadora: — Você trabalha?

AD.P16: — Sim.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

AD.P16: — Trabalho em água mineral.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

AD.P16: — Meu pai, minha irmã, meu irmão, meu sobrinho, meu outro irmão.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

AD.P16: — 4.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

AD.P16: — Negra.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

AD.P16: — Ah... como posso dizê?... É orgulho, né [?] O que é ser? Especificamente assim, ou... Num sei...

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

AD.P16: — Sim. Por causa dos antepassado, a origem... dos avós...

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

AD.P16: — Tá meio lento, mais... tá começano a... . abri as porta pra nós, né? Que era bem... bem difícil, né?

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

AD.P16: — Eu mesmo.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

AD.P16: — De R\$ 1.201,00 a 2.400,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

AD.P16: — Meu pai tinha... 4ª série.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

AD.P16: — Minha mãe parô na 6ª.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

AD.P16: — Não, meu pai faleceu.

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

AD.P16: — Minha mãe... é... trabalha de doméstica.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

AD.P16: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

AD.P16: — De abrir as porta mais pra frente... um trabalho... e aprender também, né? Conhecimento...

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

AD.P16: — Caso você pretenda, qual o curso? Educação Física.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

AD.P16: — Ah... tá lá por acaso, às vezes... tá... porque foi... escolhido... por dedo, assim. Podia tê mais vaga, né?

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

AD.P16: — Cotas raciais?... Muito preconceito ainda, mais... num sei estipulá, exatamente.

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

AD.P16: — Na TV... frequência mesmo, convivência.

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

AD.P16: — Contra e a favor, né [?], porque... contra porque... talvez a gente ia... como se diz [?] até demais... a gente ouve até... coisa até demais, né? A favor que... estimula também a gente querê mais, né [?], aprendê mais e... dá a volta por cima.

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

AD.P16: — Discriminação é xingá... fala que... , por exemplo, diz “Negro fido”, assim, né? Outra é chamá de “negro”, pra mim é... levo normal.

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

AD.P16: — Já.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

AD.P16: — O acesso... melhor na

universidade, né? É bom, né [?], e... e a gente fica preocupado no... como que nós vai sê tratado lá, às vezes chegando lá, né [?], pode acontecê muito... discriminação, também. A gente fica meio assim... porque eles são em maioria, né? Nós somos em minoria.

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

AD.P16: — Sociedade? A sociedade voltá mais, né [?], pra... pra estimula, né [?], às vez as crianças, né [?] que num deve acontecê isso, né [?], pra que elas, por exemplo, em vez de pequeno elas ficá ouvindo sempre, né [?], que ela é negra... desde pequena aí vai começando com ota... pensamento.

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

Que a sociedade tem de mim? (risos). Os que me conhece... boa. A num sê que... num conhece... que AD.P16: — deve falá que... que deve fala da gente, né? Coisas boa... muitas coisa... Algumas coisa é boa otas é ruim, né?

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

AD.P16: — Ah, isso vem desde o passado, né? É... porque... desde o passado vem fluindo até hoje, né? Mais... tá como... menas força, né? Tá acabando cum isso.

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

AD.P16: — Sentiria meio orgulhoso, né? Me sentiria orgulhoso por tá lá... por tá representano, né [?], os outros negro.

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

AD.P16: — Não... eu num acho que só os negros que deveriam, não. Pô, todo mundo, né? Todo mundo teria a mesma chance, né [?], de... participá...

Entrevistado: AD.P17

Hora: 19h40

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

AD.P17: — 17.

Pesquisadora: — Sexo?

AD.P17: — Feminino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

AD.P17: — Solteira.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

AD.P17: — Não.

Pesquisadora: — Você trabalha?

AD.P17: — Não.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

AD.P17: — Nenhuma.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

AD.P17: — Minha mãe e meus 4 irmãos. No total, 6.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

AD.P17: — Só a minha mãe.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

AD.P17: — Negra.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

AD.P17: — Afrodescendente é... acho que é sê da raça, da cor...

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

AD.P17: — [inaudível].

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

AD.P17: — Não é fácil mas também não é difícil...

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

AD.P17: — Minha mãe.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

AD.P17: — Menos de R\$ 600,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

AD.P17: — Acho que é a 2ª série.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

AD.P17: — 5ª série.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

AD.P17: — Pedreiro.

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

AD.P17: — Costureira.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

AD.P17: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

AD.P17: — Pra um futuro melhor.

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

AD.P17: — Caso você pretenda, qual o curso? Sim. Psicologia.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

AD.P17: — Muitos é... outros ganham bolsa... Porque hoje em dia eles falam assim, que negro não tem condições de pagar uma faculdade. Ou ganha bolsa ô tá pagando meia. Acho que aí tem uma oportunidade de enxergar melhor uma faculdade... é universidade.

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

AD.P17: — [sem resposta].

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

AD.P17: — [sem resposta].

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

AD.P17: — A favor. É... Ah, porque hoje em dia tá muito difícil pra entrar na faculdade.

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

AD.P17: — Discriminação? É quando você discrimina uma pessoa... sendo negro, deficiente... tem algum problema que a sociedade discrimina essa pessoa... essa pessoa.

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

AD.P17: — Já.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

AD.P17: — [inaudível].

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

AD.P17: — Como que é feito? Acho que é feito normal, ainda. Acho que é normal.

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

AD.P17: — Bom, acho que tem várias visões. Bem má. Porque num é... acho que todo mundo... sei lá... num é todo mundo que cuida da sua vida. Acho que num... Num é todo mundo que tem a mesma visão, mais eu acho que é bem mau.

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

AD.P17: — [inaudível].

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

AD.P17: — [inaudível].

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

AD.P17: — Não. Porque também tem a... as áreas indígenas... Também, né [?], num só os descendentes de afro, e... Acho que só.

Entrevistado: AD.P18

Hora: 19h45

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

AD.P18: — 20 anos.

Pesquisadora: — Sexo?

AD.P18: — Feminino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

AD.P18: — Solteira.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

AD.P18: — Não.

Pesquisadora: — Você trabalha?

AD.P18: — Não.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

AD.P18: — Estudante.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

AD.P18: — São 3... eu, minha mãe e meu irmão... Só.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

AD.P18: — Só a minha mãe, mesmo.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

AD.P18: — Negra.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

AD.P18: — Pra mim é sê, assim... da parte dos... quilombola, negro. Assim.

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

AD.P18: — Sim.

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

AD.P18: — Bom, eu acho, assim... que o mercado de trabalho... às vezes tem uma... um pouco de racismo por não tê, assim, oportunidade pros negro, né [?], assim... É isso o que eu identifico como mercado de trabalho, né [?]. Mais...

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

AD.P18: — Eu mesma.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

AD.P18: — Menos de R\$ 600,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

AD.P18: — Ensino Fundamental. Até a 4ª série.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

AD.P18: — Ensino Fundamental também, até a 6ª série.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

AD.P18: — Pedreiro.

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

AD.P18: — Empregada doméstica.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

AD.P18: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

AD.P18: — Pra mim é o meu futuro, né?

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

AD.P18: — Caso você pretenda, qual o curso? Sim. É... Medicina Veterinária.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

AD.P18: — Bom... Eu acho assim, que... muitos negros assim... entra na universidade, mas às vezes é muito difícil, né?

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

AD.P18: — Cotas raciais pra mim... é assim, que tem muito pouco... oportunidade de emprego, tanto no emprego como na universidade, escola, pro negro, né? É isso o que eu entendo por raci... cotas raciais.

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

AD.P18: — Na escola, em palestras...

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

AD.P18: — Bom... contra, assim, eu não sô,

né [?], porque... existir cotas um pouco... é bom. Mais... o porquê, eu acho assim, que deveria sê liberado, assim, como pros branco igualmente pros negro, né?

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

AD.P18: — É você num gostá de uma pessoa negra porque ela é negra e... pode ou chegá perto de você. Ou você não considerá ela como amigo... como uma pessoa igual a você.

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

AD.P18: — Não.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

AD.P18: — Bom... assim, entre o racismo... muito antes, né [?], era... era uma epidemia, mais agora não, né? Agora é diferente.

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

AD.P18: — Bom... aceitação da sociedade? Eu acho que... o certo é... assim, você... aceitá uma pessoa... negra como você, né? Ô também... vivê té... tê o direito também de vivê no meio das pessoas que é branco

também, né?

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

AD.P18: — Ah, eu... assim, que eu vejo, que eu convivo, assim... o branco ele considera a mim como uma pessoa igual a mim.

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

AD.P18: — Porque eu acho, assim... o branco ele já acha, assim, que o negro vai tomá o lugar dele ô, que é mai... qué... tê mais do que ele.

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

AD.P18: — Assim, eu sentiria bem, só que... fosse, assim, por coras soci... por cotas raciais, né [?], ô por outras coisa, assim... que não fosse também cotas raciais.

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

AD.P18: — Eu acho que não. Tanto o branco como o negro, é a mesma coisa, assim, né [?], porque é pessoa também. É a mesma coisa de negro como branco, né [?], tem a mesma sociedade, né [?]

Entrevistado: AD.P19

Hora: 19h50

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

AD.P19: — 21.

Pesquisadora: — Sexo?

AD.P19: — Masculino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

AD.P19: — É solteiro.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

AD.P19: — Não.

Pesquisadora: — Você trabalha?

AD.P19: — Sim.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

AD.P19: — É... serviços gerais.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

AD.P19: — 4 pessoas. É... pai, mãe, irmã e eu.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

AD.P19: — 3 trabalha e 2 contribui.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

AD.P19: — Negra.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

AD.P19: — [inaudível].

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

AD.P19: — [sem resposta].

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

AD.P19: — Ah... não penso nada.

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

AD.P19: — Só eu mesmo.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

AD.P19: — Menos de R\$ 600,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

AD.P19: — 3º ano.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

AD.P19: — 3º ano.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

AD.P19: — Serviços gerais também.

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

AD.P19: — Também.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

AD.P19: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

AD.P19: — Muitas coisas... Pra aprendê mais coisas e... sê alguém...

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

AD.P19: — Caso você pretenda, qual o curso? (NÃO SE ENTENDE A RESPOSTA)

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

AD.P19: — [sem resposta].

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

AD.P19: — [sem resposta].

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

AD.P19: — No colégio.

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

AD.P19: — Eu acho que sô contra.

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

AD.P19: — Discriminação é... quando uma pessoa branca não gosta de uma pessoa negra.

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

AD.P19: — Já.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

AD.P19: — [sem resposta].

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

AD.P19: — [sem resposta].

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

AD.P19: — [sem resposta].

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

AD.P19: — [sem resposta].

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

AD.P19: — Eu sentia um pouco feliz, eu acho...

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

AD.P19: — [sem resposta].

Entrevistado: AD.P20

Hora: 20h

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

AD.P20: — 23 anos.

Pesquisadora: — Sexo?

AD.P20: — Masculino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

AD.P20: — Casado.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

AD.P20: — 1.

Pesquisadora: — Você trabalha?

AD.P20: — Sim.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

AD.P20: — Minha ocupação diária é moto entregador.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

AD.P20: — É... são duas pessoas grande e o meu filho pequeno.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

AD.P20: — Na minha casa só eu trabalho.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

AD.P20: — Negra.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

AD.P20: — Afrodescendente é uma pessoa que é... descendente de africano.

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

AD.P20: — Sim.

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

AD.P20: — Que... principalmente, pras pessoas afrodescendente é difícil, né [?] a... a em... a ingressá no merc... no mercado de trabalho, né?

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

AD.P20: — Eu mesmo.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

AD.P20: — De R\$ 601,00 a R\$ 1.200,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

AD.P20: — Do meu pai é... 8ª série.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

AD.P20: — Da minha mãe é 2º ano do Ensino Médio.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

AD.P20: — Meu pai é pedreiro.

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

AD.P20: — Secretária.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

AD.P20: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

AD.P20: — A importância de estudá pra mim é que... é futur... dá um futuro melhor pro meu filho e pra minha família, né?

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

AD.P20: — Caso você pretenda, qual o curso? Eu pretendo, sim, cursá Advocacia.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

AD.P20: — Eu acho é assim, né [?], que... muitas vez as pessoa tão... cada vez dificultando mais a entrada de... é das pessoas, né [?], afrodescendente... Então... cada vez dificulta mais, né [?], e cada hora piora mais a tendência e eu queria que melhorasse, né?

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

AD.P20: — Cotas raciais eu acho assim, ó: tem uma limitação, né [?], como se fosse assim... um limite determinada de vagas, né [?], é como se fosse um mercado de trabalho:

se tem tantas vagas pras pessoas branca e... tem dez vaga, né? Dessas dez vaga nove são pros branco e uma só pro negro.

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

AD.P20: — Aonde você obtém é diariamente, no dia a dia, né [?], conforme vai conversando com as pessoas... através dos é... é... a do... Sindicato do Trabalho, também, né? Você mesmo se depara com a... com essa informação.

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

AD.P20: — Eu sô contra. Porque eu acho que todos os direitos deveriam sê iguais, entendeu? As le... as mesmas lei que prevalece pros branco deve... é... deveriam sê é... dividida melhor, né [?], pros negro, assim... Em relação a... eu acho assim que todos nós somos seres humanos, né? E eu acho assim que... num deveria tê essa diferença, entendeu [?], de cor.

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

AD.P20: — Discriminação é quando uma pessoa, vamos supor, assim, né [?] é mesma coisa uma mãe tem um filho branco e a outra tem um filho negro. É um... uma fala assim: “Ah, não deixa brincá perto dele que, né [?], pode passá a cor dele pra ela”, entendeu? Isso aí é uma discriminação racial. Até muitas vezes a pessoa fala assim, né [?] “Ah... Ô Negão! Ô num sei o que lá”, brincando, mais já, já é... se outras pessoas entende por discriminação, né?

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

AD.P20: — Já.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

AD.P20: — Ah, a relação que eu tenho, eu acho assim que a... é de... como eu falei... é dificultô, né? Até pra pessoa mesmo entrá. Vamos supor, né [?], se a pessoa vai na faculdade pra fazê uma inscrição, aí se tem tantas vaga, né [?], limitada, então, a preferência sempre serão dele, né [?], do que a nossa, né? E dificulta ainda o acesso, né [?], na... da... na universidade.

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

AD.P20: — Como eu acho a aceitação da sociedade... Eu acho que a sociedade não aceita. Por enquanto ainda tá sendo meio difícil, né?

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

AD.P20: — De mim? Ó... Eu acho assim, né [?]. ... que...

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

AD.P20: — Eu acho que... tem alguma coisa a vê com a Política, né? Até nem... nem tanto, né [?], você vê, né [?], no Poder mesmo, vê algum... é difícil você vê algum, né [?] é... Presidente negro, você já viu algum? Primeiro agora que tem é o... né [?], nos Estados Unidos, né? Você já viu algum no Brasil? Eu ainda não vi, não.

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

AD.P20: — Se fosse por meio das cota, ah... eu ficava meio arrasado, né [?], porque... eu

acho assim, todo mundo tem capacidade de chegá onde qué, entendeu? Aí chendo... se fô discriminado pela coisa fica uma coisa meio complicado, né?

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

AD.P20: — Ó, eu acho assim, né [?], quanto a questão da cota racial: é eu acho que jamais deveria tê existido isso aí, né [?] que desde o começo poderia sê... é uma... tudo uma coisa só, né [?], todo mundo sê tratado igual. Não por raça, não porque... porque ninguém é cachorro, né [?] primeiramente, né [?], como fala: “Ah, não, porque fulano é isso”. A mesma coisa, você vai fazê uma inscrição pro concurso, né? Lá tá escrito: “Você é pardo, índio ou branco ou afrodescendente, né?” Aí, tá. Eu acho ass... Eu achava assim, né [?], que quando você vai fazê um... uma coisa assim, né [?], não deveria tá lá. Se tá escrito pra você fazê, você vai lá e faz no concurso, entendeu?

Entrevistado: AD.P21

Hora: 20h05

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

AD.P21: — 33.

Pesquisadora: — Sexo?

AD.P21: — Masculino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

AD.P21: — Casado.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

AD.P21: — Tenho. 3.

Pesquisadora: — Você trabalha?

AD.P21: — Sim.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

AD.P21: — É... servente de pedreiro e manutenção.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

AD.P21: — 5. Eu, minhas três filhas e minha esposa.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

AD.P21: — Eu e minha esposa.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

AD.P21: — Parda.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

AD.P21: — Acho q... descendente acho que é aquelas pessoa que participam, né [?]. ... no... dia a dia da... da... dos... dos negro, né?

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

AD.P21: — Sim.

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

AD.P21: — Tá melhorando, hein! Uma p'que antigamente num... num era tão assim divulgado, né? Agora, hoje, graças a Deus, tá...

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

AD.P21: — Eu mesmo

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

AD.P21: — Menos de R\$ 600,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

AD.P21: — 4ª f... 4ª... fase parece. 4ª fase.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

AD.P21: — Também.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

AD.P21: — Pedreiro.

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

AD.P21: — Do lar.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

AD.P21: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

AD.P21: — Sê alguém na vida, né? Sê reconhecido...

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

AD.P21: — Caso você pretenda, qual o curso? De... Veterinária.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

AD.P21: — Eu vejo, assim, do negro, bem... assim, hoje em dia, como que nem eu trabalho com(), né? Eu vejo bastante negro... Eu acho bonito isso de... tê essas, né [?], colocação agora, né?

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

AD.P21: — Ixi!... Num sei, hein!

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

AD.P21: — [sem resposta].

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

AD.P21: — Não... Num entendo.

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

AD.P21: — Discriminação acho que a gente chega no... eu como sô negro, chega num lugar, a pessoa fala assim que num tem vaga sendo que tenha, né? Então, pra mim é isso.

Acho que num... num tê um lugar pra... espaço pra nós, né [?], negros, né?

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

AD.P21: — Não.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

Ixi! (risos).

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

AD.P21: — [sem resposta].

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

AD.P21: — Sociedade? Acho que eu tô na socieda... por enquanto, graças a Deus, tô bem. Tô ótimo... assim, um cara mai, né? Mai tô... procurando o meu espaço, né?

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

AD.P21: — [risos, sem resposta].

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

AD.P21: — Hum... acho que seria bom, né [?] se fosse na... se fosse pela universidade, né [?], se fosse por aquele... aquela lei, né [?], aí seria bom.

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

AD.P21: — Ah, não, eu acho que tem... Que nem agora tão falando que o negro e o... e o índio, né? E num deveria só nó... só da raça... Só eles que dependeria, né [?], de... do... de complemento, assim, de... coisa. Devia sê pá todos, né [?]

Entrevistado: AD.P22

Hora: 20h10

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

AD.P22: — 17.

Pesquisadora: — Sexo?

AD.P22: — Feminino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

AD.P22: — Solteira.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

AD.P22: — Não.

Pesquisadora: — Você trabalha?

AD.P22: — Não.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

AD.P22: — É... faço curso.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

AD.P22: — São... eu, a minha mãe, meu padrasto e a sobrinha.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

AD.P22: — 2.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

AD.P22: — Negra.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

AD.P22: — Olha, essa... pergunta que... eu não vô sabê respondê.

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

AD.P22: — Sim.

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

AD.P22: — Hoje em dia está um pouco difícil.

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

AD.P22: — Minha mãe.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

AD.P22: — De R\$ 601,00 a R\$ 1.200,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

AD.P22: — 5^a.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

AD.P22: — 8^a.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai? Falecido. Meu pai é falecido.

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

AD.P22: — Ela é cabelereira.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

AD.P22: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

AD.P22: — Nossa, tem muita importância, porque hoje em dia... você tem que tê estudo.

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

AD.P22: — Caso você pretenda, qual o curso? Sim. Administração.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

AD.P22: — Hoje em dia... tem bastante preconceito, né [?], principalmente com as pessoas negras.

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

AD.P22: — Olha... não sei.

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

AD.P22: — Nossa... na escola... e... até mesmo em livro...

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

AD.P22: — Acho que eu sô contra. Não, eu acho que eu sô contra. Acho que sô a favor...

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

AD.P22: — Nossa, discriminação eu acho uma coisa assim... uma coisa horrível! É uma coisa fútil, né?

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

AD.P22: — Não.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

AD.P22: — Não consigo respondê.

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

AD.P22: — Ah, na sociedade em que... em que nós estamos... eu sô... é um pouco difícil, né [?], porque quase ninguém aceita, né?

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

AD.P22: — A visão? Olha... Não sei...

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

AD.P22: — Por quê? Não consigo respondê.

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

AD.P22: — E quais são essas cotas?

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

AD.P22: — Não poderei respondê.

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

AD.P23: — 20.

Pesquisadora: — Sexo?

AD.P23: — Feminino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

AD.P23: — Tô casada.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

AD.P23: — Tenho.

Pesquisadora: — Você trabalha?

AD.P23: — Não.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

AD.P23: — Do lar.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

AD.P23: — 3. Meu marido, minha filha e eu.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

AD.P23: — Meu marido.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

AD.P23: — Negra.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

AD.P23: — Ah, tê... tê a minha cor, né?

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

AD.P23: — Sou. Identifico.

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

AD.P23: — Ah, eu acho que deveria tê mais vaga pra gente num... não tem, né [?], muito estu... estudo, num tem curso, num tem nada... Num aparece, não.

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

AD.P23: — Meu marido.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

AD.P23: — Menos de R\$ 600,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

AD.P23: — Meu pai tem 3ª série.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

AD.P23: — Minha mãe tem o 1º Grau.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

AD.P23: — Lavrador

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

AD.P23: — Cozinheira.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

AD.P23: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

AD.P23: — Olha, eu penso estudá... pra me ajudá muito a minha comunidade. Porque assim, eu num tô daqui, né [?]. Tô de Furnas. Então... quero estudá pra voltá pra lá.

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

AD.P23: — Caso você pretenda, qual o curso? Eu pretendo. Quero cursá Letras.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

AD.P23: — Olha, num tô muito sabeno o que tá acontecendo... na realidade.

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

AD.P23: — Não tô sabendo.

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

AD.P23: — Olha, eu vi alguma coisa só na revista, mais nu, num sei de nada.

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

AD.P23: — Eu tô a favor, porque eu mesmo não tenho condições de pagá um faculdade.

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

AD.P23: — Discriminação é quando você discrimina alguém... num só independente de ca... de cor, raça...

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

AD.P23: — Não.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

AD.P23: — Eu acho... que não. Assim... eu acho que eles tão querendo ajudá a gente.

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

AD.P23: — Olha, os próprios negros às vezes são os próprios não aceitam, né [?] sobre esse assunto.

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

AD.P23: — [sem resposta].

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

AD.P23: — Porque a gente vê nos jornais, nos... O pessoal fica debatendo sobre isso.

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

AD.P23: — Ah, eu gostaria muito, porque eu não tenho condições de pagá.

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

AD.P23: — Eu acho que não. Eu acho pra quem precisa.

Entrevistado: AD.P24

Hora: 20h20

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

AD.P24: — 17.

Pesquisadora: — Sexo?

AD.P24: — Feminino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

AD.P24: — Solteira.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

AD.P24: — Não.

Pesquisadora: — Você trabalha?

AD.P24: — Sim.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

AD.P24: — Na Cooperativa.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

AD.P24: — 5. Minha mãe, meu pai e meus irmãos.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

AD.P24: — [sem resposta].

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

AD.P24: — Parda.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

AD.P24: — Uma coisa muito importante, né [?], pra gente... podê tê alguma coisa na vida... adquirir alguma coisa defendendo a nossa cor, a nossa raça.

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

AD.P24: — Sim.

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

AD.P24: — Eu acho que eles... fez muita coisa demais pra... Tem pessoa que num têm condição de... corrê atrás e a... entrá numa faculdade...

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

AD.P24: — Por enquanto ninguém.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

AD.P24: — Menos de R\$ 600,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

AD.P24: — ...

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

AD.P24: — 5ª.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

AD.P24: — Servente.

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

AD.P24: — Doméstica.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

AD.P24: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

AD.P24: — Sê alguém na vida.

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

AD.P24: — Caso você pretenda, qual o curso? Sim. Veterinária.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

AD.P24: — Ah, eles vê... num... eles num pensa, né [?], porque... tem negro, assim, hoje em dia não tem condição de pagá uma faculdade... não tem condição de tê um emprego melhor. Eu acho que eles fica, assim, pensando “Será que esse aí chega lá. Será que ele tá tudo bem”. Então é difícil, né?

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

AD.P24: — Eu acho assim, a cota racial pra mim são... lugar que a gente pode contá com eles pra gente pagá mais ou menos pouco mais a faculdade.

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

AD.P24: — Pela Internet.

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

AD.P24: — Um pouco eu sô a favou um pouco eu sô contra, porque eu acho que o negro e o branco tinha que tê o mesmo... um... a mesma... pra numa faculdade, os mesmos direito.

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

AD.P24: — É quando a pessoa olha e fala... pra gente mesmo meio que fala assim: “Credo! Eu num gosto daquela negra. Como que aquela negra é... “. Tem muita gente que fala “Aquele negra é muito feia. Aquele negra é fídida”. Isso, pra mim, é uma discriminação.

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

AD.P24: — Não.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

AD.P24: — Porque... tem branco que fala assim; “Ah, só porque ele é branco... só porque ele é negro, ah... tem direito a cota”.

Isso... ele fica brabo, né [?], porque a gente tem mais direito do que eles...

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

AD.P24: — Aceita.

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

AD.P24: — Eu não sei. [risos].

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

AD.P24: — Ah, porque eu acho, assim, que d... eles falam assim: “Por que que você tem isso e a gente não tem...”.

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

AD.P24: — Eu sentia um pouco ofendida, porque... a gente tem que... assim... lutá, né [?], porque a gente, hoje em dia, a gente tem que lutá, esforçá, corrê atrás dos objetivos da gente. E se não for por essa cota, como que a gente vai entrá numa universidade?

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

AD.P24: — Não. Acho que não porque ag... a gente tinha que tê o mesmo direito, né

Entrevistado: AD.P25

Hora: 20h25

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

AD.P25: — 19 anos.

Pesquisadora: — Sexo?

AD.P25: — Feminino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

AD.P25: — Solteira.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

AD.P25: — Sim.

Pesquisadora: — Você trabalha?

AD.P25: — Não.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

AD.P25: — Estudante.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

AD.P25: — 4.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

AD.P25: — 1 trabalha.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

AD.P25: — Negra.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

AD.P25: — Afrodescendente pra mim é sê... uma geração, né [?], dos afros, e... sê negra! Sê um afrodescendente.

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

AD.P25: — Sim.

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

AD.P25: — Assim, no momento, tá difícil, né? Assim, tipo, o primeiro emprego... Acho que, assim, acho que pra nós, negros, se torna mais difícil. Ainda existe muito preconceito... E... procuro o meu primeiro emprego.

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

AD.P25: — Meus pais.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

AD.P25: — De R\$ 601,00 a R\$ 1.200,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

AD.P25: — Acho que ele fez até a 5ª série.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

AD.P25: — Até o 2º ano.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

AD.P25: — Meu pai é aposentado.

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

AD.P25: — Minha mãe é do lar.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

AD.P25: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

AD.P25: — Estudo pra mim é crescê na vida... é sê... vê no meu futuro, né [?], pensando nos meus filhos... dá uma boa educação pra ele.

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

AD.P25: — Caso você pretenda, qual o curso? Ainda eu num pretendo. Num sei não.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

AD.P25: — Ai... num sei.

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

AD.P25: — Cotas raciais?

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

AD.P25: — Eu num sei te respondê.

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

AD.P25: — [sem resposta].

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

AD.P25: — Discriminação é a pessoa tirá o sarro, né [?], da nossa cor... É... discriminação racial, é pra zoá, né [?], chamá “..., carvão”, essas coisas, assim.

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

AD.P25: — Eu já.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

AD.P25: — [sem resposta].

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

AD.P25: — [sem resposta].

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

AD.P25: — Qual a visão?

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

AD.P25: — [sem resposta].

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

AD.P25: — [sem resposta].

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

AD.P25: — [sem resposta].

Entrevistado: AD.P26

Hora: 20h30

Pesquisadora: — Qual a sua idade?

AD.P26: — 18.

Pesquisadora: — Sexo?

AD.P26: — Feminino.

Pesquisadora: — Qual o seu estado civil?

AD.P26: — Solteira.

Pesquisadora: — Você tem filhos?

AD.P26: — Não.

Pesquisadora: — Você trabalha?

AD.P26: — Não.

Pesquisadora: — Qual a sua ocupação?

AD.P26: — Dona de casa.

Pesquisadora: — Quantas pessoas moram em sua casa e quem são?

AD.P26: — 5 pessoas. Eu, minha mãe e meus... e tre... três irmãos.

Pesquisadora: — Quem trabalha em sua casa e quantos contribuem com as despesas?

AD.P26: — 3 pessoas trabalham e 1 pessoa só contribui.

Pesquisadora: — Qual a etnia que você se identifica?

AD.P26: — Negra.

Pesquisadora: — O que é ser afrodescendente para você?

AD.P26: — É tê uma cultura, assim...

Pesquisadora: — Você se identifica como afrodescendente?

AD.P26: — Identifico.

Pesquisadora: — O que você pensa sobre o mercado de trabalho?

AD.P26: — ...

Pesquisadora: — Quem sustenta seus estudos?

AD.P26: — Minha mãe.

Pesquisadora: — Qual a renda mensal familiar?

AD.P26: — Menos de R\$ 600,00.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade do seu pai?

AD.P26: — É... só o Ensino Fundamental completo.

Pesquisadora: — Qual o grau de escolaridade da sua mãe?

AD.P26: — É... Ensino Fundamental e Médio Completo.

Pesquisadora: — Qual a ocupação do seu pai?

AD.P26: — Motorista de ambulância.

Pesquisadora: — Qual a ocupação da sua mãe?

AD.P26: — Enfermeira.

Pesquisadora: — Qual o tipo de estabelecimento de ensino você frequentou?

AD.P26: — Escola Pública.

Pesquisadora: — Qual a importância de estudar para você?

AD.P26: — É pra garantir o futuro...

Pesquisadora: — Você pretende cursar uma universidade?

AD.P26: — Caso você pretenda, qual o curso? Eu pretendo cursar Veterinária.

Pesquisadora: — Qual a visão que você tem da inserção do negro na universidade e como você acha que a sociedade vê essa inserção?

AD.P26: — Ah, é bem difícil, né [?], a faculdade.

Pesquisadora: — O que você entende por cotas raciais?

AD.P26: — É, tipo, a... abriu uma vaga... sê só pra negro ô... ô qualqué outr... ô índio.

Pesquisadora: — Onde você obteve informação sobre as cotas raciais?

Televisão.

Pesquisadora: — Você é contra ou a favor das cotas e por quê?

AD.P26: — Contra. Porque é... acho que pe... é... a possibilidade tem que sê pra todos. Acho que todo mundo tem capacidade de entrá.

Pesquisadora: — O que é discriminação para você?

AD.P26: — É você sê excluído da... da sociedade pelo que você é.

Pesquisadora: — Você já foi discriminado(a) alguma vez?

AD.P26: — Já.

Pesquisadora: — Qual a visão que você, como afrodescendente, tem da relação entre o racismo e o acesso à universidade em função das cotas?

AD.P26: — Acho que não tá ligado, não. Acho que nã... as pessoas não aceita vo... é... Num é porque eu acho que as pessoa num te aceita. Por que é por causa da sua raça. Acho que num tem nada a vê.

Pesquisadora: — Como você acha que é a aceitação da sociedade referente às cotas raciais?

AD.P26: — Acho que a ma... a... maioria é a favor, mais... tem bastante gente que é contra.

Pesquisadora: — Qual a visão que você acha que a sociedade tem de você?

AD.P26: — Ah... acho que é... é boa a visão.

Pesquisadora: — Por que você acha que há tanta polêmica sobre as cotas raciais?

AD.P26: — É porque muitas pessoa é favorecidas e a... e algumas são... vão sê excluída por causa dessas cotas.

Pesquisadora: — Como você se sentiria caso o seu ingresso na universidade fosse por meio das cotas raciais?

AD.P26: — Ah... eu... me sentiria... como se eu fosse especí... como... sei lá!... como se eu não tivesse capacidade de entrá sozinha.

Pesquisadora: — Em sua opinião, as cotas raciais devem contemplar apenas os afrodescendentes? Por quê?

AD.P26: — Se fo... se tivê cota acho que é só afr...

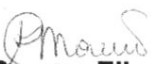
AUTORIZAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UCDB

Missão Salesiana de Mato Grosso
Universidade Católica Dom Bosco
Instituição Salesiana de Educação Superior



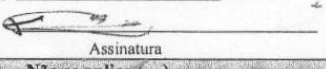
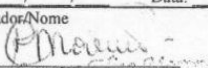
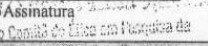
Campo Grande, 20 de março de 2009.


DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que o projeto **“A importância das cotas raciais para o afrodescendente brasileiro”** sob a responsabilidade de **Joanna D’Arc de Paula Almeida** e orientação da Profa. Dra. Heloisa Bruna Grubbs Freire, protocolo nº **071/2008B** após análise do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica Dom Bosco, foi considerado aprovado sem restrições.


Profa. Dra. Susana Elisa Moreno
Presidente do Comitê de Ética em Pesquisa da
Universidade Católica Dom Bosco

AUTORIZAÇÕES DOS INSTITUTOS

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS (versão outubro/99) Para preencher o documento, use as indicações da página 2.				
1. Projeto de Pesquisa: "A importância das cotas para o afrodescendente brasileiro"				
2. Área do Conhecimento: PSICOLOGIA		3. Código: 7.07	4. Nível: (Só áreas do conhecimento 4)	
5. Área(s) Temática(s) Especial (s) (Ver fluxograma no verso)		6. Código(s):	7. Fase: (Só área temática 3) I () II () III () IV ()	
8. Unitermos: (3 opções) Afrodescendente, ações afirmativas e educação				
SUJEITOS DA PESQUISA				
9. Número de sujeitos No Centro : 02 Total: 20		10. Grupos Especiais : <18 anos () Portador de Deficiência Mental () Embrião /Feto () Relação de Dependência (estudantes, Militares, Presidiários, etc) () Outros () Não se aplica (x)		
PESQUISADOR RESPONSÁVEL				
11. Nome: JOANNA D'ARC DE PAULA ALMEIDA				
12. Identidade: 259.485-SSP-MS		13. CPF.: 804.122.548-91	19. Endereço: Rua Itiquira, 234, aptº 12 Bairro Santa Fé	
14. Nacionalidade: brasileira		15. Profissão: Tabeliã	20. CEP: 79021-290	21. Cidade: Campo Grande
16. Maior Titulação: Mestrado em Psicologia		17. Cargo: Tabeliã	23. Fone: Coml: 67-3382-7598 Cel. 67-9984-9874	24. Fax: Coml.: 67-3384-4051
18. Instituição a que pertence: Universidade Católica Dom Bosco			25. Email: darc Almeida@hotmail.com	
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Data: 03/11/08				
 Assinatura				
INSTITUIÇÃO ONDE SERÁ REALIZADO				
26. Nome: Instituto Luther King Rua Ciro Nantes Silveira, 228 – CEP. 79118-400- 67-3365-0199		29. Endereço (Rua, nº): Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 603		
27. Unidade/Órgão: ONG		30. CEP: 79002-820	31. Cidade: Campo Grande	32. U.F. MS
28. Participação Estrangeira: Sim () Não ()		33. Fone: 67-3384-8919	34. Fax:.	
35. Projeto Multicêntrico: Sim () Não () Nacional () Internacional () (Anexar a lista de todos os Centros Participantes no Brasil)				
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição) : Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução Nome: ALEIXO PARASUASSU NETO • Cargo: VICE-PRESIDENTE - INSTITUTO LUTHER KING Data: 15/08/08				
 Assinatura				
PATROCINADOR Não se aplica ()				
36. Nome:		39. Endereço		
37. Responsável:		40. CEP:	41. Cidade:	42. UF
38. Cargo/Função:		43. Fone:	44. Fax:	
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP				
45. Data de Entrada: 03/11/08	46. Registro no CEP: 071/2008 B	47. Conclusão: Aprovado <input checked="" type="checkbox"/> Data: 20/03/09	48. Não Aprovado () Data: / /	
49. Relatório(s) do Pesquisador responsável previsto(s) para: Data: / /				
Encaminho a CONEP: 50. Os dados acima para registro () 51. O projeto para apreciação () 52. Data: / /		53. Coordenador Nome:  Assinatura:  Presidente do Comitê de Ética em Pesquisa da		
COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA - CONEP				
54. Nº Expediente :		56. Data Recebimento :		57. Registro na CONEP:
55. Processo :				
58. Observações:				

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS (versão outubro/99) Para preencher o documento, use as indicações da página 2.				
1. Projeto de Pesquisa: "A importância das cotas para o afrodescendente brasileiro"				
2. Área do Conhecimento PSICOLOGIA		3. Código: 7.07	4. Nível: (Só áreas do conhecimento 4)	
5. Área(s) Temática(s) Especial (s) (Ver fluxograma no verso)		6. Código(s):	7. Fase: (Só área temática 3) I () II () III () IV ()	
8. Unitermos: (3 opções) Afrodescendente, ações afirmativas e educação				
SUJEITOS DA PESQUISA				
9. Número de sujeitos No Centro: 02 Total: 20		10. Grupos Especiais: <18 anos () Portador de Deficiência Mental () Embrião /Feto () Relação de Dependência (estudantes, Militares, Presidiários, etc) (x) Outros () Não se aplica (x)		
PESQUISADOR RESPONSÁVEL				
11. Nome: JOANNA D'ARC DE PAULA ALMEIDA				
12. Identidade: 259.485-SSP-MS	13. CPF.: 804.122.548-91	19. Endereço (Rua, n.º): Rua Itiquira, 234, aptº 12 Bairro Santa Fé		
14. Nacionalidade: brasileira	15. Profissão: Tabeliã	20. CEP: 79021-290	21. Cidade: Campo Grande	22. U.F.: MS
16. Maior Titulação: Mestrado em Psicologia	17. Cargo: Tabeliã	23. Fone: Coml. 67-3382-7598 Cel. 67-9984-9874	24. Fax: Coml. 67-3384-4051	
18. Instituição a que pertence: Universidade Católica Dom Bosco			25. Email: darc Almeida@hotmail.com	
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Data: ____/____/____				
INSTITUIÇÃO ONDE SERÁ REALIZADO				
26. Nome: Escola Estadual Antônio Delfino Pereira-CCETE		29. Endereço (Rua, n.º): Rua Ciro Nantes Silveira, 228		
27. Unidade/Órgão: ONG		30. CEP: 79118-400	31. Cidade: Campo Grande	32. U.F. MS
28. Participação Estrangeira: Sim () Não ()		33. Fone: 67-3365-0199	34. Fax: .	
35. Projeto Multicêntrico: Sim () Não () Nacional () Internacional () (Anexar a lista de todos os Centros Participantes no Brasil)				
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição) : Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Res. CNS 196/96 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução Nome: <u>Marinete Negueira da Silva Torres</u> Cargo: <u>Dirigente</u> Data: <u>15/08/08</u>				
PATROCINADOR Não se aplica ()				
36. Nome:		39. Endereço		
37. Responsável:		40. CEP:	41. Cidade:	42. UF
38. Cargo/Função:		43. Fone:	44. Fax:	
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP				
45. Data de Entrada: <u>03/11/08</u>	46. Registro no CEP: <u>0711200813</u>	47. Conclusão: Aprovado <input checked="" type="checkbox"/> Data: <u>20.03.09</u>	48. Não Aprovado () Data: ____/____/____	
49. Relatório(s) do Pesquisador responsável previsto(s) para: Data: ____/____/____				
Encaminhado a CONEP: 50. Os dados acima para registro () 51. O projeto para apreciação () 52. Data: ____/____/____		53. Coordenador/ Nome <u>Paula Oliveira de Moraes</u> Assinatura Presidente do Comitê de Ética em Pesquisa da		
COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA - CONEP				
54. Nº Expediente :	56. Data Recebimento :	57. Registro na CONEP:		
58. Observações:				